



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 012

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO**012ª SESSÃO ORDINÁRIA 02****Lista de presenças..... 02****Expediente..... 03**

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 05

Horário do Pequeno Expediente 09

Dep. Barbosa Neto 09

Dep. Reni Pereira 10

Dep. Elza Correia 11

Dep. Elio Rusch 12

Dep. Artagão Júnior 12

Dep. Arlete Caramês 14

Horário do Grande Expediente..... 15

Dep. Ademar Traiano 15

Horário das Lideranças 22

Liderança do PSB: Dep. José

Domingos Scarpellini 22

Liderança do PTB: Dep.

Jocelito Canto 23

Liderança PDT: Dep. Neivo

Beraldin 24

Liderança do PFL: Dep. Durval

Amaral 25

Liderança do PT: Dep. Tadeu

Veneri 26

Liderança do PMDB: Dep. Artagão

Júnior 26

Liderança do Governo: Dep.

Dobrandino da Silva 27

Liderança da Oposição: Dep.

Valdir Rossoni 29

Ordem do Dia 32

Leitura do Expediente 32

Discussão/Votação 32

2ª Discussão 32

1ª Discussão 34

Relatório de CPI: CPI da

Reforma Agrária 35

Requerimentos 66

Explicações Pessoais.....67

Dep. José Domingos Scarpellini67

Ordem do dia da próxima Sessão68**Transcrição68****Publicações69**

Atas de Comissões.....69

Comissão de Finanças69

Comissão de Tomada de Contas ..70

Comissão de Redação71

012ª Sessão Ordinária

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE MARÇO DE 2005**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariada pelos Srs. Deputados Mauro Moraes e
Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Ragnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: André Vargas, Carlos Simões,

Cida Borghetti, Hermes Fonseca, Luiz Nishimori, Nelson Garcia e Waldir Leite (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicação

INDICAÇÃO Nº 005/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi.

O Deputado Estadual do Paraná, Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - que seja pavimentado o trecho que liga a sede do Município de Goioxim até o entroncamento com o Município de Cantagalo. O referido trecho compõe a PR-364, também conhecida como Rodovia Estadual Engenheiro Luiz Douglas de Araújo, com extensão de 11 (onze) quilômetros.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação do referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que ligará o Município ao futuro terminal de calcário, beneficiando os Municípios de Cantagalo, Marquinhos e Goioxim.

O Município não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, à constante preocupação na geração de empregos através de progra-

mas de incentivo à industrialização e também, como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de 11 (onze) quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região restaria beneficiada.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER espaço no Grande Expediente, para o dia 16 de março de 2005, para o MODEVE - Movimento em Defesa da Constituição e pela volta do número legal de Vereadores, para que os mesmos possam relatar a Confusão Constitucional, posta pelo TSE, com relação à polêmica da diminuição de cadeiras de Vereadores nas últimas eleições.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 404

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, com fundamento no artigo 131, parágrafo 3º, inciso I do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja convocado o Procurador do Estado, Luiz Henrique Bonaterra, para se fazer presente na Sessão Plenária do dia 23 próximo, às 14h30, de modo a esclarecer as graves irregularidades que anunciou publicamente com relação à concessão de serviços públicos e a falta de licitação no programa "Leite das Crianças", entre outras e, para justificar a sugestão que fez a este Poder Legislativo no sentido de investigar todas as áreas do Governo Estadual, conforme notícia veiculada nos jornais Gazeta do Povo e Folha de Londrina nas colunas dos jornalistas Fábio Campana e Luiz Geraldo Mazza respectivamente.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI.

REQUERIMENTO Nº 386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER a utilização do plenarinho, no dia 28 de abril, no horário das 13 às 18 horas, para a realização do II Fórum com Representantes de Bares e Casas Noturnas do Paraná.

Dê-se ciência aos Departamentos de Segurança, Cerimonial, Som, Taquigrafia (gravação/degravação) e Copa.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 393

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 23 anos, do jovem Fernando Koltum.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 397

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Bertholdo Henrique Gross e Realda Gross, que completou 50 anos de união conjugal no dia 12 de fevereiro do corrente, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 399

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER votos de louvor aos Srs. Delegados Drs. Rubens Recalcatti e Gil Rocha Tesseroli e a valorosa equipe policial da DFR, pela condução das investigações do cruel assassinato do Brigadeiro Geraldo Magela Batista, um dos mais hediondos crimes que se teve notícia nos últimos anos em Curitiba.

A equipe dos Delegados Dr. Rubens e Dr. Gil, os policiais escrivão Wanderlei Machado e os investigadores Luis Miller e Arnaldo Oman, também merecem destaque, pois conseguiram em prazo recorde prender o famigerado homicida.

Por essa razão, a Assembléia Legislativa do Paraná, sente-se honrada em cumprimentar os Srs. Delegados e sua equipe.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 401

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando informações quanto ao manifesto encaminhado em 12 de fevereiro passando pelo MEPOM (Movimento das Esposas dos Policiais Militares de Londrina), que pede reposição salarial (urgente), como mostra cópia em anexo, que até o momento não foi respondido.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O MEPOM - Movimento das Esposas dos Policiais Militares de Londrina, endereçou correspondência ao Exmo. Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, solicitando estudo de viabilidade de uma proposta de reposição salarial para os Policiais Militares (PMPR), principalmente de soldado a primeiro tenente, bem como os Policiais Cíveis de investigador a escrivão, conforme justifica.

A solicitação foi assinada por Vera L. Rubbo, representante do MEPOM, datada de 12 de fevereiro de 2005, porém até o momento não mereceu a devida resposta.

Por esta razão, apresentamos o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 398

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier a prestação de informações relativas à construção de hospitais regionais no Estado, conforme segue:

1. Está prevista a construção de quantos hospitais no Estado?
2. Quais Municípios receberão novos hospitais?
3. Qual o custo total das construções e unitário dos novos hospitais?
4. De quem será a responsabilidade gerencial e financeira dos hospitais?
5. Qual o custo mensal previsto para a manutenção de cada hospital e quem será responsável pela cobertura destas despesas?
6. Qual será a forma de contratação do corpo médico, da enfermagem, da administração, etc?

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(aa) BARBOSA NETO, ADEMAR TRAIANO, LUIZ CARLOS MARTINS, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL e VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, o que segue:

1. relação de todas as licitações procedidas pela atual gestão;
2. cópia de todos os contratos formalizados pela SESA e por instituições a ela vinculadas, contendo a relação dos remédios, dos equipamentos e quaisquer outros tipos de mercadorias adquiridas;
3. quais as empresas fornecedoras, o valor das aquisições, a data e a modalidade praticada em tais aquisições;
4. qual a destinação dos bens adquiridos? Relacionar os respectivos destinatários.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, RENI PEREIRA e JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI.

REQUERIMENTO Nº 396

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de atender o pedido da Sra. Neusa Machado do Polar de Lara, residente à Travessa Taboão, 67 - Bairro Abranches, que solicita a limpeza das laterais da Rodovia dos Minérios, iniciando nas proximidades do Motel Capricci. O mato encontra-se muito alto e está servindo de esconderijo para assaltantes que agem nos pontos de ônibus.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 354-8319.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 395

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, transcrição nos Anais da Assembleia Legislativa de matéria veiculada no jornal Folha de Londrina, Caderno "Folha Rural", em 12/03/2005.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) BARBOSA NETO

JUSTIFICATIVA:

O caderno especial "Folha Rural", da Folha de Londrina de 12 de março último, traz reportagem intitulada "Sem Luz" dizendo o seguinte: "em um Estado onde se localiza a maior usina hidrelétrica do mundo, a falta de energia elétrica está criando uma série de problemas para pequenos proprietários rurais de Sapopema, no Norte do Paraná. Por falta de uma simples geladeira, produtores de

leite perdem a pouca produção e sobrevivem com dificuldades. Até o valor da terra caiu por falta de interessados em adquirir áreas sem o benefício.

É o que acontece com o casal Terezinha e João Vicente, ambos com problemas de saúde e que não conseguem vender o sítio de seis alqueires".

A reportagem contrasta com fartas propagandas do Governo do Estado, que anunciam auxílio de energia a famílias de baixa renda. E mostra as dificuldades enfrentadas por pequenos agricultores, que se encontram desamparados pelo Governo do Estado, em péssimas condições para manter ou expandir suas safras.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 105/2005

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do Município de Andirá, da parte abaixo descrita do imóvel urbano situado no Jardim Horizonte, no Município de Andirá, doado para a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, pela Lei Municipal nº 476/73 e registrado sob nº 6611, de 26 de junho de 1973, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá.

"O imóvel está localizado na Avenida Goiás, é delimitado por um polígono irregular de frente para a Avenida Goiás onde está locado o marco 01; medindo nesta 26,74m até o marco 02; deste segue confrontando com área do Colégio Durval Ramos Filho, medindo 153,19m até o marco 03; deste segue confrontando com a Rua Londrina, medindo 61,57m até o marco 04; deste faz uma linha de concordância medindo 2,81m até o marco 05; deste segue confrontando com a Rua Ivaí medindo 90,65m até o marco 06; deste segue confrontando com o lote do SAE medindo 35,48m até o marco 07; e, finalmente, segue ainda confrontando com área do SAE medindo 60,26m até o marco 01, fechando-se assim o polígono que encerra uma área de 7482,14m²."

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada exclusivamente para a construção do novo Fórum da Comarca de Andirá, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a proceder

à reversão ao patrimônio do Município de Andirá, da parte abaixo descrita do imóvel urbano situado no Jardim Horizonte, no Município de Andirá, doado para a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, pela Lei Municipal nº 476/73 e registrado sob nº 6611, de 26 de junho de 1973, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá.

O imóvel será destinado à construção do novo Fórum da Comarca de Andirá. Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 106/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente José Gaudêncio Silveira de Apoio às Vítimas de Erro Médico, com sede e foro em Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente José Gaudêncio Silveira e Apoio às Vítimas de Erro Médico, fundada em 03 de abril de 2002, tem como objetivos: a valorização do ser humano, denunciar negligências, imperícias, falta de formação profissional, consequências de erro médico de qualquer natureza, propondo acesso à justiça, dando amparo e tornando públicas as dificuldades das vítimas.

Diante do exposto, espero o apoio dos nobres integrantes desta Casa de Leis para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 107/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Grupo Pão da Vida, com sede e foro em Ubatã.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Pão da Vida, fundado em 21 de novembro de 1998, com sede no Salão Comunitário da Paróquia Santo Antônio - Município de Ubatã, tem como objetivos: o desenvolvimento de programas e serviços dedicados ao amparo das famílias carentes, visando melhor qualidade de vida aos atendidos.

Face ao exposto, espero o apoio dos nobres integrantes desta Casa de Leis para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 108/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico, as atividades artísticas e culturais, a preservação ambiental e as relações institucionais, na região de Cornélio Procopio.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 109/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Lions Clube, com sede e foro no Município de Nova Aurora.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Lions Clube de Nova Aurora, encontra-se em pleno desenvolvimento de suas atividades neste Município há mais de 20 anos, promovendo campanhas nas áreas da Saúde, Sociais, Educativas e Ciências.

Encontra-se o mesmo engajado nas mais diversas atividades, tais como:

- Conservação da vida, Campanha de Catarata e trabalho com cegos;
- Conservação de audição e trabalho com os surdos;
- Serviço de Cidadania;
- Serviços Educacionais;
- Serviço de preservação do meio ambiente;
- Serviços Públicos - programa que ressalta a necessidade de segurança do trânsito, nos lares, nas escolas e nos ambientes recreativos;
- Serviço de Saúde - dedicação ativa à tarefa de auxiliar no combate às drogas através de programas edu-

cativos; Campanha da Prevenção da Diabetes, Pressão Arterial e outros;

- Serviços Sociais: Patrocínio de programas em benefício dos portadores de defeitos físicos, dos velhinhos, dos menos afortunados, atuando em campanhas de arrecadação de alimentos e agasalhos, que depois de recolhidos são repassados à assistência social do Município e entidades sociais;

- Participação dos sócios do Clube como membros de Associações e Conselhos Municipais.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 111/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Às entidades sindicais representantes de servidores públicos estaduais do Paraná é assegurada a liberação dos servidores eleitos para cargos de direção sindical, na proporção de 4 (quatro) dirigentes, mais 1 (um) dirigente para cada 2.000 (dois mil) servidores associados, por entidade sindical, até o limite de 44 (quarenta e quatro) liberados”.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, ANDRÉ VARGAS e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, que regulamenta o artigo 37, parágrafo 2º da Constituição Estadual, disciplina a licença de servidores públicos para o exercício de mandatos sindicais. Ao tratar do assunto, o *caput* do artigo 2º do referido diploma normativo estabelece que cada entidade de classe terá direito ao afastamento de três dirigentes, mais um para cada dois mil filiados. No final do dispositivo, porém, é imposto um limite de oito dirigentes liberados.

Essa regra não leva em conta o âmbito de representação das diversas entidades de classe existentes no Estado. Com isso, restringe a atuação dos sindicatos estaduais de maior base de representação, promovendo uma desigualdade de tratamento, contrário ao princípio da autonomia e liberdade sindical, assegurado pelo artigo 8º da Carta Magna.

Daí a proposta de modificação do limite fixado no texto original. Com isso, além de quatro dirigentes, cada

sindicato poderia obter mais uma liberação para cada 2000 servidores sindicalizados, até o máximo de 44 liberados. Esse número é compatível com a busca de interesses da administração e do movimento sindical no Estado do Paraná. Ele é inferior ao autorizado em outras unidades da Federação. Basta verificar que, no Mato Grosso do Sul o Sindicato dos Professores conta com 127 Diretores liberados; no Rio Grande do Sul, são 64 apenas para citar dois exemplos importantes.

Da mesma forma, está sendo sugerido a suspensão do parágrafo único do artigo 3º do texto original, que dispõe: “A liberação terá duração igual a do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, por uma única vez”. Esse preceito normativo não tem razão de ser, uma vez que impõe uma limitação à autonomia das entidades de classe, submetendo-as a uma interferência contrária ao ordenamento jurídico.

Os limites na gestão da entidade sindical devem estar previstas no Estatuto da entidade e não na legislação estadual.

É nesse sentido o inciso I do artigo 5º da Constituição Federal: “A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

A revogação do parágrafo único do artigo 3º afasta a inconstitucionalidade da norma estadual.

As modificações propostas, enfim, aproximam o texto legal da realidade cada vez mais complexa da organização dos trabalhadores do setor público, permitindo que as funções atribuídas aos dirigentes sindicais sejam exercidas em sua plenitude sob o controle das instâncias deliberativas das respectivas categorias.

A presente proposição atende ao disposto na Constituição Estadual, não violando a competência privativa do Chefe do Executivo Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 112/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os hospitais e maternidades públicas e privadas ficam obrigados a instalar câmeras filmadoras no interior e nos locais de entrada em suas dependências.

Parágrafo Único. As câmeras filmadoras deverão ser instaladas em posições estratégicas de forma a filmar toda movimentação interna, as áreas de entrada e saída de visitantes, pacientes e funcionários.

Art. 2º As câmeras filmadoras deverão ficar ligadas durante todo o período que os estabelecimentos relacionados no *caput* estiverem em funcionamento.

§ 1º As imagens registradas pelas câmeras filmadoras ficarão armazenadas por no mínimo 01 (um) ano.

§ 2º As imagens registradas serão cedidas somente mediante requisição policial ou ordem judicial.

Art. 3º Os estabelecimentos abrangidos por esta lei terão até 60 (sessenta) dias para instalarem as câmaras filmadoras.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

Segundo se tem notícia, muitos foram os casos em nosso país de rapto, roubo ou seqüestro de crianças recém-nascidas ocorridos dentro das dependências de hospitais e maternidades.

O Paraná recentemente, foi vítima de mais um crime desta natureza, mas em virtude de pessoas terem visto a suposta mulher saindo do hospital com a criança, possibilitou a realização do retrato falado, e o caso foi rapidamente resolvido. Com a divulgação do retrato falado da mulher, a polícia, através de uma denúncia anônima, conseguiu encontrar a criança e prender a criminoso.

Outro caso de roubo de criança em maternidade conhecido nacionalmente, o do menino Pedrinho - também só conseguiu ser resolvido com a divulgação do retrato falado da mulher que teria roubado o bebê.

Assim, fica evidente que para a solução de casos como estes, é imprescindível que se tenha a imagem da suposta criminoso, pois desta forma, a população pode auxiliar, denunciando à polícia uma situação suspeita, que pode se traduzir na solução do caso.

O objeto do presente projeto é criar um mecanismo para auxiliar a polícia, caso ocorra um roubo de criança de dentro de hospitais e maternidades. Com câmeras filmando o interior destes estabelecimentos, será fácil identificar a fisionomia da meliante, não precisando contar única e exclusivamente com a existência de testemunhas que presenciaram o fato de forma a poder fazer um retrato falado. Entendemos também que a instalação das câmeras nos estabelecimentos exercerá uma função preventiva, pois acreditamos que inibirá a ocorrência de casos desta natureza uma vez que, se uma pessoa pensar em cometer tal ato, saberá que facilmente será identificada e presa posteriormente.

Dessa forma, conto com o apoio dos meus pares para aprovarmos o presente projeto e conseqüentemente, contribuírmos juntos para que não ocorram mais casos desta natureza, ou se ocorrerem, sejam rapidamente solucionados com o auxílio das imagens das câmeras de segurança.

PROJETO DE LEI Nº 113/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia da Água, a ser comemorado no dia 22 de março.

Parágrafo Único. As escolas incluirão o tema nos respectivos programas, com lições sobre a importância da preservação dos mananciais de água.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

É fundamental divulgar para as crianças, através da comemoração do Dia da Água, a importância dos recursos naturais de que dispomos. A UNESCO, criou no calendário mundial o Dia Internacional da Água, que é comemorado no dia 22 de março, razão pela qual a instituição do Dia Estadual também nessa data.

O globo repórter de sexta-feira, dia 18 de fevereiro de 2005 trouxe a conhecimento público a importância dos recursos hídricos do Aquífero Guarani.

A campanha da fraternidade de 2004 já trouxe à sociedade brasileira o objetivo de “defender a participação popular na elaboração de uma política hídrica, para que a água seja, de fato, de domínio público, e seja gerenciada pelo poder público com participação da sociedade civil e da comunidade local”.

Do ponto de vista constitucional, nossas águas são bens da união. Este princípio constitucional é fundamental para preservar a água como um bem público e não privado.

Ainda que no Brasil as águas sejam por determinação constitucional, de domínio público, ainda há, de fato, o domínio particular de águas ao arripio da lei, poços, açudes e aguadas construídas com dinheiro público em propriedades particulares ficará sob o controle do proprietário da terra (sem que fossem objeto de outorga pelo poder público).

Segundo os autores do livro “Aquífero Guarani”, José Roberto Borghetti, Nadia Boscardin Borghetti e Ernani Rosa Filho, o Aquífero Guarani, representa o verdadeiro agente integrador dos países do MERCOSUL, pois, acima das questões políticas, econômicas e diplomáticas, este manancial une geograficamente Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Seguramente, em um futuro muito próximo, o Aquífero Guarani deixará de ser apenas uma gigantesco reservatório de água, escondido sob a crosta terrestre, para se tornar parte integrante e fundamental dos debates e das ações voltadas para o desenvolvimento socio-econômico e para a integração dos países e sua abrangência.

Para que se possa compreender a magnitude deste manancial subterrâneo, é preciso antes conhecer a situação hídrica no planeta e a importância do uso racional e da preservação das águas superficiais, além da importância das águas subterrâneas como reserva estratégica.

A Rede Globo de televisão, através de sua diretoria, tomou conhecimento da obra “Aquífero Guarani”, inclusive participando do lançamento do livro em Foz do Iguaçu.

O Globo Repórter salientou que o maior problema para a preservação dos recursos hídricos nos dias atuais é a falta de consciência da sociedade com relação à vulnerabilidade desse recurso, alimentada, seguramente, pelo descaso de muitos governantes com relação aos problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos.

A reportagem também mostrou a riqueza da água mineral na região de Maringá, onde a água pode ser utilizada até mesmo para amenizar problemas de diabetes.

Essa reportagem serve como alerta à população sobre uma possível “crise da água”, por meio de uma “campanha permanente” de educação ambiental, que poderá contribuir para evitar a escassez desse recurso em um futuro próximo.

Nossa sobrevivência e a de todos os seres vivos depende da existência de água.

O abastecimento de água potável às populações, em quantidade e qualidade adequadas, é um indicador básico da sua qualidade de vida, com mais de um bilhão de pessoas com doenças provocadas pela água, anualmente - 80% das doenças em nível mundial, causando cerca de 3 milhões de mortes no mundo, na maioria de crianças, observa-se que a “questão água” não tem merecido a devida atenção por parte das autoridades governamentais.

Só a educação ambiental poderá provocar mudança de atitude e conscientização da sociedade como um todo, pois a água, apesar de abundante, não é inesgotável.

Contudo, não há uma fórmula global e definida para administrar os recursos hídricos. As soluções devem ser locais e regionais. Destacamos aí a importância do Município nesse planejamento.

O Globo Repórter também trouxe à luz a importância dos técnicos do Paraná na conservação dos recursos hídricos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; gostaria de subir à tribuna desta Casa para elogiar o Governo do Estado. Mas, infelizmente, vejo que a cada dia que passa este Governo se perde cada vez mais, dentro das próprias armadilhas que foram criadas por ele mesmo.

Veja, a Folha Rural, um encarte da Folha de Londrina do último sábado, mostra que os projetos voltados para a área rural do nosso Estado praticamente inexistem ou são todos sem nenhuma eficiência. Quero citar o

exemplo, aqui, de um casal de idosos, doentes, “seo” João Vicente, de 72 anos; Dona Terezinha Bezerra Vicente, de 59 anos, que estão inscritos no programa Luz do Campo desde 2001, têm uma pequena propriedade de seis alqueires e até agora não foram atendidos. São aposentados, doentes, têm um filho portador de necessidades especiais, ganham dois salários mínimos por mês de aposentadoria. Metade fica na farmácia, para pagar os remédios que são obrigados a tomar.

E ali ao lado deles, na mesma cidade, em Sapopema, no interior do Paraná, no norte do nosso Estado, onde não chegam as televisões, onde não há jornal com circulação de área, lá mesmo o “seo” José Raimundo da Silva, outro agricultor, de 63 anos de idade, que tem vinte animais, que produzem quarenta litros de leite, também não são beneficiados pelo projeto Luz do Campo ou Luz Para Todos, Deputado Miltinho Pupio, o senhor que é especialista nesta área.

A indagação que faço é justamente esta: o Governador vem aqui ou diz em entrevistas que ele tem o critério de beneficiar a população excluída, onde o índice de desenvolvimento humano é baixo, e Sapopema se encaixa, justamente, nesta concepção. Um pequeno Município, propriedades rurais minúsculas, de seis a dez alqueires que não são atendidas nem pelo projeto Luz do Campo ou nem o projeto Luz Para Todos ou não sei qual a nomenclatura dada a este projeto de eletrificação rural! O que eu sei é da sua ineficiência!

E este programa, por exemplo, que planejava a compra do leite de pequenos agricultores para distribuir às crianças carentes, nas escolas, onde está? Onde está o programa de energia mais barata para quem utilizasse a energia durante a madrugada? E o programa de isenção de tarifas para quem consumisse energia abaixo dos 50kW por mês? Onde estão?

Mas, o Governo comemora com a compra de inserções em rádios, jornais e televisão, alardeando, apresentando números falsos. E a tarifa teve aumentos significativos! Aonde? Onde está o programa Luz Fraterna? Onde estão os seiscentos mil empregos que foram gerados? As quarenta mil indústrias instaladas por conta de energia mais barata? O leite nas escolas apodrece! Falta de condições logísticas para distribuição ou erro na concepção deste projeto ou no planejamento? Porque as crianças, quando mais necessitam desse leite, não estão dentro do projeto, acima de seis anos, se não me falha a memória?

Onde está o Governo que se elegeu com esse tripé: acabar com o pedágio, dar leite de graça aos carentes e luz de graça.

O pedágio não acabou. O leite azedou e a energia aumentou. Que Governo é esse que tem a opção preferencial pelos pobres. Será que rasgou a carta do Concílio de Puebla? Essa a indagação que fazemos na tarde de hoje. O discurso é muito distante da prática. Os números caem na vala comum, porque se sustentam em base falsa. Um verdadeiro sofisma. Mas é muito fácil. Muito fácil falar.

Fica aqui mais uma vez a minha revolta em relação ao descaso, principalmente dos oprimidos. Daqueles que mais necessitam. Falando de um tema extremamente importante para um Estado como é o Paraná, o celeiro agrícola deste país. Qual a vantagem que temos de possuir a maior hidrelétrica do mundo instalada aqui em nosso Estado, se a energia é uma das mais caras do Brasil?

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Precisaríamos bem mais de cinco minutos para relatar em que pé está a reforma tributária, principalmente no que tange os interesses do Estado, não só o Estado do Paraná, mas todos os Estados da Federação. Bem como os interesses dos Municípios que, contrariamente do discurso de ontem do Deputado Rafael Greca, acho que temos que adentrar mais no mérito da reforma tributária.

Não está em jogo o discurso ideológico ou partidário. Está em jogo a necessidade do País voltar a crescer e, principalmente fazer a justiça para com aqueles que ajudam o País a crescer. E, infelizmente, dia após dia vêm cercados numa malha tributária cada vez mais se avança nas riquezas.

Estive representando esta Casa na Marcha dos Prefeitos, inclusive assim que encontrar um espaço disponível no Grande Expediente, quero fazer um relatório amplo do que ocorreu nessa marcha! E o posicionamento de governadores como Germano Rigoto, como Luiz Henrique de Santa Catarina. Posicionamentos esses suprapartidários e voltados aos interesses dos Estados e dos Municípios.

Tive acesso na semana passada ao texto que muito provavelmente será votado no dia 29 deste mês. Digo muito provavelmente, porque a questão do 1% que era o objetivo maior, o aumento do 1% do FPM dos Municípios, entrou em pauta no dia 11.

E, por um acordo com as Lideranças no Congresso, passou-se para votar em conjunto, com a normatização única do ICMS no dia 29. Ou seja, em troca dessa esmola, e é uma esmola sim para os Municípios. Porque 1% não vai ser nada perante as necessidades que os Municípios hoje têm. E o que é pior: o golpe branco que vem sendo dado nos Municípios, nos Estados, não por esse Governo, mas desde a Constituição de 1988 vai continuar acontecendo. Ou seja, o Governo Federal vai continuar tirando fatia ou parcela de tributação dos impostos e jogando para contribuição para não dividir essa arrecadação com os Municípios e com os Estados.

Esse acesso ao texto que, provavelmente, será tratado amanhã com os Secretários de Fazenda, eu posso passar para as Sras. e Srs. Deputados, para imprensa, porque uma iniciativa nossa da Comissão de Acompanhamento desta Assembléia, composta pelos Deputados José Maria Ferreira e Durval Amaral, levantou a idéia de que não se acabasse por completo a prerrogativa dos Legislativos Estaduais no que diz respeito à legislação sobre tributos.

Provavelmente, essa idéia surgida aqui no Paraná, depois transformada em proposta por todas as Assembléias Legislativas do Brasil, vai constar no texto constitucional à prerrogativa dos Legislativos Estaduais aumentarem em 5% acima das alíquotas definidas pelo Senado Federal, só para cima, não para baixo, em no máximo quatro produtos.

O que vai ocorrer vai ser o seguinte: o Senado Federal vai estipular cinco alíquotas, muito provavelmente sete, doze, quinze, dezoito e vinte e cinco e o CONFAZ, que é um órgão técnico composto pelos Governadores de Estado e pelo Ministro da Fazenda...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Reni, V. Exa. tem mais um minuto para concluir, mas antes, se me permite V. Exa., gostaria de anunciar e agradecer a presença no Plenário do nosso amigo Deputado de sempre e Vice-Governador, Orlando Pessuti. V. Exa. fique à vontade e esta Casa está muito honrada com a sua presença.

Deputado Reni, um minuto para que V. Exa. possa concluir.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Eu agradeço, Sr. Presidente!

Como vinha falando, em cima dessas cinco alíquotas, o CONFAZ, que é um órgão do Poder Executivo composto por membros dos Poderes Executivos Estaduais e também pelo Ministro da Fazenda, vai legislar sobre quais produtos serão inseridos nessas alíquotas, ou seja, o Senado vai dizer cinco números, cinco alíquotas; quem vai dizer quais produtos que se encaixam será esse órgão, hoje denominado CONFAZ.

Portanto, não somos apenas nós que estamos pregando prerrogativa legislativa, também os Deputados Federais. Infelizmente, não foi debatido como teria que ter sido debatido, porque o que está em jogo, como afirmaram muito bem os Governadores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, é essa centralização de poder que não é bom para país nenhum do mundo. Nós que temos uma dimensão continental é que vamos ter, com certeza, dificuldades administrativas e, principalmente, após cedermos totalmente o que temos e podemos para fazer o que diz respeito à política de incentivo, através da tributação estadual.

Então, gostaria de solicitar ao Sr. Presidente, assim que tiver um espaço no Grande Expediente, que incluísse este orador para que fizesse uma explanação para os

demais Deputados, bem como antes no dia 29 estaremos colocando nas mãos de todos os Deputados e Deputadas um relatório que será também distribuído a todos os Prefeitos do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado, Deputado Reni Pereira!

Solicitamos à assessoria da Mesa que providencie a inscrição do Deputado Reni Pereira no Grande Expediente do primeiro dia que for possível.

No Pequeno Expediente, com a palavra a Sra. Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Primeiro, quero dizer que é uma alegria ver o nosso querido companheiro Orlando Pessuti de volta, saudável, forte, maravilhoso, nosso Secretário da Agricultura e Vice-Governador que assumirá o Governo dentro de alguns dias quando o Governador Roberto Requião estará viajando para a China. É uma grande alegria tê-lo de volta conosco.

Cinco minutos é pouco, mas vamos falando o que der. Não vou responder a retórica vazia, enfadonha, desgastada, inverídica, estilo showman, quase aos gritos, do Deputado Barbosa Neto, que sistematicamente tem usado a tribuna desta Casa para em vão tentar desqualificar o Governo Roberto Requião.

Esse discurso está ficando desconectado, todo mundo percebe, e não tem ressonância, não vai ao encontro com os milhares de homens e mulheres trabalhadores rurais e urbanos do Paraná, de micro e médios empresários do Paraná e toda a população paranaense que tem sido sim beneficiada pela postura ética, corajosa, determinada, de compromisso político do Governador e também através de nossos projetos do Governo.

Então, esse show de berros, esse showman não combina muito nesta Casa.

Queria dizer que temos um projeto hoje muito importante, que tem a ver com os trabalhadores, funcionários civis voltados ao Instituto de Criminalística e do Instituto Médico Legal, uma lei do Executivo, criando um quadro próprio, dos peritos oficiais do Estado do Paraná, que na verdade esperam há doze anos por esse momento. Tenho certeza absoluta que esse projeto terá o apoio incondicional de todos os Deputados desta Casa, porque fazemos justiça a esse trabalhador.

Não poderia deixar passar em branco no dia de hoje, que se estou aqui falando e se nós temos aqui uma Assembleia de 54 Deputados, é porque no dia 15 de março de 1985 nós retomamos o lugar que o povo brasileiro deveria estar. Quando toma posse o José Sarney no lugar de Tancredo Neves. Mas, antes que isso pudesse acontecer, muitos de nós que aqui estamos hoje travamos

uma verdadeira batalha neste País, Deputado Greca, para que tivéssemos direito democrático da expressão e da liberdade da pessoa humana.

Muitos companheiros ajudaram nessa luta. Queremos aqui citar o Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Mário Covas e tantos outros que ajudaram de forma decisiva nesse processo. É fundamental e não poderíamos deixar passar em branco, pelo menos rapidamente falar no que representa este 15 de março de 1985. Depois desse marco inicial de redemocratização a história brasileira passou por muitos capítulos, aí sim escritos por todos nós que estávamos impedidos de nos manifestarmos aqui no Brasil nos anos duros da ditadura militar.

Então, essa nova história começou a ser escrita por muitos de nós e aquela nova Constituição, muitos dos chamados entulhos autoritários foram retirados, embora a Constituição Brasileira, ainda hoje muito do que está lá contido, na prática não seja rigorosamente aplicado aos cidadãos e cidadãs do nosso País.

Em 89 o Collor foi eleito, em 92 houve o seu impeachment por corrupção. Itamar Franco assumiu e conseguiu romper junto com todos os democratas e progressistas que lá estavam, com uma onda que estava acontecendo dentro do Congresso para dificultar a construção da democracia e enfraquecer o processo de redemocratização. Oito anos o Fernando Henrique ficou no poder e agora Lula, em 2002, assume como quinto Presidente nesses vinte anos de redemocratização, eleito pelo voto direto da população brasileira.

Carregamos ainda vários problemas, várias mazelas desse processo no nosso País que não foi simples, foi muito sofrido, foi muito difícil, mas avançamos em muitos aspectos e isso não pode ser desprezado. Considero umas das coisas mais importantes a redemocratização do País, essa democracia ainda nanica, cheia de exclusões e problemas, mas que se fortalece, começa a dar os primeiros passos com independência e temos certeza absoluta, crescerá forte e se tornará independente.

Então, a democracia do Brasil não tem volta. Não tem volta porque homens e mulheres da Nação Brasileira disseram não à ditadura, brigaram para que nós tivéssemos esse direito. Hoje, vinte anos depois, não seria de bom tom quando o Congresso, a Câmara dos Deputados fazem homenagens a essa data, aqui, na Assembleia Legislativa do Paraná nós ficarmos em silêncio.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Queria agradecer e registrar aqui na nossa Casa de Leis, a presença do Prefeito Silvino Pasqualin, do Município de Inácio Martins e também do nosso Vice-Prefeito Lauri, que nos agradam e apreciam com suas presenças.

O nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

O SR. LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO (PSDB)

Sr. Presidente, quero registrar a presença do Vereador de Chopinzinho, o Paulinho, acompanhado do assessor jurídico, Dr. Douglas; e do Isair, contador da Câmara de Chopinzinho.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Gostaria também de associar-me aos registros dos Deputados, com relação às presenças ilustres que temos aqui nesta Casa, hoje. Destacar também a presença da Sra. Maria Olívia, esposa do nosso amigo e Diretor-Geral de Itaipu, Dr. Jorge Miguel Samek.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, um cumprimento especial ao nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, o sempre Deputado estadual aqui da Assembléia Legislativa, que na próxima sexta-feira assume o Governo do Estado do Paraná, em virtude da viagem do Governador Roberto Requião à China.

Uso esse expediente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um fato que motivou-me a usar esta tribuna é o projeto de lei apresentado no dia de ontem, pelo ilustre Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição aqui na Assembléia Legislativa. O Deputado Rossoni, Deputado Zucchinho, V. Exa. que é da área agrícola e também o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, sabem muito bem que a Assembléia Legislativa aprovou no ano de 2003 o projeto de lei de autoria da Bancada do PT e defendido com veemência pelo Deputado Elton Welter, que trata da questão dos transgênicos no nosso Estado. Naquela ocasião, quando discutimos o projeto, fazíamos referência ao mesmo, dizendo que seria um projeto inócuo, porque naquela oportunidade tinha uma Medida Provisória do Governo Federal liberando o plantio da soja transgênica, para os agricultores que estavam assinando o termo de ajuste. A Assembléia aprovou o projeto, com voto contrário de diversos Parlamentares. Quando o Governador sancionou a lei, o Governador do Mato Grosso do Sul, que é do PT e o Partido da Frente Liberal entraram com uma ADIN no Supremo Tribunal Federal, arguindo a inconstitucionalidade da lei que havia sido sancionada pelo Governador do Estado do Paraná. Conseguimos o obtivemos a liminar julgando a lei do Estado do Paraná, que é a Lei 14.162, de 27 de outubro de 2003 que proíbe o plantio, transporte e exportação de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá ou mesmo o plantio em território do Estado do Paraná, Deputado Valdir Rossoni. Essa lei não existe. O que existe é a palavra do Governador Roberto Requião. Entramos com pedido de informação aqui na Assembléia Legislativa, Srs. Deputa-

dos, pedindo ao Governo do Estado, com base em quê ele estava referindo-se quando estava proibindo a exportação da soja transgênica pelo Porto de Paranaguá. Não tivemos a resposta, Deputado Valdir Rossoni; foi totalmente vazia e não dizia nada com nada. E o que está acontecendo agora?

O Congresso Nacional aprova a Lei da Biossegurança, que é exatamente a liberação dos transgênicos e a célula tronco no nosso País. Ora, o Estado do Paraná faz parte da Federação do Brasil ou será que somos uma ilha no Brasil? A lei no Brasil vale para todos os Estados, com exceção ao Paraná. E o que estamos buscando agora, através da lei do Deputado Valdir Rossoni, que foi apresentada ontem?

Revoga-se a lei, porque a lei não existe. Foi derrubada no Supremo. O Governador do Estado do Paraná, a lei é dele e tenho certeza que nosso eminente Vice-Governador, Orlando Pessuti, que se identifica com a agricultura do Estado do Paraná, tenho certeza que V. Exa., profundo conhecedor da área agrícola do Estado do Paraná sabe como é e eu sei como é difícil para V. Exa. este momento crucial que vive o Estado do Paraná, quando as Cooperativas, a FAEP a todos clamam pela liberação e o Governo do Estado do Paraná é contra os transgênicos no nosso Estado. Mas, como a lei não existe, vamos ver se a Assembléia Legislativa, através do projeto apresentado pelo Deputado Valdir Rossoni, se derrubamos definitivamente e suspendemos e revogamos a lei que não existe.

Faz-se de conta que tem, mas não tem. Isso é o Estado do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma satisfação ocupar a tribuna nesta tarde e quero dividir o meu pronunciamento em duas etapas. A primeira, destacando um projeto de lei que protocolamos nesta Casa no dia de ontem, imputando a obrigação aos hospitais e às maternidades da adoção de algumas medidas de segurança quando do nascimento de novas vidas, novos bebês no nosso mundo.

Infelizmente, nos últimos dias fomos vítimas de algumas ações, de algumas fatalidades...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Deputado Artagão, perdoe-me!

A propósito do discurso do Deputado Elio Rusch e conversando com o Sr. Secretário da Agricultura e nosso

Vice-Governador, quero dizer que não deve ser acolhida a proposta de suspensão da Lei dos Transgênicos.

(Discussão em Plenário)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rafael Greca, não cabe a questão de ordem.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

A decisão do Supremo Tribunal Federal suspendendo a Lei dos Transgênicos não permite mais a aplicação da Lei dos Transgênicos no Estado do Paraná. Não pode ser suspenso o que foi determinado pelo Supremo não ser aplicado.

O que não existe, porque o Supremo determinou que fosse suspenso, não pode ser suspenso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem.

A palavra está com o orador que está na tribuna. Vou lhe conceder o tempo que V. Exa. não teve.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tenho todo o respeito por V. Exa., mas quando abriu exceção ao ilustre Deputado Rafael Greca, V. Exa. tem que me permitir apenas fazer um questionamento a ele, e encerro aqui a minha questão de ordem. Deputado Rafael Greca, se estamos legislando em cima de uma lei que não existe por causa do Supremo Tribunal Federal...

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Por que ele pode falar e eu não posso?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas, Deputado Rafael Greca, V. Exa. falou até agora. Foi justamente porque o senhor falou que está com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Mas, ele pode falar e eu não posso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas, V. Exa. já falou.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Não, mas eu quero dizer que o Supremo...
Deixe-me falar então.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Rafael Greca, não cabe a questão de ordem levantada por V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, apenas concluindo, eu entendo perfeitamente a justificativa do Deputado Rafael Greca,

eu só não entendo por que ele não cobra isso do Governador, porque o Governador não respeita a decisão do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem a ser definida, a palavra está com o orador que está na tribuna e solicito que desliguem os microfones.

Deputado Artagão, eu vou restabelecer o tempo que V. Exa. tem.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Como discorria, abordávamos sobre o projeto de lei apresentando que imputa aos hospitais, às maternidades a adoção de medidas de segurança com relação ao tratamento dos recém-nascidos.

Evidentemente, que todos acompanharam o incidente ocorrido no último final de semana com o seqüestro de uma criança recém-nascida no Hospital Evangélico e também de outros números que são apresentados ao longo da nossa história, e a Deputada Arlete Caramês pode muito bem colaborar conosco neste sentido. E, evidentemente, que nós não podemos ficar parados com situações ocorrendo no nosso dia-a-dia, precisamos adotar medidas objetivas com o intuito de diminuir esses incidentes. Protocolamos na tarde de ontem um projeto de lei obrigando os hospitais e maternidades a adotarem medidas de segurança tais como: a colocação de pulseiras de identificação logo que a criança nasce. Muitos hospitais e maternidades já o fazem, mas nem todos, isso passará a ser obrigatório.

A retenção de um material genético: DNA e cordão umbilical, para que, se forem necessárias medidas de identificação da criança, esses materiais estejam à disposição na maternidade ou nos hospitais para que os devidos exames sejam efetuados. Mas, principalmente a obrigatoriedade do registro de nascimento, da efetivação da certidão de nascimento, antes da saída das crianças, dos recém-nascidos dos hospitais e das maternidades, a fim de que, no momento da liberação apresente-se a certidão de nascimento, acompanhado do documento de identidade ou do pai ou da mãe, possamos inibir definitivamente esse tipo de fatalidade que aconteceu na nossa Cidade de Curitiba no último final de semana e que vem acontecendo no nosso Estado e no nosso País há muitos anos. É necessário uma medida objetiva, uma medida que não custe caro, uma medida que não seja difícil de ser realizada, mas uma medida que assegurará, sem dúvida alguma, aos pais e a todos nós paranaenses um pouco mais de tranqüilidade quando do nascimento dos nossos filhos.

Eu tenho certeza que a tramitação deste projeto será rápida e todos os nobres Parlamentares estarão conosco nessa caminhada. Já demos entrevistas em diversos rádios como a Banda B, na Rádio Clube, pessoas que estavam preocupadas, emissoras de rádio preocupadas com essas ocorrências na nossa cidade. E eu

tenho certeza que faremos uma corrente para que, efetivamente, isso não volte a ocorrer no nosso Estado do Paraná.

No que diz respeito, Sr. Presidente, ao pronunciamento do nobre Deputado Barbosa Neto, infelizmente, haja vista todo o respeito que nós temos pelo colega e amigo, Barbosa Neto, o seu discurso é um discurso vazio, é um discurso que é jogado ao vento. Ele disse que o leite azedou, que o programa da tarifa social não existe, o programa da Luz Fraterna não existe. E aqui eu apresento fatos, número concretos na presença do nosso Vice-Governador e Secretário da Agricultura, responsável direto por um desses programas, que é o programa do leite. O programa do leite já foi implantado em 399 municípios do Estado do Paraná, portanto todo o nosso Estado está sendo beneficiado por esse programa fantástico. Cento e sessenta e uma mil e quinhentas crianças recebem leite do programa a cada mês, uma média de 161 mil crianças, por mês, 4.435.000 litros de leite adquiridos no último mês de dezembro, para atender estas 161.000 crianças.

Mais de 13.000 produtores de leite do nosso Paraná envolvidos neste programa, não existe a importação, a compra do leite de outros Estados ou de um grupo exclusivo de produtores. São 13.000 produtores envolvidos neste programa, pessoas que produzem, que geram empregos e que são prestigiados pelo Governo Roberto Requião num programa fantástico que não busca beneficiar somente o crescimento, o desenvolvimento, o fortalecimento mental e físico das nossas crianças mas que também gera empregos, gera divisas, gera tributos e incentiva o pequeno agricultor, a agricultura familiar do nosso Estado! Setenta laticínios fornecedores e 87 cadastrados, o preço da compra do leite estipulado pelo CON-SELEITE gira em torno de 92 centavos o litro. Foram doados também 1485 refrigeradores às escolas que participam deste programa e 2.962 caixas térmicas fornecidas para distribuição do leite.

Aqui estão os dados concretos, levantamentos da Secretaria da Agricultura rebatendo estes discursos que são feitos e muitas vezes jogados ao vento.

Não nos resta muito tempo, Sr. Presidente, queria relatar com relação ao programa Luz Fraterna, 3.779.000 famílias, mil consumidores beneficiados até agora, desde outubro de 2003 a fevereiro de 2005 no programa Luz Fraterna, um investimento por parte da COPEL e do Governo Roberto Requião de R\$ 35.500.000,00. Sem dúvida alguma aí está a demonstração efetiva e objetiva do que está sendo feito pelo Governador Roberto Requião, pelo programa Luz Fraterna, pelo programa do leite e pelo programa da tarifa social, mais de 1.270.000 pessoas beneficiadas, 318.000 famílias também beneficiadas no programa da tarifa social.

Aqui está a resposta imediata às afirmativas falsas e jogadas ao vento pelo Deputado Barbosa Neto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de passar ao próximo orador no Pequeno Expediente, a pedido da Deputada Arlete Caramês, gostaria de registrar a presença da Vereadora Mariane Coco e da fonoaudióloga Dra. Fabiana Desqui, de Imbituva.

Muito obrigado pela presença e convido a Deputada Arlete Caramês para fazer uso do Pequeno Expediente por cinco minutos.

Deputada Arlete Caramês (PPS)

A SRA. ARLETE CARAMÊS

(Lê):

“Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É com muita satisfação que novamente utilizo esta tribuna, ao contrário de ontem, quando estava aqui como Parlamentar, mas sobretudo como uma pessoa que luta para evitar situações semelhantes, a lamentar a ocorrência de mais um roubo de recém-nascido.

Felizmente, por meio de uma denúncia anônima que dizia reconhecer a mulher do retrato falado, a polícia conseguiu prender a criminosa e devolver a criança roubada a seus pais e familiares.

Muito se fala nesta Casa da segurança pública, ou melhor, da falta dela, e reconhecemos ser um grave problema que vem sendo enfrentado pelo Governo, mas cabe a nós Parlamentares o papel de fiscalizar e cobrar dele as ações necessárias para que voltemos a ter um nível aceitável de segurança.

Cabe a nós cobrarmos a correção daquilo que acreditamos estar errado, mas nos cabe também elogiar quando o Governo dá uma demonstração da forma competente e eficaz que pode combater a criminalidade.

Sem sombra de dúvida, no caso do roubo da menina Grabele, tendo em vista a rápida solução do caso merecem rendição de elogios ao Governo do Paraná, na pessoa de seu Governador Roberto Requião, a Secretaria de Segurança Pública, na pessoa do seu Secretário, mas sobretudo merece um destaque e elogio especial o trabalho realizado pelo Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas - SICRIDE, cuja delegada é a Dra. Márcia Tavares, profissional extremamente competente e dedicada, que, em conjunto com os demais escrivães e investigadores, fazem do SICRIDE um dos mais competentes órgãos da Polícia Civil e ao COPE, que atuou exaustivamente nas várias investigações realizadas. Foram mais de vinte telefonemas dando pistas.

Graças ao trabalho realizado pelo SICRIDE, órgão, aliás, criado na gestão anterior do Governador Requião, foi possível rapidamente se chegar a solução deste lamentável fato ocorrido em nosso Estado, devolvendo o bebê a seus pais e familiares.

Não podemos deixar de fazer menção ao imprescindível papel exercido pela imprensa, a qual, ao noticiar o fato dando a real importância do mesmo, contribuiu sobremaneira para o deslinde do caso. Sem a cobertura

dada, acredito que não se chegaria ao final feliz tão rapidamente.

Na verdade, um conjunto de fatores contribuiu, cada qual fundamental para a solução do caso, a cobertura da imprensa, a investigação policial, mas sobretudo a sensibilidade da sociedade para o drama de ter um filho arrancado dos braços da mãe.

Neste último fundamento acreditamos ter uma pequena parcela de participação, pois, como todos sabem, há mais de uma década procuramos alertar à sociedade o problema do desaparecimento ou mesmo roubo de crianças, fazendo com que a sociedade tenha noção e esteja atenta para o problema.

Felizmente, o caso teve um final rápido e feliz, mas não podemos baixar a guarda. Devemos continuar lutando e criando mecanismos para que no futuro não haja mais casos iguais a estes.

Neste sentido, fiquei muito contente com o projeto de lei apresentado pelo Deputado Artagão que vem colaborar na prevenção ao desaparecimento de crianças em nosso Estado. O problema do desaparecimento de crianças atinge a sociedade como um todo, e como tal é de suma importância que outros Parlamentares dêem sua contribuição, fazendo leis e cobrando ações do governo de forma a evitar que outros casos venham a ocorrer.

Tendo em vista o lamentável fato ocorrido, e o procedimento que foi utilizado para a identificação da criminosa, estou apresentando na tarde de hoje projeto de lei para que hospitais e maternidades situadas em nosso Estado, possuam câmeras filmadoras em seu interior e nos locais de entrada em suas dependências.

É evidente que para a solução de casos dessa natureza, é imprescindível que se tenha a imagem da suposta criminosa, pois dessa forma a população pode auxiliar, denunciando à polícia uma situação suspeita, que pode se traduzir na solução do caso.

O objeto do presente projeto é criar um mecanismo para auxiliar a polícia, caso ocorra um roubo de criança de dentro de hospitais e maternidades. Com câmeras filmando o interior destes estabelecimentos, caso ocorra um roubo, será fácil identificar a fisionomia da meliante, não precisando contar única e exclusivamente com a existência de testemunhas que presenciaram o fato de forma a poder fazer um retrato falado.

Entendemos também que a instalação das câmeras nos estabelecimentos exercerá uma função preventiva, pois acreditamos que inibirá a ocorrência de casos desta natureza uma vez que, se uma pessoa pensar em cometer tal ato, saberá que facilmente será identificada e presa posteriormente.

Desta forma, conto com o apoio dos meus Pares para aprovarmos o presente projeto e, conseqüentemente, contribuímos juntos para que não ocorram mais casos desta natureza, ou se ocorrerem, sejam rapidamente solucionados com o auxílio das imagens das câmeras de segurança.

Muito obrigada.”

Gostaria de dar um recado ao Sr. Deputado Scarpellini, de deixar registrado de que o SICRIDE - órgão responsável na busca de crianças desaparecidas trabalha e trabalhou muito bem resolvendo este caso em menos de 24 horas. Para tanto faço a entrega de todos os recortes de jornais registrando o trabalho dessa equipe valorosa do SICRIDE. E, se isso não lhe bastar, eu lhe convido para conhecer pessoalmente todo o trabalho do SICRIDE.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Qual é o artigo?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Estou aqui acompanhando e plagiando o Deputado Greca que usou da palavra pela ordem sem invocar nenhum artigo. Isso não tem sido obrigatório, aqui, nos nossos assuntos.

A ilustre Deputada está cometendo um equívoco, ao se dirigir à minha pessoa, com relação à menor que foi encontrada.

Eu quero dizer-lhe que a senhora não é a primeira Deputada e nem o primeiro Deputado a trabalhar no Paraná, fui eu, pela busca de crianças desaparecidas. Quando eu fui Deputado em 86, estávamos no encalço de descobrirmos a gangue da Arlete Lú e naquela época, a senhora teve o filho seqüestrado e nós conseguimos trazer, naquela oportunidade a Bruna, seqüestrada, que estava em Israel.

Então, não vou aceitar esse documento passado da senhora, diretamente para as minhas mãos, porque a senhora quer me dar um recibo que eu não vou pagar à senhora, porque ontem eu disse aqui que a segurança vai mal e a segurança vai mal e a segurança vai mal mesmo e não é porque encontraram, por acaso essa criança, que eu vou pagar recibo para a senhora!

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a questão de ordem.

Concedo a palavra ao Deputado Traiano, por trinta minutos.

Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Uso a tribuna na tarde de hoje, no Horário do Grande Expediente, para abordar um assunto que realmente o Brasil como um todo, deve estar estarelecido, diante daquilo que nós temos

presenciado nos noticiários da imprensa escrita e pela televisão. Um episódio lamentável que estamos presenciando pela Rede Globo, em rede nacional.

Os brasileiros, Srs. e Sras. Deputadas, sufragaram o voto na urna, na eleição presidencial com a esperança depositada no atual Presidente da República, na resolução dos grandes problemas cruciais deste País, entre eles, Deputados Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, com certeza, um dos grandes problemas e emblemáticos neste país, é a questão da saúde do cidadão brasileiro.

O que nós estamos presenciando, Srs. Deputados - é por esta razão que eu uso a tribuna na tarde de hoje - nos dias atuais, é a politização da saúde. Srs. Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e demais Parlamentares desta Casa, quero crer que deveríamos ter na mídia, na Rede Globo e nos demais canais de televisão ou nos jornais, em manchetes, o seguinte anúncio: "O Ministério da Saúde adverte: o Governo Lula faz mal à saúde dos brasileiros". É uma verdade, Srs. Deputados. O aviso que acabo de fazer, deveria ser colocado na frente do noticiário recente, sobre a crise de saúde no Rio de Janeiro e onde mais houver manchetes bombásticas sobre a precária situação de hospitais, falta de remédio e filas para atendimento do cidadão brasileiro.

Esse aviso, Srs. Parlamentares, é importante para que os brasileiros possam entender como são feitas no Brasil as crises entre o Governo Federal, o Governo Estadual e os Governos Municipais.

Quem paga a conta, Srs. Deputados, diante das divergências políticas, das pequenas ou grandes brigas que travam os Partidos, os políticos, em detrimento do interesse maior da população brasileira? Quem paga é o povo, antes, durante e depois da crise de saúde instalada no Rio de Janeiro! O caos! Na saúde do Rio de Janeiro, a crise vem se acentuando nos últimos dois anos, Srs. Deputados, e o Governo do Presidente Lula, deixou a situação se deteriorar até chegar ao ponto sem volta.

Aí vem o Ministro da Saúde, com a panca de bonzinho, na televisão, decretando a intervenção em seis hospitais e jogando a culpa na Prefeitura do Rio de Janeiro e, por consequência no próprio Governo Estadual do Rio de Janeiro.

Faz da saúde, da miséria, do sofrimento do povo brasileiro um palco, um teatro, para que os brasileiros percebam que as coisas estão melhorando com relação à saúde neste País. O Sr. Ministro, com certeza, por autorização ou por determinação do Presidente da República, de imediato chama um mutirão de médicos, fazem cirurgias em finais de semana, e anunciam aos quatro cantos deste País, que agora os doentes estão curados!

É triste presenciarmos cenas como essas que estamos vivenciando na televisão brasileira.

Parece simples, sim, Srs. Deputados, mas essas questões escondem objetivos políticos, condenáveis.

A crise na saúde neste País, não é momentânea, ela se arrasta por muitos anos. Ela foi fruto de ações, quando em campanha eleitoral, do atual Presidente da República,

de propostas mirabolantes, milagrosas, fantasiosas, iludindo o nosso cidadão brasileiro para conquistar o voto; lamentavelmente nada aconteceu. As filas continuam, nós estamos presenciando isso todos os dias; é o cidadão que desmaia, que sofre ataque pela falta de atendimento nos hospitais deste País, e o Presidente da República e o seu Ministro, continuam a insistir e a dizer aos brasileiros, que a saúde do brasileiro vai bem!

Portanto, o Governo Lula teve tempo suficiente. GANHOU as eleições há dois anos, sabia da crise da saúde em todo o País e sabe perfeitamente que não fez nada! Não fez nada, Srs. Deputados, com relação a essa situação caótica, que vivem os hospitais do Rio de Janeiro e os demais hospitais deste País, principalmente, na área pública.

Mas, agora, o que me chama a atenção, Srs. Deputados, é que a intervenção dos hospitais do Rio de Janeiro vem num tempo, num momento oportuno, rápido, eficiente, de um Governo ágil, que faz coisas acontecerem com a maior eficiência e rapidez neste País. Sabem por que, Srs. Deputados?

Porque nós começamos a presenciar na televisão brasileira o atual Prefeito do Rio de Janeiro, fazendo inserções e tentando mostrar uma possível candidatura à Presidência da República, e isso fere os interesses dos governantes instalados neste País. Por esta razão, com certeza, detonam todo um complexo de saúde existente no Rio de Janeiro e que nós não queremos sair em defesa, Srs. Deputados - pelo contrário - do atual Prefeito, do governante maior do Estado do Rio de Janeiro, que entendemos que realmente há falhas insanáveis nos hospitais do Rio de Janeiro, como existem, Srs. Deputados, falhas insanáveis em todos os hospitais deste País, e aqui no Paraná não é diferente.

Mas daí, quando começa a despontar o Prefeito do Rio, na televisão, precisamos destruí-lo. E esta é a marca de quem está no poder: buscar a destruição explorando o sofrimento, explorando a miséria humana, explorando as famílias brasileiras, que ficam dias e dias nas filas, para buscar uma alternativa de atendimento de saúde, que dormem nos hospitais, que sofrem ataques em filas de hospitais, para serem atendidos.

O palco está montado, Srs. Deputados! O teatro que se implanta neste País é realmente algo digno de elogios de quem está por trás de uma mídia, de um Governo Federal, que quer mostrar aos brasileiros que a saúde do povo brasileiro está bem!

Abordo este assunto, Srs. Deputados, para trazer também este tema ao Paraná. É importante e oportuno fazermos a recordação desse episódio do Rio de Janeiro.

Deputado Valdir Rossoni, aqui no Estado do Paraná, a nossa avaliação, na nossa luta ética, nada está sendo diferente. Quantas crises instaladas aqui nos hospitais paranaenses! Nós presenciamos a intervenção do Governo no Hospital de Paranaguá! Quantas crises no Hospital Regional de Cascavel pelo mau gerenciamento,

pela falta de recursos, e tantos outros hospitais neste Estado!

O que me preocupa, Srs. Deputados, e quando faço este pronunciamento quero deixar muito clara minha posição: que ela não possa ser mal interpretada na sequência, que meu pronunciamento não sirva de dividendos políticos para outras pessoas, que possam interpretar aquilo que o Deputado Traiano está advogando e defendendo nesta tarde, como argumento em defesa da saúde dos brasileiros.

Aqui no Paraná, estamos presenciando uma série de anúncios: construção de diversos hospitais regionais do Estado. Nós avalizamos, sim, Srs. Deputados, a construção de hospitais regionais neste Estado. Acho de vital importância prepararmos este aparato tão importante para a vida dos paranaenses, dando a condição de infra-estrutura neste segmento vital para a proteção da vida. Somos totalmente favoráveis, Srs. Deputados, mas, o que não posso concordar - e aí vai o nosso questionamento e a nossa indagação - será, como? O Brasil está cheio de elefante branco. Hospitais e mais hospitais estaduais, federais, sob a responsabilidade dos Governos e a cada dia que passa a saúde caminha cada vez pior!

Será que a construção de novos hospitais vai resolver a vida, a saúde dos paranaenses? Elogiamos, Srs. Deputados, aqui, a iniciativa de fazer hospitais regionais. Elogio, sim! Rendo-me a esta vontade, mas a minha e a nossa preocupação devem ser no sentido de que: quem vai pagar a conta dos hospitais regionais deste Estado? Como até o presente momento não se sabe quem paga a conta dos hospitais regionais a nível nacional...

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Peço a palavra, pela ordem.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, peço que me garanta a palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. solicita pela ordem, que tem procedência, mas tem que invocar o artigo que está sendo infringido, porque o Deputado está na tribuna.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Peço pela ordem para fazer uma consulta à Mesa Executiva. Não preciso citar o artigo. Quero fazer uma consulta. Gostaria de saber se o nobre Deputado Ademar Traiano, que faz uso da palavra, fala no Pequeno ou no Grande Expediente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Então, pode ser aparteado?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pode, perfeitamente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Gostaria que V. Exa., quando lhe convier, me fornecesse um breve aparte.

Muito obrigado!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Com o maior prazer, logo após permitir aos Parlamentares que já me solicitaram.

Gostaria de deixar aqui registrada a nossa preocupação, até para que a sociedade paranaense, nós, representantes da classe política deste Estado, os Prefeitos, Governador, Secretário da Saúde, pudessem se envolver nessa discussão, que considero ser importante para o Paraná, para que, casado com a implantação de hospitais regionais que nós mesmos advogamos, fosse amarrada a essa implantação a responsabilidade de quem vai pagar a conta dos hospitais regionais.

Temos informações, buscadas no meio, de uma obra de vinte milhões, na construção de um hospital; o seu custo anual é mais de vinte milhões de reais.

É esta a nossa preocupação. Essa é a nossa indagação. Não que sejamos contra, queremos, sim, o Paraná com uma estrutura da melhor possível, mas não podemos construir elefantes brancos sob pena de responsabilizarmos, no futuro, os Prefeitos Municipais. E aí os Estados se eximem dessa responsabilidade.

É este discurso maduro que temos que fazer nesta Casa, para não colocarmos os Prefeitos em uma situação miserável. De ter que vir ao Governo do Estado, ao Secretário da Saúde, com o pires na mão, pedir e implorar pela manutenção dos nossos hospitais.

Esta é a nossa preocupação, aproveitando o momento nacional que estamos presenciando lá no Rio de Janeiro, nesta crise instalada na saúde brasileira.

Concedo um aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Gostaria de fazer uma lembrança do que vimos lá no Rio de Janeiro.

A intervenção que foi decretada pelo Governo Federal, que trouxe o Ministro ao Rio de Janeiro e junto o interventor, que mais parecia aquelas figuras do filme de James Bond, parecia o 007, tamanha arrogância frente à imprensa, quando começou a se colocar como o dono da verdade e o dono da saúde do pobre povo do Rio de Janeiro.

E vimos a precariedade como vivem as pessoas e como são tratadas pelos homens que deveriam respeitá-las.

Não é diferente aqui no Paraná! As promessas não cumpridas, os discursos eleitoreiros que vimos, não são diferentes de uma grande parte do Brasil.

Vimos aqui, durante a campanha eleitoral, que trouxe ao Palácio Iguaçu o Governador Roberto Requião, os discursos e os programas eleitorais, muito bem apresentados, por sinal, que diziam que em cada região haveria um hospital regional funcionando logo no primeiro ano do Governo.

Esse primeiro ano já está me fazendo lembrar aquela estória do pedágio, que o Governador Roberto Requião também disse: “ou abaixa ou acaba”. Não abaixou e não acabou. O primeiro ano passou e o segundo ano passou e os hospitais regionais não vimos e não veremos.

Quero lembrar aqui que a Deputada Elza disse, há pouco, na tribuna que os peritos de criminalística estão aguardando há doze anos um projeto! Há doze anos atrás o Governador era o mesmo que está aí agora! Vamos voltar a roda do tempo e vamos cair em 93, quando o Governador era o de hoje: Robeto Requião de Melllo e Silva, este que colocou os senhores na marca do pênalti para a questão, que estão aqui com o pires e o chapéu na mão pedindo o apoio e a Deputada está dando!

Muito bem, nós lá em Apucarana, Deputada Elza Correia, que a senhora veio outro dia responder e não respondeu, a senhora foi falar de transferência de verba do SUS para Apucarana. Eu quero falar de transferência de compromissos cumpridos e não realizados!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Sistematicamente, V. Exa. com muita propriedade, tem chamado a atenção quanto ao assunto, mas neste momento, está apartando a mim que não estou com a palavra ou quem está na tribuna?

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Estou apartando o Deputado Traiano.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

As considerações cabem ao Deputado que está com a palavra, Deputada Elza.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Está aproveitando, oportunisticamente, o momento. O senhor deveria estar no Plenário na hora que eu fiz a fala. Está sendo indelicado e mostra, muito bem, a postura de alguns Parlamentares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputada Elza, não cabe questão de ordem. Desculpe!

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Vou mostrar a postura, depois, no pronunciamento que vou fazer sobre segurança pública, à senhora e aos demais membros da Bancada do Governo.

Com relação ao seu posicionamento, Deputado, quero dizer que o Hospital da Previdência de Apucarana

tem um pedido na Secretaria da Saúde do Paraná que está passando de gaveta em gaveta. Há mais de nove meses para terminar o Centro Cirúrgico e o Dr. Cláudio Xavier, irmão do Mister “X” de Santa Catarina, até hoje não deu uma posição definida sobre a liberação dos mil reais que estão ali que, inclusive, esse pedido foi feito também pelo Vice-Governador Orlando Pessuti e pelo Presidente da Assembléia, Hermas Brandão.

Está lá, de gaveta em gaveta e não sai! Não sai porque não tem o que barganhar para sair! Só verba ali na Secretaria da Saúde, Deputado Traiano, se tiver um Prefeito que troca de sigla e entra no Partido do Governador, na nova ARENA do Paraná, que é o Partido do Governador Roberto Requião, que está usando o mesmo método da ARENA. É o “toma lá, da cá!” Pegou o Prefeito de Campo Largo e trocou a sua filiação, PSB, pela filiação do PMDB, para fazer um hospital de criança lá e assim está sendo feito.

Nós temos a denúncia do Hospital do Câncer, do Hospital Erasto Gaertner de Curitiba que está à margem do atendimento da Secretaria de Saúde. Nós temos informações que os recursos são poucos e são dados no contagotas para se tratar de câncer, porque aqueles que estão lá, também não têm ficha para assinar no novo arenão do Governador Roberto Requião. Então, o senhor está sendo muito feliz pelo pronunciamento.

Eu realmente, quero tratar sobre a questão da segurança, daqui a pouco, no Horário da Liderança do PSB, e vou mostrar o descaso que tem, não só com a saúde como todos os principais setores do Estado do Paraná: fila no Porto de Paranaguá; pedágio, ao invés de diminuir, sendo criado; dinheiro sendo prometido aos Prefeitos e não sendo repassado; os problemas aumentando. O Governo parece que é um governo fantasma, todo mundo fala, mas ninguém vê ação do Governo no Estado!

Parabéns pelo assunto!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Scarpellini.

Eu gostaria, na esteira do seu aparte, de também fazer aqui uma lembrança de que, na verdade, não podemos politizar a questão saúde. A saúde não é uma urna eleitoral, muito bem lembrado por V. Exa. O Governador Requião quando esteve em Campo Largo, no anúncio de filiação do Prefeito do PMDB de pronto deu um hospital para a cidade de Campo Largo.

Que coisa bonita, Deputado Luiz Carlos Martins. Um hospital de presente, quinze milhões de reais, me parece. E vou mais além. Além do hospital o irmão do Governador Roberto Requião ganhou de presente a Secretaria Municipal de Educação que foi concedida à sua esposa. A esposa do Maurício Requião. É realmente uma coisa maravilhosa; dá-se hospital pela troca de Partido; para vir ao PMDB, dá-se a Secretaria Municipal de Educação!

E temos informações, V. Exa., Deputado Scarpellini, colocou muito bem a questão do tratamento de

câncer. O Governo do Estado está atrasado para com os hospitais, em tratamento de alta complexidade, com trinta milhões de reais! Há três meses, pelas informações que temos, não paga aos hospitais, sob a alegação de que o Governo Federal não passa os recursos!

Esta é a nossa preocupação. Não podemos brincar de fazer saúde neste Estado! Temos que ser maduros, responsáveis, não podemos explorar os sentimentos das pessoas, o sofrimento das pessoas.

É nesse sentido que faço o meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PSL)

Deputado Traiano, parabéns pelo assunto que traz nesta tarde aqui na Assembléia Legislativa.

Em relação ainda a Campo Largo, Deputado Traiano, na hora do acontecimento todo, da assinatura de ficha do PMDB, o Prefeito, que foi eleito pelo PSB, disse que estava sendo pego de surpresa pelos presentes que o Governador naquele momento estava levando para o povo de Campo Largo. Não só a construção do Hospital Infantil Regional, mas também o asfaltamento da Estrada do Cerne. Enquanto isso o Contorno Norte continua do jeito que está e não se sabe quando é que vai terminar.

Tudo isso é bastante preocupante! A saúde é um caos! Não só no Rio de Janeiro; a saúde é um caos em Curitiba, no Paraná, na região metropolitana. E veja bem a situação: o Presidente da Itaipu, Jorge Sameck - fomos Vereadores juntos na Câmara de Curitiba - um baluarte, um lutador - numa declaração à imprensa, disse que de cada dez citações do Governador Roberto Requião em relação ao Presidente Lula, onze são de críticas.

Então, agora se joga, não se paga os hospitais porque a culpa é do Governo Federal! Mas o Presidente Lula não sabe o que está acontecendo aqui! Afinal de contas, o povo não quer saber se é o Presidente Lula, se é o Governador Requião, se é o Prefeito Beto Richa, se é o J. Camargo, de Colombo, enfim, se é o Basso, de Campo Largo!

E os hospitais que já existem em Campo Largo como é que está a situação desses hospitais?

Mais uma vez teremos uma campanha eleitoral no ano que vem, Deputado Traiano, e vamos ouvir nos palanques eletrônicos e também nos palanques de rua, candidatos dizendo que a saúde é prioridade.

Mas, que prioridade é essa? O povo vai dar uma rasteira nos prepotentes, uma rasteira nos mentirosos e nos arrogantes! Pode esperar! O povo não aceita mais, não admite mais! É só percorrer aqui em Curitiba os postos de saúde na região metropolitana, nas madrugadas quentes agora; o inverno está chegando e também nas madrugadas frias, como muitos corações que têm a caneta para decidir e não decidem.

Obrigado. Parabéns.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Luiz Carlos Martins, imagine V. Exa. o coração do Governador Roberto Requião! Campo Largo. Para filiar um Prefeito ao PMDB, dá um hospital de quinze milhões e na sequência dá, como um presente de Natal, um asfalto que parece a um custo de trinta, quarenta milhões de reais! Aonde vamos parar? Eles estão captando todos os Prefeitos deste Estado para trazer ao PMDB! Olhem o custo que o Estado, essa máquina vai ter!

Srs. Deputados, o Prefeito de um Município de três mil habitantes, daqui a uns dias vai receber na sua cidade, com certeza, um presente maravilhoso para se filiar ao PMDB, sob a promessa de liberação de verbas, de compromissos futuros. Isso o Governador fez no passado, quando deixou o primeiro governo: correu o Paraná assinando convênios, mentiu aos paranaenses, elegeu-se Senador com a maior votação na história deste Estado, em cima de convênios frios, falsos, mentirosos. Depois, o Governador Mário Pereira não pôde cumprir e passou vergonha. Por isso temos que ter maturidade quando anunciamos determinadas coisas à população do Paraná.

Parece-me que os Deputados Barbosa, Rossoni e o Elio também estão inscritos em apartes.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Traiano, quando vejo V. Exa. fazer o seu pronunciamento - os pronunciamentos aqui se somam dentro de um problema que é a saúde no Brasil e no Estado do Paraná.

Fico assustado, quando vejo em tantos milhões para determinados Municípios, e cito uma das regiões que represento nesta Casa, União da Vitória, onde foi contratado o Hospital Regional para dar atendimento à saúde da microrregião; dez Municípios. Sabem quais são os recursos? Sessenta mil reais!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

A média do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Se pegarmos sessenta mil reais vezes 48 meses, dá um valor insignificante. Hoje os governantes estão mais interessados na ficha partidária, na construção do elefante branco, porque não vai ser esse elefante branco que vai arcar com as despesas. Acho que o que precisaria neste momento, é que os governantes pegassem esses milhões e investissem em saúde, porque hospitais não faltam. O que está faltando é leito, remédio, UTI. Acima de tudo o que está faltando é bom-senso e salário decente para os servidores da saúde do nosso Estado.

Obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

V. Exa. está coberto de razão e contribui muito para o meu pronunciamento. O meu tempo está se esgotando.

Vou permitir esse espaço ao Deputado Elio que se inscreveu anteriormente, Deputado Barbosa; na sequência V. Exa.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Deputado Ademar Traiano, ouço com muita atenção o vosso pronunciamento e sei que faltam apenas dois minutos. Vou ser muito breve. Acompanhamos, como o Brasil inteiro tem acompanhado nos últimos dias, a intervenção do Governo Federal na saúde do Rio de Janeiro. Fazemos a pergunta: por que no Rio de Janeiro? Por que a escolha do Rio do Janeiro?

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Poderia ser o Paraná, Deputado.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Por que a escolha do Rio de Janeiro, quando na saúde o caos está no Brasil inteiro?

Não sou especialista na área de saúde, mas entendo um pouquinho de política. O Rio de Janeiro, segundo me consta, tem seis hospitais municipais hoje. Dos seis, quatro eram federais - me parece, posso até estar enganado. Existe o caos lá. O levantamento tem que ser feito. Pergunto a V. Exa. e sei que o senhor também não tem essa resposta: por que o Rio de Janeiro?

Porque o Prefeito é o César Maia! Porque o Prefeito é do PFL! Porque o PFL tem no seu Prefeito o grande líder nacional! Querem fazer com o César Maia o que fizeram com a Roseane Sarney: primeiro acabam com ela e depois vão buscá-la. Quer dizer, queriam acabar com o Greca e buscaram o Greca; queriam acabar com o Reinhold Stephanes e buscaram o Reinhold Stephanes; queriam acabar com o Alcení Guerra e buscaram o Alcení para seu apoio e assim poderíamos citar "n" outros nomes. Mas, por que o Rio de Janeiro?

E o que se faz com os médicos do Brasil que operam? Quanto eles ganham, Deputado Natálio Stica? E os donos dos hospitais, sejam privados ou públicos, quanto eles ganham para o internamento, quanto eles ganham por dia? Será que o Governo deveria fazer uma intervenção no SUS? Será que esse não seria o caminho? E aí perguntamos: por que o Rio de Janeiro?

Essa resposta, eu gostaria que o Governo desse. A escolha do Rio de Janeiro, quando a intervenção poderia ser em Curitiba, em Porto Alegre, em qualquer Município da nossa Federação. Mas, sabemos que aqui é o Parlamento, aqui é uma Casa constituída por Parlamentares e todos nós somos políticos e entendemos. Não vamos esconder o sol com a peneira!

Diria que V. Exa. está fazendo um pronunciamento com propriedade, com fundamento, com dados, e traz a questão do SUS, da saúde do Brasil para o Paraná e a preocupação é exatamente essa. E aí eu diria a V. Exa. o seguinte: o tempo se encarrega de confirmar a veracidade. Por que Rio de Janeiro?

Obrigado!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PSDB)

Deputado Elio Rusch, prefiro não lhe responder por que o Rio de Janeiro, até para não politizar o discurso. Entendo que nós não podemos, na verdade, brincar com a saúde do cidadão brasileiro.

O meu discurso está procurando ser isento de qualquer conotação ideológica ou política. Estou fazendo aqui um discurso calcado e fundamentado dentro da defesa do cidadão brasileiro e é por isso que não vou lhe responder, mas, com certeza, interesse outros por traz escuros, nefastos, estão nessa problemática da saúde brasileira, muito bem explorada pela Rede Globo, no Rio de Janeiro.

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de conceder a palavra pela ordem, solicito ao pessoal de apoio à Mesa que verifique por que está havendo cortes de energia.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só para avisar V. Exa. que a televisão saiu do ar. Avisar ao Deputado Traiano que saiu a televisão do ar e, ao mesmo tempo, deve estar caindo a luz aí, porque tamanho é o pronunciamento do Deputado Traiano, que está caindo a luz.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, eu gostaria que me assegurasse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A palavra está assegurada a V. Exa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não sou indelicado. Não construí a minha história, com todo o respeito aos radialistas que admiro com o maior respeito do mundo, sérios e alguns outros, não, mas não construí a minha história em cima de palavra vazia, como este que aparteou. V. Exa., se quiser receber a fita do seu Governador, está à sua disposição no gabinete! Não o fiz em respeito ao Parlamentar!

Portanto, não admito V. Exa. vir fazer gozação e brincadeira comigo! Não falo para a televisão, falo para os paranaenses, falo para este Parlamento, que é responsável, que tem responsabilidade, que nós representamos o segmento da sociedade paranaense!

Portanto, V. Exa. deve estar encurralado, envergonhado pela postura que tem nesta Casa, de ataque no passado e agora, acovardado, vem fazer brincadeira com este

Deputado! Não admito! Não admito, ainda mais partindo de V. Exa.

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto. Não concedo aparte ao Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, o senhor não concede nada; quem manda é o Presidente.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

O senhor deveria ir para um circo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, o Deputado está muito nervoso; falou tantas asneiras na tribuna, faltou com a verdade para com o povo do Paraná...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto, concedido o aparte pelo Deputado que está na tribuna.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Eu gostaria de cumprimentá-lo, Deputado Ademar Traiano pela seriedade do pronunciamento que traz a esta Casa na tarde de hoje. Nós vivemos em uma democracia, nós temos que conviver com opiniões contraditórias, principalmente nesta Casa que é, sem dúvida alguma, a caixa de ressonância das opiniões do povo paranaense.

Parabenizo V. Exa. porque coloca o dedo na ferida quando aborda a questão da saúde em nosso Estado. E aqui ninguém está preocupado com os holofotes da hora. Que mal nós estamos fazendo trazendo à repercussão o que a sociedade pensa e sente nos dias de hoje?

Há quinze dias trouxemos a esta Casa que no Hospital da Zona Norte, em Londrina, dois idosos de 72 e 77 perderam as suas vidas esperando uma vaga na fila para a UTI, e há quinze dias passados o Governador foi lá, juntamente com boa parte do Governo do Estado, para liberar oitenta mil reais para a cidade! Gastou-se muito mais com combustível, com hospedagem, com traslado, do que com os oitenta mil reais que foram beneficiados e que não dariam para construir as UTI's que tanto reclama o Hospital da Zona Norte! E, olha, o senhor falou sobre a questão dos hospitais regionais, o Hospital Universitário de Londrina que atende 170 municípios, não consegue contratar um anestesiológico, porque o salário que é oferecido é de 465 reais, para um médico que passa seis anos, sem a especialização, fazendo um curso em uma Universidade!

Então, não podemos aqui acreditar que a discussão é apenas em busca de holofotes, ou que seja um showman. Não, sou, não. Showman é o povo que deve rebolar para conseguir sobreviver em um País como o nosso, com um salário de 260 reais!

Veja só, um Governo que se dá ao luxo, que na área da segurança não adere ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e esnoba uma verba de três

milhões e meio de reais, como fez o Secretário de Segurança Pública dizendo que era uma esmola! Ora, como pode ser uma esmola, se com esse dinheiro daria para contratar...

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Somente para questionar V. Exa. O Horário do Grande Expediente mais o Horário da Liderança já foram utilizados no seu todo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu vou conceder mais dois minutos, além do tempo, ao Deputado Ademar Traiano, porque ele foi interrompido no seu pronunciamento. Dois minutos improrrogáveis, Deputado Traiano.

O Sr. Barbosa Neto (PMDB)

Eu já quero passar a palavra para o Deputado Traiano, e só dizer que se arrependimento matasse, as classes da sociedade civil que apoiaram este Governo estariam mortas, peritos que hoje estão nesta Casa tentando serem valorizados, policiais, professores.

Eu trabalhei contra este Governador e sofri na carne quando ia pedir votos para o Álvaro Dias e que hoje, se a pesquisa fosse feita como foi na semana passada Álvaro Dias já estaria em primeiro lugar.

Era esta a minha intervenção junto ao vosso pronunciamento. Parabéns, Deputado Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, Deputado Barbosa, V. Exa. é um brilhante Deputado.

Quero encerrar o meu pronunciamento dizendo da importância do assunto em pauta, nesta tarde e apresento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um requerimento em nome da Bancada de Oposição deste Estado, questionando o Sr. Secretário de Saúde. Uma série de itens, levantando aqui, de quem será a responsabilidade, na sequência, com a construção dos hospitais, enfim quais os Municípios, qual o custo mensal previsto?

Esse requerimento está já junto à Mesa para apreciação da Casa e insisto em dizer que a saúde dos paranaenses, dos brasileiros, não poderá, com certeza, ser politizada, sob pena de sermos crucificados na continuidade do processo. Srs. Deputados se alguns políticos querem usar da saúde como estão usando, levando verba para candidaturas futuras, que tenham a devida cautela.

Ainda e para encerrar o meu pronunciamento gostaria de dizer ao Deputado que fez a questão de ordem anteriormente, que deveria ter a mesma postura para defender o seu Município de Ponta Grossa com relação ao curso de Medicina como teve para tecer críticas, nesta tarde, ao orador do Grande Expediente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente,...

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, não cabe questão de ordem. V. Exa. já está inscrito no Horário do PTB e aí terá a sua oportunidade de acesso à palavra.

Deputado Traiano, já encerrou o seu pronunciamento, gostaria de vossa compreensão, já terminou o seu horário.

Horário das Lideranças:

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini, no Horário do PSB.

Está difícil hoje, aqui, mas vamos em frente.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas. Realmente os Deputados hoje estão quentes na sua posição. Próprio da idade; as pessoas vão vivendo e vão aprendendo, e eu ouvi a palavra do Deputado Dobrandino que disse: “José Scarpellini, nós vamos passar a vassoura lá em Apucarana para trazer aqui na Assembléia”. Cuidado, Deputado Dobrandino, porque nessa varreção você poderá tropeçar no esqueleto do Ferreirinha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 20 de dezembro eu fiz um ofício ao Secretário da Segurança para que tomasse as providências com relação a um problema muito sério lá no presídio em Apucarana. Isso, no dia 20 de dezembro, comunicando a situação grave em que se encontra ou se encontrava o presídio. Ele me respondeu ontem, através do seu Chefe de Gabinete, depois de quase noventa dias, Deputado Dobrandino. O Secretário da Segurança disse que lá em Apucarana está tudo às mil maravilhas, a delegacia, os presos, o mini-presídio sem nenhum tipo de problema!

E vamos agora para a manchete do jornal de hoje o jornal Tribuna do Norte: “Detentos se rebelam e põem fogo no mini-presídio de Apucarana. Confusão começou após a revista nas celas feita pela PM. Labaredas atingiram quatro galerias da unidade.” E, aqui está Deputada Elza, Deputado Dobrandino, Deputada Arlete Caramês, não é a palavra do Deputado Scarpellini, é a palavra da imprensa e do povo de Apucarana transcrita aqui neste jornal.

O descaso para com o presídio terminou nisso que está aqui no jornal, noventa dias para mandar um ofício dizendo que estava tudo bem.

(Lê):

“Mais uma vez cai a máscara do Governo do Paraná. Venho a esta tribuna para dizer que em questão

de Segurança Pública, o Governo Requião só funciona mesmo em propaganda e marketing. Quero dizer que o Governo Roberto Requião, com propaganda na televisão oficial, esquece de trabalhar e acaba demorando até três meses para responder um ofício.

Sr. Presidente. A cidade de Apucarana viveu ontem momentos de tensão quando detentos do mini-presídio se rebelaram contra a superlotação e o desrespeito aos seus direitos, entre os quais o de visita familiar, atendo fogo em colchões e promovendo quebra-quebra no presídio que abriga hoje duzentos por cento de sua capacidade prisional! Isso mesmo, senhoras e senhores, o dobro da capacidade!

Tenho em mãos ofício datado de 20 de dezembro, uma das primeiras ações de nosso mandato, quando alertamos ao Sr. Secretário de Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, sobre os problemas do mini-presídio, sobre a superlotação, sobre a mudança do dia de visita, de domingo para quinta-feira, que poderia causar a revolta dos detentos.

Alertamos para o barril de pólvora que o delegado Acácio Gonzaga de Azevedo, estava criando com sua atitude arbitrária em relação à mudança do dia de visita. Nós alertamos para o fato ocorrido no dia 20 de dezembro, ao Sr. Secretário, mas nada foi feito, nenhuma providência foi tomada.

Sabe quando deram a resposta, Sras. e Srs. Deputados? Ontem!

Tenho em minhas mãos, ofício datado de 04 de março, mas que nos chegou às mãos ontem - ironicamente o dia da revolta dos presos - assinado pelo chefe do gabinete e que nos garante: - abre aspas - “tendo em vista informações prestadas pelo Departamento da Polícia Civil que os detentos recolhidos naquela unidade penal vêm recebendo todos os seus direitos”. O ofício da secretaria afirma que está “tudo bem”.

Então eu pergunto:

Está tudo bem, Sras. e Srs. Deputados?

Mentira!!! Não é o que dizem os presos amotinados que atearam fogo nos colchões porque querem a volta da visita aos domingos, que querem a transferência de policiais da carceragem que não respeitam os direitos humanos.

Está tudo errado, Sr. Presidente! Os presos revoltados, o delegado equivocado, o mini-presídio semi-destruído e o Secretário mal informado! Esta é a verdade sobre a segurança pública do Governador Requião.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quero dizer que buscarei os meus Pares para a convocação de uma audiência pública para tratar deste e de outros assuntos que são notícia nos jornais e que são motivos de denúncias de vários Deputados nesta Casa. Queremos convocar o Secretário Luis Fernando Delazari, o delegado Acácio Gonzaga de Azevedo, o diretor do Departamento da Polícia Civil e outros envolvidos com o sistema prisional no Paraná. Queremos esclarecer os fatos.

Esta Casa precisa ser respeitada e o povo do Paraná precisa de segurança, mais que propaganda. Tenho aqui o jornal Tribunal do Norte, de Apucarana, matéria assinada pelo jornalista Luís Demétrio, em que afirma - também entre aspas - “eles terem seus direitos respeitados e a mudança de quinta-feira para domingo do dia de visitas, além da remoção de dois policiais da guarda”. Essa é a verdade. Nós alertamos para isso em 20 de dezembro. Nada foi feito!

Sr. Presidente. Um outro assunto que quero também abordar, hoje 15 de março, é o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor e comemora-se quinze anos de promulgação do Código de Defesa do Consumidor, tema que também está afeto à nossa Comissão e que trataremos com muito carinho e respeito.

Em tempo, lembrar aos editores do jornal Hora H, que na ânsia de agradar o todo-poderoso, acabaram cometendo um equívoco. Na matéria sobre os vinte anos de redemocratização do Brasil, não era Requião o Prefeito de Curitiba e sim, o saudoso e valente Maurício Fruet.”

Vocês estão sendo órgão oficial do Governo do Paraná e preocupados em colocar coisa do Governo, colocaram que o Prefeito de Curitiba em 85 no dia 15 de março era o Roberto Requião. Não era; era o combatente Maurício Fruet.

Então, Sr. Presidente, quero prestar nesta tarde uma homenagem ao Ari S. que foi eleito Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Luiz S., de Nova Olímpia, o Vice; Issac Tavares, do PSDB, 2º vice; e o 3º vice, Zeca Dirceu do PT de Cruzeiro do Oeste, e a Secretaria Geral ficou com o José Manoel, o Zezão do PMDB.

Sr. Presidente, eram esses os temas, e agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto, do PTB.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Cicatrizes são confeccionadas ou as temos, por ter lutado, por ter participado. Às vezes se ganha, às vezes se perde mas o mundo e a política são assim mesmo. Dão tantas voltas! Às vezes você está em cima, às vezes está em cima o mundo! Só tem cicatriz quem luta, quem participa.

Sr. Presidente, eu queria comentar hoje sobre a questão da saúde. Ouvi tantos debates aqui e não poderia deixar de falar da saúde. Eu vejo um verdadeiro espetáculo diante da televisão, diante do Paraná, quando alguns Deputados, muito bem preparados, como um jogador bem preparado fisicamente, um bom Deputado, bem preparado na hora de fazer as suas considerações.

Eu só tenho elogios à saúde, na região de Ponta Grossa. Quero dizer ao Deputado Traiano que sempre fui um Deputado que combateu o fechamento do Curso de Medicina em Ponta Grossa e vou continuar cobrando para que ele seja reaberto. Jamais vou deixar de lutar pelos interesses da cidade.

Agora, tenho que elogiar as coisas boas que estão acontecendo. Ponta Grossa viveu durante muitos anos, com apenas dezessete leitos de UTI. Quantas pessoas morreram, porque uma região de um milhão de habitantes não tinha leitos de UTI? O Governador Requião autorizou e hoje nós temos, na Região dos Campos Gerais, em Ponta Grossa, dos dezessete leitos de UTI, lá de trás, 47 leitos. Melhorou! Não melhorou? Para quem tinha dezessete, passar a ter 47 é uma grande vantagem. Só não vê, quem não quer. Só não vê quem não conhece o povo, quem não anda com o povo, quem não vê que hoje lá em Ponta Grossa as pessoas não estão vivendo como viviam. Daí alguém poderia dizer que a saúde está 100%! Não, não está 100% ainda não! Precisa melhorar mais, mas já melhorou sim, bastante, e quanto ao Hospital Regional, olhe, o Hospital de Ponta Grossa já está no projeto e o Prefeito lá não é do PMDB! Ele é do PSDB, Deputado Traiano, seu Partido.

Sabe quem prometeu o hospital na campanha? Claro! Foi o Prefeito do PSDB que prometeu um “elefante branco”, dito aqui agora. Sabe quem vai fazer o “elefante branco” que o Deputado anteriormente falou? O Governo do Paraná, porque entende que a região dos Campos Gerais, é a única do famoso anel de interligação do Paraná que não tem um hospital que é bancado pelo Estado do Paraná! Quem vai bancar esse hospital é o Estado do Paraná como banca em Londrina, como banca em Maringá, como banca em Cascavel. Falta o de Ponta Grossa. A obra está sendo feita e, se Deus quiser, nós vamos inaugurá-la o quanto antes, para beneficiar ainda mais o nosso povo.

Então, a saúde de Ponta Grossa, claro que tem que melhorar, mas já melhorou, de dezessete para 47. Qualquer criança faz a conta, é uma diferença. UTI's novas, SIATE novo, ajudando o atual Prefeito, que é do PSDB. O Governador recebeu-o na sua casa e autorizou a fazer o novo hospital. O hospital condenado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Só gostaria de sugerir ao Deputado Jocelito Canto se lhe aprouver, que eu entrei em entendimento com a Liderança do PMDB. Se for possível, o Deputado usar a Liderança do PMDB. Digo, porque esse debate, quando está alguém usando da tribuna e os Deputados poderem fazer esse debate, lamentavelmente o Deputado Traiano não teve a oportunidade de ceder o aparte a quem pensa diferente dele. É muito importante para enriquecer o debate, para que a verdade seja esclarecida.

É possível isso?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, regimentalmente não é possível. É possível o Horário da Liderança do Governo.

Consulto o Deputado Dobrandino se cede?

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Não, o Deputado Dobrandino vai fazer uso do Horário da Liderança. Daí, tanto eu quanto o Deputado Jocelito, poderemos usar?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não é possível.

Então eu solicito ao Deputado Jocelito, que conclua o vosso pronunciamento em um minuto.

O SR. JOCELITO CANTO (PT)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É uma pena que nós não temos mais tempo para debater, porque a Oposição ficou falando de um lado e a moeda tem dois lados, tem que ouvir os dois lados, pelo menos aprendemos isso no rádio, lá quando começamos

Sr. Presidente, eu queria dar outra notícia boa, para a saúde de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Faz mais de cinquenta anos - não são oito - que as pessoas vêm de Ponta Grossa a Curitiba fazer radioterapia.

Você imagina uma pessoa com câncer vir de Ponta Grossa, duas, três vezes por semana sofrendo, passando mal? Pois bem, já nesta semana, depois de cem anos, a radioterapia vai funcionar em Ponta Grossa.

Sabe de onde é o dinheiro? Não é de credenciamento do Governo Federal, não! É dinheiro do Estado do Paraná, que vai bancar uma parte dessa radioterapia em Ponta Grossa!

Finalizando, queria cumprimentar aqui, eu tenho sempre criticado alguns pontos de segurança, mas é importante hoje, ninguém se lembrou de cumprimentar o Paraná hoje, pelo seqüestro daquela criança que aconteceu há 48 horas atrás.

Quero cumprimentar aqui a Delegada Márcia Tavares e a equipe do SICRIDE, que de forma espetacular, profissional, maravilhosa, resolveram o caso em 48 horas. Parabéns, Deputada Arlete, a senhora que tem lutado por isso.

Quarenta e oito horas resolveram um crime, que a polícia só foi comunicada seis horas depois. A segurança tem defeitos, tem problemas, mas tem coisas boas.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, Deputado Artagão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Só complementando o pronunciamento do Deputado Jocelito.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Artagão, eu não posso lhe conceder, pela ordem, senão daqui a pouco o Deputado pede também e virá um debate à parte.

Obrigado pela compreensão, Deputado Artagão, V. Exa. que é sempre pródigo nos seus pronunciamentos. PDT, Deputado Neivo Beraldin.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Aproveitei hoje que o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti e Secretário de Agricultura do Paraná visitou esta Casa, para entregar-lhe uma idéia do chamado "Armazém Comunitário para o Pequeno Produtor", respaldado por alguns técnicos da MCASUL.

Esse projeto visa atender os pequenos produtores, organizados em comunidades, reduzir as perdas do campo, Fome Zero, aumentar o processamento da industrialização da propriedade, aumentar a renda, através da receita marginal, instalação de pequena unidade de concepção, que irá limpar, secar, armazenar, com segurança os produtos colhidos. A unidade poderá receber os seguintes grãos: soja, feijão, milho, sorgo, arroz, trigo, aveia, café e outros cereais.

Para agregar valor, a unidade poderá até processar alguns produtos. Por exemplo, descascar, ensacar arroz, fabricar fubá, ensacar grãos de qualquer espécie. A capacidade inicial será de 250 ton/silo e 250 ton/armazém.

O módulo inicial do projeto poderá atender uma área de 270ha, produção máxima de quinhentas toneladas de soja a 250 toneladas de milho. Redução das perdas no campo, melhora na qualidade de preço de grãos, aumento da renda líquida, retenção do agricultor no campo, aumento da safra e maior oferta de alimentos. E aumento de arrecadação tributária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Todos nós sabemos que as grandes multinacionais, quando a produção colhida pelo pequeno produtor comunitário - não o grande plantador rural - ele ter que, rapidamente, entregar sua produção a uma grande multinacional, que acaba armazenando no seu armazém ou a uma grande cooperativa. E ele não tem oportunidade de armazenar sua produção para aproveitar o melhor momento para sua venda e aproveitar, como já disse, a diminuição de perda em torno de 20%, que perde na questão da oportunidade.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu espero que o Governo do Estado do Paraná possa estudar esta idéia, e efetivamente colocá-la em prática, sobretudo porque temos um programa chamado Doze Meses. E este programa se enquadra, perfeitamente, para atender ao pequeno produtor do nosso Estado.

Eram essas as minhas palavras em relação a essa idéia.

Gostaria também de registrar a 8ª Marcha dos Senhores Prefeitos do Paraná; foram 150 a Brasília para solicitar melhor renda para seus Municípios e voltaram, mais uma vez, com as mãos vazias. E, evidentemente,

enquanto não fortalecermos a unidade municipal, o Estado, nós estamos errando, concentrando renda na mão, sempre, daquele que pode muito, que é o Governo Federal, em detrimento daquele aonde mora o cidadão, que é o Município e o Estado.

Portanto, a marcha a Brasília, infelizmente, de 150 Prefeitos do Paraná, que voltaram entristecidos, porque não obtiveram a acolhida que eles esperavam. Eram estas minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário destinado ao PFL, concedemos a palavra ao Deputado Durval Amaral.

Liderança do PFL: Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, os principais jornais do Paraná, entre eles Gazeta do Povo e Folha de Londrina, trazem ou reproduzem denúncias formalizadas no último sábado, pelo Procurador do Estado do Paraná, Dr. Luiz Henrique Bonaterra.

Essa denúncia transcrita na Folha de Londrina pelo grande colunista Luiz Geraldo Mazza e na Gazeta do Povo, pelo colunista Fábio Campana. Acredito que é de extrema gravidade.

Transcreve o Luiz Geraldo Mazza: “O discurso de Luiz Henrique Bonaterra, faz restrições graves à imagem de autoridade e de moralista do Governador, ao mostrar que manteve contrato sem licitação no tempo de Lerner na COPEL, a inocuidade das ações no caso pedágio, investimentos do Banco Santos, desencontros no Porto, lembrou que todas as aquisições da CEASA, do sabonete ao “leite das crianças”, é sem licitação.” São as palavras de Luiz Geraldo Mazza, reproduzindo as palavras de Luiz Henrique Bonaterra.

O Fábio Campana diz o seguinte: “O Procurador do Estado, Luiz Henrique Bonaterra que já foi do PMDB e muito próximo de Requião, hoje está no PT e fez denúncias cabeludas em discurso na reunião do Partido. Turra listou irregularidades que vão da renovação da concessão do transporte público intermunicipal à injustificada ausência de licitação do programa do leite. Para arrematar, sugeriu investigação legislativa de todas as áreas do Governo.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não podemos nos calar diante de denúncias tão graves feitas por um Procurador do Estado do Paraná.

Pessoa que muitos de nós conhecemos, já foi Deputado Estadual, mas sempre de uma postura, uma maneira muito ética. Um homem que foi militante da Esquerda. Um homem que tem embasamento do que fala.

Inclusive a senhora sua esposa é Presidente da FUNDEPAR.

Quando vejo que parte de dentro do Governo uma denúncia tão grave como essa, não cabe a nós outra opção, a não ser convocar esse ilustre Procurador, Dr. Luiz Henrique Bonaterra, porque ele incitou a Assembléia Legislativa a investigar suas denúncias, para que ele possa estar aqui. Atendendo a uma convocação, aprovada, com certeza será, pela Assembléia Legislativa, mas fomentada neste momento pelos Deputados da Oposição. Estamos apresentando, logo mais, o pedido de convocação para a próxima terça-feira.

Espero, Deputado Antonio Anibelli, que seja aprovado por unanimidade. Que não haja aquele subterfúgio de pedir para discutir, para que seja adiado para o dia de amanhã.

São denúncias graves. E estamos aqui nos valendo das informações precisas de dois grandes colunistas do Paraná, Fábio Campana e Luiz Geraldo Mazza.

Não nos resta outra alternativa. Temos que ouvir atentamente todas as denúncias no plenário desta Casa trazidas aqui pelo Dr. Luiz Henrique Bonaterra, e a partir daí instaurarmos os procedimentos de investigação que forem necessários. Ou, se não houver denúncia nenhuma, acredito que não seria da postura, da posição, da envergadura, inclusive moral, do Dr. Luiz Henrique Bonaterra falar isso internamente dentro do PT, e depois vir na Assembléia Legislativa desmentir.

Quero que os nobres Deputados nos apoiem. E estamos fazendo mais um pedido de informação também, não em tom de denúncias, mas em tom de informação, mas parece que fortalece a linha de argumentação do próprio Luiz Henrique Bonaterra, com relação à Secretaria da Saúde e com todas as suas coligadas, inclusive a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, sobre os processos licitatórios.

Nós temos informações, não são denúncias, mas estamos fazendo um pedido de informações para averiguar, porque existe uma coincidência muito grande em relação às empresas que ganham as licitações para venda de remédios para Secretaria da Saúde. Não é denúncia, só um pedido de informação retroagindo desde 1º de janeiro de 2003 até a presente data, e a partir dessas informações, não só com relação aos remédios, mas todas as modalidades, inclusive com dispensa de licitação com aquisição de outros tipos de equipamentos, nós poderemos ter muito claro o procedimento que é adotado na Secretaria da Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Muito obrigado, nobres Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Durval Amaral!

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri, pelo PT.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, o que me traz à tribuna é muito mais do que as duas ou três, quatro ou cinco reuniões que o PT fez este final de semana. Todas elas convergiram para que tivéssemos uma posição muito semelhante em termos de candidatura própria em 2006, uma proposta de aumentarmos a Bancada de Deputados Estaduais, de Deputados Federais, de fazermos um grande processo eleitoral.

PT sai num debate com respeito às eleições numa situação muito favorável e interessante, e isso certamente trará repercussões e fortalecerá muito a todos, inclusive aos Deputados que não são do PT e à população como um todo. Entretanto, em função da intervenção feita pelo nobre Deputado Traiano, gostaria de colocar algumas ponderações, em que pese haver pontos de concordância que direi na sequência, Deputado.

Nós tivemos aqui no Paraná - quero me ater ao Paraná -, com relação à saúde, por parte do Governo Federal, primeiro, um aumento de equipes no que diz respeito ao programa de saúde da família dos Municípios com menos de cem mil habitantes até o início deste ano. Agora, dos 384 Municípios com menos de cem mil habitantes, 302 já foram habilitados para um repasse mensal de 851; as equipes do PSF passaram de 1.085 em 2002, portanto, ainda no Governo Jaime Lerner, no Governo Fernando Henrique Cardoso, para 1.500, atualmente. As equipes de saúde bucal passaram de 334, em 2002 para 750 em 2005.

Eu acho que é preciso que tenhamos preocupação com relação aos hospitais onde houve intervenção no Rio de Janeiro, mas é preciso contextualizar. Sr. Presidente. O Rio de Janeiro tem uma situação de saúde caótica, já de muitos anos, mas ainda a disputa entre a Prefeitura e o Ministério foi acirrada em fevereiro em razão de nove hospitais que eram federais e foram assumidos pelo Município em 1999. Então, é preciso que tenhamos esse contexto porque senão ficamos só com uma parte da história.

O Rio de Janeiro municipalizou nove hospitais federais em 1999 e recebe hoje ou recebia, pelo menos por ter um sistema do SUS pleno, 780 milhões de reais, dos quais 390 milhões vão para a cidade do Rio de Janeiro. É inadmissível que uma cidade que receba 390 milhões de reais do SUS mantenha recursos federais fazendo caixa e não aplique em saúde! Mas ainda, é inadmissível, também, que o Estado do Rio de Janeiro não cumpra os 12% e coloque como ações de saúde, despesas que não têm absolutamente nada a ver com saúde, colocam, inclusive, de forma indevida! Já há processo no Ministério Público com relação a isso e sabemos que isso vai gerar um efeito que não é de hoje, que trará prejuízos a todos.

Tentar politizar esse processo, acho que pode até ser feito até porque tudo é político.

Agora, precisamos ter todos os dados, porque se não os tivermos, vamos começar talvez a cometer alguns equívocos. Por exemplo, concordo com o que o Deputado Traiano diz, que o Lula sabia que receberia o sistema de saúde de uma forma caótica.

É óbvio. O Governo Lula vem depois de oito anos do Governo Fernando Henrique do PSDB. Não só a saúde, mas também a educação, o transporte, as privatizações, o sistema de telefonia. Quem viu hoje sabe que as elétricas estão com mais de seis bilhões de dívidas por ter sido feita uma privatização criminosa em nosso País. Então, é óbvio que se saiba que o País estava um caos. Tanto é óbvio que a população preferiu mudar de Governo.

Também concordo com o Deputado Traiano quando diz que qualquer cidade poderia ser feita intervenção inclusive Curitiba, onde as unidades de saúde estão caóticas. Isso durante oito anos denunciemos na Câmara Municipal de Curitiba e o Governo de Curitiba é do PSDB, que há doze anos é do mesmo grupo.

Então, Deputado Traiano o senhor nos ajuda quando diz que estava tudo um caos, mas esperamos que talvez possamos recuperar em dois anos ou talvez, em mais quatro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças. PMDB, Deputado Artagão Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

A nossa tarde de hoje está sendo bastante produtiva, com debates, questionamentos, argumentações, mas acima de tudo, com os Deputados de sustentação do Governo apresentando as respostas de forma objetiva e com a apresentação e números, de dados, informações que se encontram à disposição de todos os paranaenses no site oficial do Estado do Paraná, do Governo Roberto Requião.

Não adianta escondermos a verdade. Não adianta termos medo do debate. O que é preciso é que os questionamentos, as indagações, as argumentações sejam feitos de forma objetiva, transparente, e dentro do que todos os paranaenses esperam dos seus representantes, de forma respeitosa.

Quero falar um pouco sobre a questão da saúde no Governo Roberto Requião. Nós recebemos aqui, oficialmente, da Secretaria da Saúde, alguns números, algumas informações respondendo às colocações há pouco feitas pelos nobres Deputados na tribuna da Oposição.

O Governo que antecedeu ao Governo Roberto Requião, no ano de 2002 tinha um orçamento previsto na área de saúde de 333 milhões sendo que só utilizaram 178 milhões desse orçamento previsto. Deixaram um orçamento para o Governo Roberto Requião no primeiro ano, de 253 milhões. Evidentemente que se nós temos um percentual baixo de verba carimbada para a área da saúde, significa que herdamos esses recursos nos orçamentos que nos foram deixados. Menos de quatro por cento, foi orçamento previsto para o ano de 2003.

Este ano, o orçamento para a Saúde de forma objetiva com as receitas e com as fontes com recursos do Estado, são mais de quinhentos milhões de reais a serem investidos objetivamente pelo Governo do Estado. Não basta ter recurso no orçamento; é importante também saber utilizar esse orçamento deixado e programado pelos Deputados e pelo Poder Executivo.

Não bastam também somente os investimentos, é importante também trabalhar na questão preventiva, na questão da assistência.

O Governo do Paraná implantou um programa pioneiro no Brasil incentivando a criação e o aumento das equipes do programa da saúde da família.

O Ministério da Saúde realiza um investimento nas cidades com mais de cem mil habitantes. O Governo Roberto Requião, o Governo do PMDB, incentivou e apoiou também a implantação das equipes do Programa Saúde da Família nos Municípios com menos de cem mil habitantes. 302 municípios foram habilitados através desse investimento.

Desse apoio do Governo, 851.000 são repassados pelo Governo Roberto Requião à manutenção dessas equipes, para o Programa Saúde da Família.

De 1.085 equipes do Programa Saúde da Família, em 2002, passamos para mais de 1.500 equipes, no tratamento preventivo, no tratamento direto nas residências, com os acompanhamentos permanentes, com médicos, enfermeiros, equipes totalmente trabalhando de forma regionalizada e muito próxima da comunidade.

Sem dúvida alguma, um dos melhores programas na área do atendimento à saúde, que foi desenvolvido até agora.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo um minuto para que V. Exa. possa concluir o vosso pronunciamento e aproveito para passar a Presidência ao nosso eminente Presidente Hermas Brandão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

O Governo Roberto Requião investe de forma objetiva também no atendimento de forma preventiva. As equipes de tratamento bucal passaram de 334 no último ano do Governo anterior, para 750.

Muito mais poderia ser dito de ações desenvolvidas pela Secretaria de Saúde no Estado do Paraná, neste nosso Governo. Ações objetivas, ações que estão melhorando a qualidade de vida dos nossos paranaenses, ações

que estão diminuindo os índices negativos que se apresentavam em todos os índices de levantamento, que foram feitos pelos institutos de pesquisa.

Além disso, investimentos de 20 milhões por ano em hospitais públicos e filantrópicos, de referência regional. Investimentos e valores já repassados há alguns meses.

Pode haver um entrave burocrático e algum retardamento do repasse de dinheiro, mas o importante é o comprometimento do Governo no repasse objetivo desses recursos. Repasse que não existia. Repasse que está permitindo a sobrevivência de muitos desses hospitais filantrópicos de referência regionais. Se não houvesse esses repasses, certamente, muitos deles teriam suas portas fechadas.

Agradeço pela oportunidade, registrando ainda, mais de quatro milhões de gratificação de atividade da saúde, também feito pela Secretaria da Saúde, pelo Governo Roberto Requião. Informações objetivas respondendo de forma imediata às colocações feitas pela nossa Oposição.

A verdade está aqui. Os números à disposição de todos, através do site oficial do Governo Roberto Requião, do Governo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Liderança do Governo. Concedo a palavra ao Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvindo as mais diversas manifestações dos Deputados, eu sempre disse e não ignoramos isso, nesta Casa, que é democrática, que cada um pode aqui trazer o seu ponto de vista, sua opinião, suas críticas e até seus elogios ao Governo. Ouvia agora atentamente o pronunciamento do Deputado Durval Amaral, que se referia - não sei se críticas ou denúncias - ao Procurador Luiz Henrique Bona Turra, que conheço, esposo da Sandra Turra, que é Diretora da FUNDEPAR.

V. Exa., Deputado Durval Amaral, tenha a certeza que se fizer um requerimento convocando ou convidando - se for convocação tem o apoio da Bancada do PMDB. Não concordo com essas dúvidas no ar. Conhecendo o nosso governo, o nosso Governador, na minha cidade, na minha região onde tem inúmeras obras do Governo do Estado, todas elas foram feitas através de concorrência pública e por isso diria que V. Exa. pode e deve convocar.

Mas, com relação às críticas dos Deputados Barbosa Neto e Scarpellini, quero dizer que ouvi atentamente e V. Exa. tem o direito de pensar dessa forma, mas não é, na verdade, a realidade. Nós vimos aqui, através do Deputado Artagão Júnior, que trouxe os investimentos do

Governo na área da saúde e comparando com o último ano do Governo passado, a diferença é muito grande. O investimento deste, na área da saúde, na área da segurança pública, na educação, na recuperação de estradas, nobres Deputados, não é realidade o que V. Exa. estão falando. Este Governo tem comando e faz um grande Governo. Agora, nós entendemos também que no ano que vem tem eleição e claro que as coisas são assim mesmo.

Quero responder ao nobre Deputado Domingos Scarpellini, por quem tenho amizade e respeito. E olha, essas coisas pequenas não costumo entrar. Talvez seja a primeira e última vez que faço isso, para responder ao Deputado Scarpellini, quando disse que estávamos preocupados ou zangados com uma seqüela - não sei, o que foi - lá de Foz do Iguaçu, nas eleições.

Desculpe V. Exa. com todo respeito V. Exa. não é muito credenciado para falar isso, até porque V. Exa. chegou aqui há noventa dias, com uma votação de Vereador. Não é credenciado para cobrar isso de nós. Nós perdemos uma única eleição em Foz e espero que a população de Foz esteja certa na sua escolha e que faça um grande trabalho em Foz do Iguaçu.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)
Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
A palavra está assegurada.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)
Estou pedindo Pela Ordem, porque ele está fazendo referência à minha pessoa e quero dizer que o Deputado Dobrandino...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
V. Exa. depois poderá, nas Explicações Pessoais, contestar o discurso do Deputado Dobrandino.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)
Está bem!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)
Mas, diria a V. Exa. que também conheço bem na sua cidade as cicatrizes que V. Exas. levaram.

Então, isso para mim não tem a menor importância, mas só para dizer que V. Exa, chegou ontem e já está querendo - como dizia o Romário - sentar na janela.

Então, queria dizer o seguinte, nobres Deputados - antes de ceder um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni - este Governo tem comando.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)
Pela Ordem, agora quero respondê-lo.

(Discussão no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
V. Exa. já está inscrito nas Explicações Pessoais.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)
Este Governo faz um grande Governo. É um Governo que tem comando e que está trabalhando.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)
É que quando V. Exa. se elegeu Deputado, eu já estava saindo daqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está assegurada a palavra ao Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)
E a população do Paraná, nobre Deputado, vai afirmar isso nas eleições do ano que vem!
Tenho certeza disso!
Concedo um aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)
Sr. Presidente, caro Deputado Dobrandino, acho que o debate que o Deputado Ademar Traiano trouxe a esta Assembléia, fez um brilhante discurso, usou o horário do Grande Expediente, o horário nobre da Casa, falou durante trinta minutos e se posicionou a respeito de ações do Governo do Estado do Paraná e fez uma série de comentários a respeito do Governo Federal. Mas, duas questões foram fundamentais e que nortearam o seu discurso. Foram duas perguntas que V. Exa. fez e V. Exa. não trouxe resposta. Não era para responder, mas era para organizar o seu discurso, eu sei muito bem.

Uma das perguntas dizia o seguinte: por que a Cidade do Rio de Janeiro teve intervenção nos seis hospitais administrados pelo Município do Rio de Janeiro? Lá o Prefeito, todos nós sabemos, é o César Maia. Aliás, em vários aspectos, faz uma excelente administração na Cidade do Rio de Janeiro, tanto é assim que foi reeleito em 1º turno nas eleições municipais passadas, precisa ser reconhecido isso.

Mas, o que diz respeito à saúde, o debate que V. Exa. lança é falso porque a auditoria no Rio de Janeiro, a auditoria do Ministério da Saúde e do próprio Tribunal de Contas, demonstra que o dinheiro da saúde, depois de seis meses de auditoria, estava sendo desviado. Foram encontrados 38 milhões de verbas do dinheiro da saúde aplicados em títulos, aplicados em bancos, impróprio da sua função.

Então, o dinheiro que deveria estar sendo utilizado para melhorar as condições da saúde estava com desvio e a Prefeitura não resolveu esse problema; há mais de oito meses essa auditoria acontece lá.

E os problemas no Rio de Janeiro, na área da saúde, V. Exa. sabe que não são de hoje, existem há mais de dez anos, não vamos responsabilizar os ex-Governadores e nem o ex-Presidente da República, nem o problema de falta de verba na área da saúde no outro Governo passado. Não se trata disso: no Rio de Janeiro existe um problema gravíssimo com as pessoas não sendo

atendidas e morrendo à beira dos corredores, não podendo entrar em hospitais, se trancam, por causa da demanda, com cadeado na porta.

A Rede Globo fez uma matéria exaustiva a esse respeito e nós como cidadãos brasileiros temos que buscar uma solução, seja pela intervenção do Governo Federal, seja pela intervenção do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que não faz parte da base de apoio do Governo Lula, aliás, é Oposição ao Governo Federal, mas, no entanto, é quem vai ficar responsável pela aplicação do dinheiro do Governo Federal, tanto aí demonstrando que o interesse público e o interesse das pessoas, dos cidadãos está em primeiro lugar.

A segunda pergunta que V. Exa. não respondeu, diz respeito aos hospitais regionais do Estado do Paraná. E aí essa pergunta revela o quanto V. Exa. pensa de uma maneira atrasada, de uma maneira preconceituosa e de uma maneira que não corresponde àquilo que o povo brasileiro precisa. E eu não o reprovo, do ponto de vista pessoal porque essa é uma corrente de pensamento que existe no Brasil, é de entender os problemas sociais do ponto de vista econômico, porque o senhor faz a seguinte pergunta - o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, o Governo, está construindo oito hospitais regionais e o senhor citou um exemplo, um deles custa vinte milhões, depois o senhor disse o seguinte: os dados levantados demonstram que vai mais vinte milhões para manter esse hospital - e daí V. Exa faz a pergunta: De onde virá o dinheiro para manter esse hospital?

Ora, Deputado Traiano, o senhor deveria estar em regozijo, o senhor deveria estar com alegria e com os olhos brilhantes de saber que aqui no Paraná o Governo está criando oito hospitais regionais e vai fazer todo o possível e o impossível para que o dinheiro dos contribuintes do Estado do Paraná não seja aplicado em desvio de verbas, não seja aplicado em superfaturamento de estradas, não seja aplicado em superfaturamento de obras, mas que seja aplicado na manutenção de hospitais lá na região de Paranavaí, lá na região onde o senhor mora e que precisa, que é a região de Francisco Beltrão. E o senhor sabe o quanto o senhor sofreu nesses últimos anos lutando para ter um atendimento público lá de boa qualidade.

Na minha cidade natal, a cidade de Paranaguá, a oitenta quilômetros daqui, Traiano, duzentas mil pessoas do litoral não tinham uma UTI, aliás, ainda não têm uma UTI pública, têm que subir a Serra à noite, de madrugada, quando precisam de uma UTI para vir aqui para Curitiba. Agora vai ter um hospital regional porque o Governo comprou a Santa Casa e está fazendo uma reforma. Sabe de onde virá o dinheiro? O dinheiro virá do orçamento do Estado do Paraná aplicado na saúde, e eu lhe dou os números porque o senhor precisa saber...

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Se o orador me der um aparte, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. poderá usar a Liderança da Oposição, porque hoje está esgotado o prazo.

Está concedido um minuto só para o Deputado Vanhoni e o Deputado Dobrandino concluírem.

O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)

O seu Governo Jaime Lerner: 203 milhões na saúde; 2003 - Governo atual: trezentos e poucos milhões na saúde; 2004 - quatrocentos milhões na saúde; 2005 - previsão este ano - 504 milhões na saúde.

Sabe por que isso é diferente do seu Governo? Porque no seu Governo a privatização da Saúde, a transferência para a iniciativa privada é que era importante, como era importante a transferência do ensino do Estado do Paraná para a iniciativa privada.

Porque o senhor pensa apenas e é a lógica do seu Partido e daqueles que comungam as suas idéias é apenas gerenciar o Estado do ponto de vista econômico, o interesse das pessoas; a vida das pessoas não tem lugar nesse tipo de pensamento. Por isso nós estamos mudando o Brasil e eu sei que os senhores não gostam porque muitas vezes, não dá lucro para alguns, mas pode ter certeza, vai dar muita qualidade de vida para o povo do Paraná e para o povo do Brasil!

Muito obrigado, Dobrandino, desculpe é que não pude falar no Horário da Liderança do meu Partido e nem nos outros horários, porque não estava inscrito. Isso era apenas uma observação ao Deputado Traiano. Nós temos posições divergentes de fundo, nós não queremos governar o Estado do Paraná para os interesses empresariais; nós queremos privilegiar a saúde como o Governador Requião está fazendo, construindo os hospitais e pegando o dinheiro do povo e decidindo pôr no orçamento para que as pessoas tenham uma qualidade de vida melhor!

É isso que nós queremos.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. presidente, nobres Deputados, eu ouvi atento o pronunciamento do Deputado Vanhoni e tenho dito sempre: respeito os Deputados de qualquer Partido mas tenho que manifestar aqui aquilo que conheço e confio que este Governo está fazendo. Os investimentos na saúde, que foi colocado agora pelo Deputado Vanhoni e pelo Deputado Artagão Júnior, isso é a realidade, então não podemos ficar calados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje certamente vou procurar fazer aqui um apinhado de todos os pronunciamentos, mas vou me ater à

área da Saúde. Ouvi aqui as palavras elogiosas do ilustre Deputado Jocelito, ouvi as críticas do Deputado Traiano, ouvi críticas de outros Parlamentares, mas quero, com todo respeito que me merece, Deputado Vanhoni, acredito que seu aparte contribui muito para nosso debate, mas comete um equívoco imperdoável quando diz que o pronunciamento do Deputado Traiano é um pronunciamento atrasado. Talvez V. Exa. não tenha compreendido, como eu compreendi, o pronunciamento do Deputado Traiano e dos Deputados que o apartearam e criticaram a questão da Saúde. Em especial me atendo ao Paraná porque o Rio de Janeiro fica para os Deputados Federais, os Senadores e o Presidente da República.

Deputado Vanhoni, quando nós apartamos aqui o Deputado Traiano, a nossa preocupação na questão da saúde e V. Exa. tem uma ligação, se não me falha a memória parnanguara, tem uma ligação muito grande com Paranaguá e V. Exa. sabe que a Santa Casa lá fechou, lá teve dificuldades, por falta de recursos.

Então, o que nós estamos levantando, os Deputados de Oposição, para que nós façamos aqui uma reflexão, um debate de alto nível. Não é a questão se o discurso é atrasado ou avançado, se é intelectual ou não é intelectual, o que interessa para nós aqui é encontrar uma solução para as pessoas que têm que chegar de madrugada nas filas ou não são atendidas nos hospitais.

Estamos sendo atendidos pelo Canal 21 e eu deixo a pergunta, não aos Srs. Deputados, porque nós temos a obrigação, com a população, de encontrar a solução, eu deixo a pergunta à população que está nos assistindo: os senhores e senhoras, as mães de família que estão nos assistindo: qual é a família que já não sofreu à porta de um hospital por falta de atendimento? Meu caro Deputado, a população do interior - e se V. Exas. duvidarem da minha palavra os convido para amanhã cedo às oito horas da manhã estarmos ali na saída para Ponta Grossa, na rodovia - hoje transita por este Estado de ambulância e de ônibus todos os dias.

E vejo as inserções na TV, outro dia vi o próprio Secretário da Saúde dizendo que tinham resolvido o problema da saúde, porque tinham centralizado nas microrregiões os atendimentos. Não mudou em nada.

A saúde vinha com problema terrível e continua com o mesmo problema e não melhorou em nada.

Os mesmos ônibus que são alugados pelas Prefeituras para trazer os pacientes a Curitiba, que vinham no passado, continuam vindo agora. As mesmas ambulâncias que vinham no passado continuam vindo agora. E vindo com mais ambulâncias, porque o próprio Governo distribuiu-as aos Municípios. Se não fosse necessário, não precisaria distribuir ambulância.

O que queremos deixar claro, a posição dos Deputados de Oposição é que há necessidade, sim, de investimentos na saúde, mas será que a prioridade é construir hospitais ou atender os hospitais de uma melhor forma? Digo aos senhores o seguinte - refiro-me a região de União da Vitória em especial, porque lá vivi, lá estudei e

lá tenho a minha família - seria melhor para União da Vitória construir um hospital de 20 milhões? Não! O melhor para União da Vitória seria que, ao invés de o Governo pagar 60 mil reais por mês para atender microrregião, dobrar o valor de investimentos.

Só para que os senhores tenham uma idéia, sabem quantas pessoas por Município estão sendo atendidas no hospital regional pago pelo Governo do Estado? Cinco, seis pessoas! O restante das pessoas estão tendo que vir a Curitiba de ônibus, de ambulância para o Angelina Caron. Poderemos ir amanhã verificar quantas pessoas estão vindo do interior para a Capital. E aí se dizer que está resolvido o problema da saúde no interior! O que nós queremos deixar claro é esse debate da saúde que está sendo feito hoje, que é a nossa esperança que o Secretário da Saúde...

Os números, aqui, trazidos pelo Deputado Artagnão, são maravilhosos. O papel aceita tudo, e não estou nem dizendo que não são verdadeiros, mas é muito melhor não irmos buscar os números e resolvermos os problemas do presente, que hoje são vistos a olho nu. Todas as regiões, se nos reportarmos aqui à região de Londrina, de Guarapuava, de União da Vitória, de Irati, de Maringá, de Cascavel, tenho certeza absoluta de que a necessidade não é construir hospitais, porque aí é que colocamos dúvida, Deputado Vanhoni, quando um Governo que falta apenas um ano e pouco para terminar, começa a construir hospitais, porque nós conhecemos essa tática dos políticos e que não devemos aprovar. Sabe por quê?

Inicia-se a construção de um grande hospital em uma determinada microrregião, coloca-se a placa, inaugura-se, não se coloca os equipamentos e fica para o futuro Governo colocar em funcionamento. E aí é que o Deputado Traiano quis dizer, não estamos tirando a validade de construir hospital, mas se um Governo está determinado a resolver o problema da saúde das microrregiões, para que não venha para a Capital, para diminuir os pacientes que vêm para a Capital, teria que ter começado a construir lá atrás, para estar inaugurando agora, para colocar em funcionamento, para que isso tivesse o alcance social tão falado, em fala tão bonita que ouvi aqui, do Deputado Vanhoni. É essa a nossa esperança. A saúde já vinha mal, no Governo anterior, estadual e federal e continua da mesma forma. Não mudou nada!

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite-me um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Jocelito, vou reportar-me a V. Exa.. Se eu estivesse com vontade de lhe dar aparte, eu já teria lhe concedido. Então, V. Exa. tem que ter a elegância...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Então quer dizer que o senhor não vai me dar o aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. tem que ter a elegância de respeitar este Parlamentar, como eu respeitei V. Exa. quando fez o seu pronunciamento.

Ouvi com atenção, para que eu pudesse fazer uso do Horário da Liderança da Oposição para procurar colocar aqui o nosso pensamento, para que ficasse claro, para que não fosse deturpado, para que não fosse distorcido e para que não fosse retrógrado, como estão querendo afirmar aqui, o pronunciamento do Deputado Traiano.

Não vou conceder aparte nem ao meu Líder, Deputado Traiano, porque encerro aqui o meu pronunciamento, dizendo a todos os políticos que têm obrigação de contribuir para a melhoria da saúde! Não vamos vendiar os olhos, acreditando que os problemas de saúde estão sendo solucionados. Os problemas de saúde no Brasil, no Paraná onde nós vivemos, a cada dia que passa estão se agravando. A cada dia que passa estão sendo esquecidos e é por esta razão que nós levantamos esta questão.

Quero dizer aqui aos Deputados que discordam dos nossos posicionamentos, que defendemos V. Exas. para terem o direito de discordar da Oposição, mas queremos ter aqui, sim, o direito de continuar mostrando aos paranaenses que aqui também tem Deputados com visão e que estão na esperança daqueles eleitores que escolheram um novo Governo, um Presidente da República que vinha para mudar, que escolheram um Governador que vinha para mudar e nós, Deputados de Oposição, temos a obrigação e o dever de cobrar isso, todos os dias, aqui desta tribuna, para tentar acordar esses Governos, porque eles estão cometendo o mesmo erro que os anteriores cometeram e os Governos anteriores já foram julgados pela população, já foram penalizados pela população.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço a V. Exa. para concluir o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Encerro, Sr. Presidente.

Já foram, sim...

O Sr. **Ângelo Vanhoni (PT)**

Não é verdade. Aceito o desafio.

Na semana que vem, o senhor pode vir aqui e trazer os números dos oito anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso e também do Governador Jaime Lerner. Aceito o desafio. O senhor escolha os temas em qualquer área: agricultura, saneamento, educação, saúde. Tanto do Governo do Paraná quanto do Governo Federal.

Aceito o desafio. Vamos confrontar números versus números.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto V. Exa. se foi concedido aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não concedi.

O Deputado Vanhoni, com toda a educação que tem...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço para V. Exa. concluir.

O Sr. **Ângelo Vanhoni (PT)**

Aceito o desafio. V. Exa. escolha os temas. Um Grande Expediente para cada um.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Vanhoni, se V. Exa. quer ganhar o aparte no grito, suba em cima da..., ali, e faça o grito mais alto do que a voz dos microfones.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está assegurado para V. Exa. concluir o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero encerrar o meu pronunciamento, dizendo o seguinte: eu sei, Deputados Jocelito e Vanhoni, que a verdade é doída. A derrota é muito pior. Talvez nós estejamos alertando a vocês para que não aconteça com vocês o que aconteceu conosco. Nós já fomos julgados e derrotados pela população, porque cometemos erros, sim, na saúde, na segurança, em várias áreas. Agora, não é por esta razão que não tenhamos o direito de cobrar de V. Exas. que governam este País, para melhorar nos erros que nós cometemos. Esta é a questão: quem tem que resolver os problemas, agora, é quem ganhou as eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Agradeço a compreensão do ilustre Deputado Vanhoni, para com o qual tenho grande respeito; ao Deputado Jocelito, para quem não concedi o aparte; e ao meu Líder, Ademar Traiano, porque eu sabia que meu pronunciamento seria longo, para que eu conseguisse concluir meu raciocínio sobre esta questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só queria requerer a V. Exa. o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni, porque quero guardar. É uma preciosidade e gostaria de guardar pelos próximos...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Qualquer pronunciamento de qualquer Parlamentar está à disposição de todos os Parlamentares. É público.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação Legislativa nº 005/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a pavimentação asfáltica do trecho da PR-364, que liga a sede do Município de Goioxim ao entroncamento com o Município de Cantagalo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2003, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre a proibição à cobrança de consumação obrigatória, ou consumação mínima, em bares, boates, danceterias, casas de show e similares no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC E CDC. COM EMEN-

DAS DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Votaremos o projeto, ressalvadas as emendas.
Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**
Emenda nº 1, Deputada Elza Correia.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)
(**Procede à leitura da Emenda nº 1**)

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, com relação à Emenda da Deputada Elza, é uma emenda corretiva de texto. Só que temos um Substitutivo Geral apresentado e aprovado pela CCJ, e que parece-me que teria que ser votado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Terá preferência de votação.
Houve uma informação errônea dos assessores.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Gostaria de encaminhar esta emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acho que não há necessidade de fazer a leitura da Emenda Substitutiva, porque inclusive está publicado, hoje, no Diário da Assembléia.

Então, V. Exa. vai encaminhar a Emenda Substitutiva.

Automaticamente sendo aprovada, tem a preferência sendo uma emenda substitutiva. Sendo aprovada essa emenda substitutiva fica prejudicada a emenda da Deputada Elza Correia.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Para Encaminhar**)

A emenda da Deputada Elza é uma emenda corretiva de texto. A nossa emenda não. É uma emenda substitutiva e que faz uma alteração efetiva no que a lei pretende.

Quando o Deputado pretende extinguir a consumação nos bares, restaurantes e similares, ele ao mesmo tempo permite uma cobrança de entrada para que as pessoas frequentem os bares ou restaurantes.

Entendemos que desta forma o consumidor sai duplamente prejudicado. Ele paga uma entrada para ingressar no estabelecimento sem nada receber em troca.

Estamos propondo que permaneça a consumação mínima, mas que o cidadão não seja obrigado a consumir nenhum tipo de bebida alcoólica. Que seja permitido consumir todo e qualquer produto que esteja a venda naquele estabelecimento. E que isso seja colocado do lado externo do estabelecimento para que o cidadão tome conhecimento que será cobrado um preço de seu ingresso e que o ingresso permite uma consumação de qualquer produto que a casa dispõe.

A forma pura e simples de se deixar como uma entrada, estaríamos estabelecendo uma cobrança que não leva a nenhuma vantagem ao consumidor.

Essa é a nossa emenda.

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em que pese a boa vontade do Deputado Marcos Isfer em tentar fazer com que a consumação mínima obrigatória não seja apenas para a bebida alcoólica, é a nossa preocupação.

Esta emenda como diz uma gíria muito antiga: se aprovada vai ficar pior do que o soneto. Porque estaremos aqui oficializando a cobrança da consumação mínima obrigatória. Seria melhor que não se discutisse o projeto.

Se aprovada a incoerência desta Casa, faz com que eu peça ao Governador Roberto Requião que vete o projeto, sob pena de estar com o meu projeto oficializando a cobrança da consumação.

Hoje a consumação mínima obrigatória já permite a venda de produtos que não sejam só os alcoólicos. A pessoa pode consumir o que quiser.

Qual é o objetivo do nosso projeto? É acabar com a cobrança da consumação mínima obrigatória, cujo nome já obriga a consumir aquele mínimo. Por que temos essa preocupação? Um jovem que nunca experimentou bebida alcoólica entra numa casa noturna e paga 30 reais de consumação. Ele toma água, refrigerante. Ele gasta 10, 15 reais. Ele não pega o troco de volta. Quando sai, deixa esse dinheiro na casa. Muitos jovens dizem: “não vou perder, vou beber alguma coisa; vou tomar uma cervejinha; vou experimentar um tal de uísque com Red Bull, que é um energético muito bom”. O jovem começa a ter acesso ao álcool.

Nos dias de hoje os jovens estão indo para a vida noturna mais cedo. Sou pai, tenho três filhos. E os jovens estão experimentando o álcool mais cedo. Isso no futuro pode custar muito caro neste momento de formação dos jovens, não só físico como psicológico também.

Se pudermos aqui tomar medidas que venham de encontro a reduzir a possibilidade que esses jovens tenham acesso à bebida.

Alegaram alguns proprietários de casas noturnas, quando eu fui procurado, que nós estaríamos criando o caos fechando as casas noturnas gerando o desemprego. Não de verdade, com consumação ou sem consumação as casas noturnas haverão de continuar abertas.

As casas noturnas têm, sim, Deputado Marcos Isfer, V. Exa. que eu tenho certeza é um crítico das aberrações, que às vezes aparecem e sempre tivemos preocupações, desde o tempo da Câmara Municipal, mas eu tenho certeza que uma casa noturna, tem que fazer a sua melhor propaganda, vender o melhor show, vender o melhor D.J., vender a melhor iluminação para que ela atraia as pessoas para participarem da noite, naquela casa noturna, não usando subterfúgio da consumação. Além

do que, diz no próprio PROCON que a cobrança de consumação nada mais é que a dupla cobrança. Cobra e obriga a venda casada do produto, Deputado Vanhoni. Ao mesmo tempo em que entra, você está obrigando a consumir, fazendo uma venda casada.

Além do que, chegar em uma casa noturna e pedir uma água vai pagar lá, dois reais, ou talvez até mais do que isso. Se pedir um refrigerante, dois reais ou mais do que isso. Se pedir uma cerveja, dois reais, tudo está tabelado por cima para que, com aquele valor, possa ser consumido muito rapidamente. E um subterfúgio para arrecadar. A arrecadação tem que ser pela melhor programação que a casa noturna ofereça.

Não sou contra, muito pelo contrário. Os meus três filhos freqüentam as noites curitibanas, mas eu quero que eles freqüentem pagando ingresso, aonde eles vão de acordo com a escolha que lhes convêm e se tiverem que beber, que o façam de acordo com a sua livre vontade, não porque têm um dinheiro que lá deixam.

Eu já ouvi de jovens dizendo que não querem perder o dinheiro que já ficou e, por isso, às vezes usam de uma bebida um pouco mais cara e normalmente que contém álcool e, depois que começa, nós sabemos que fica fácil continuar ingerindo esse produto. Às vezes, acabam até exagerando.

Por isso, o voto dos Srs. Deputados para que essa emenda do Deputado Marcos Isfer, não consiga ter êxito na Casa, sob pena de estarmos aqui regulamentando definitivamente a consumação obrigatória.

São Paulo já deu o exemplo, acabou com a cobrança e consumação mínima e lá, as casas noturnas estão indo bem, obrigado. Segundo informações do Deputado Tadeu Veneri, lá já não existe mais.

Portanto, gostaria de pedir o apoio de todos os Deputados e Deputadas, para que os nossos filhos, os filhos das famílias paranaenses possam ir na noite e praticar lá o que quiserem, mas se tiverem que beber seja por sua vontade e não porque têm uma consumação mínima obrigatória, cujo nome repito, obriga a consumir aquele mínimo.

Peço, portanto, o voto contrário a este substitutivo geral, do Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu quero crer que o Deputado Stica, na sua empolgação, talvez tenha cometido alguns equívocos, e, só um eu gostaria de esclarecer.

Ele disse que pediria ao Governador que vetasse o projeto.

Eu não sei se isso é uso do cachimbo, que faz a boca torta, mas parece-me que essa prepotência que muitas vezes tenta se impor sobre aquilo que os outros pensam ou aquilo que os outros pretendem colocar como os seus projetos, mas parece-me que não seja essa a orientação melhor a ser dada ao Governador.

Em segundo lugar, eu sei que a defesa contra o consumo de álcool pelos menores, eu acho que é defen-

dido por todos nesta Casa. Agora não podemos ser hipócritas achando que mudando o nome de consumação mínima para ingresso, não vamos estar evitando que os menores bebam. Bebe quem quer e quem não tem orientação em casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o substitutivo geral.

Os Deputados que aprovam o substitutivo geral queiram levantar-se.

Nove deputados aprovam a emenda.

Que rejeitam, queriam levantar-se.

Está **rejeitada** a emenda substitutiva.

Em votação a emenda da Deputada Elza Correia.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza a COPEL, a efetuar o recebimento de contribuições espontâneas, destinadas aos Conselhos Comunitários de Segurança. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Negro, com sede e foro em Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.183, de 25 de junho de 2001, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos bairros da Amizade. (Município de Londrina). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Regente Feijó, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão:

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 40/2004, que institui o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, composto pelos atuais ocupantes funcio-

nários civis lotados no Instituto de Criminalística e no Instituto Médico Legal, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 001/2005

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 001/2005, em análise, trata-se de mensagem proposta pelo Exmo. Sr. Governador, o qual objetiva instituir o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, composto pelos atuais ocupantes funcionários civis lotados no Instituto de Criminalística - IC e no Instituto Médico Legal - IML, conforme especifica.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei tem por intenção primordial assegurar o pleno desempenho das atribuições da Polícia Científica, tão importante Órgão da Segurança Pública, compactuando com a idéia de melhoria nas condições de trabalho dos funcionários públicos ligados ao IML e IC, fazendo frente aos interesses da administração pública.

É louvável qualquer iniciativa que tenha como intuito caráter tão nobre de obstaculizar o desenvolvimento da criminalidade principalmente em se tratando de assunto que põe em mira os trabalhos da polícia técnico-científica.

Diante da síntese supra, resta-nos analisar constitucionalmente os textos dos projetos de lei em epígrafe, atestando-se que a Comissão de Constituição e Justiça deve estar desapegada ao mérito e restrita ao critérios jurídicos, para que se delimite, desde logo, o escopo da análise efetuada, sendo que o ponto de partida de qualquer especulação jurídica é a lei. Assim, as considerações políticas, econômicas, financeiras, administrativas etc. que motivaram o legislador ou o Governador e lhe determinaram o comportamento e se esgotaram na fase pré-legislativa e nenhuma influência exercem sobre os processos exegéticos, de cunho dogmático, que informam o trabalho científico-jurídico que tem lugar depois de posto o direito (*ius positum*).

Da análise constitucional do texto proposto no projeto de lei em epígrafe, depreende-se que com relação à iniciativa da proposta e está dado a devida vênua, de iniciativa privativa do Governador do Estado, *in verbis*.

“Art. 65. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as lei que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração.

Salienta-se que da análise textual do artigo supra mencionado, ocorre que somente são de iniciativa do

Governador do Estado as questões específicas no texto. Com isso, conclui-se que desta forma, não encontra-se óbice legal para prosseguir.

Conclusão

Diante do exposto, apresento parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 001/2005, objeto desta análise, para apreciação dos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça, devendo prosseguir para apreciação das demais Comissões.

Sala das Comissões, em 09.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 001/2005

P A R E C E R :

O presente plano de lei é de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 040/2004, que objetiva instituir o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, composto pelos atuais ocupantes funcionários civis lotados no Instituto de Criminalística - IC e no Instituto Médico Legal - IML, conforme especifica.

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da Administração, pois virá trazer condições no sentido de assegurar total desempenho das atribuições da Polícia Científica, órgão tão importante da Segurança Pública. Observe-se, ainda, que tal medida é o resultado de estudos conjuntos realizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, e da Segurança de Estado da Administração e da Previdência.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.03.2005.

(a) ELIO RUSCH
Presidente e Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/2005, de autoria da CPI da Reforma Agrária, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária, criada pela Resolução nº 002/2004, de 03 de março de 2004.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.03.2005.

(a) COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DA REFORMA AGRÁRIA

Relatório de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA
REFORMA AGRÁRIA

1. INTRODUÇÃO

Atendendo requerimento do Deputado Plauto Miró Guimarães, em 03 de março de 2004 o Presidente da Assembléia Legislativa constituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, nos seguintes termos:

ATO DO PRESIDENTE Nº 02/04

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno,

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 15 (quinze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, na sessão do dia 09 de setembro de 2003, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Reni Pereira, Cleiton Kielse, Valdir Rossoni, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, Luiz Accorsi, Barbosa Neto, Nelson Garcia, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Nelson Justus, Hermas Brandão, Francisco Bühner, Dr. Luciano Ducci, Mauro Moraes e Jocelito Canto, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual, para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigue e apure, nos últimos 20 (vinte) anos, os resultados dos programas públicos voltados à regularização fundiária e à reforma agrária neste Estado e demais questões relacionadas ao tema.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”,
em 03 de março de 2004.
Hermas Brandão
Presidente

Aos 23 dias do mês de março de 2004, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de instalar a comissão e eleger o Presidente e o Vice-presidente. Sendo eleito o Deputado Elio Rusch para Presidente e o Deputado José Maria Ferreira para Vice-Presidente. O Presidente eleito indicou o Deputado Delegado Bradock para o cargo de Relator. Cumpridas as formalidades regimen-

tais, a CPI ficou com a seguinte constituição entre os Deputados membros titulares e membros suplentes:

REPREEN- TAÇÃO	MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
PMDB	Vanderlei Iensen	Dobrandino da Silva
PMDB	José Maria Ferreira	Antonio Anibelli
PMDB	Delegado Bradock	Alexandre Curi
PMDB	Ademir Bier	Rafael Greca
PPS	Marcos Isfer	Waldir Leite
PTB	Ailton Araújo	
PP	Ribas Carli	Duílio Genari
PT	Padre Paulo	Pedro Ivo
PT	André Vargas	Luciana Rafagnin
PT	Elton Welter	
PSDB	Luiz Accorsi	Nelson Tureck
PSDB	Nelson Garcia	Miltinho Pupio
PFL	Elio Rusch	Plauto M. Guimarães
PDT	Renato Gaúcho	Neivo Beraldin
PL	Chico Noroeste	
OBSERVAÇÃO: no transcorrer dos trabalhos, tivemos algumas alterações, quanto à composição da Comissão, a saber:		
REPREEN- TAÇÃO	MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
PSDB	Francisco Bühner	
PT	Pe. Paulo Campos	Luciana Rafagnin

REPREEN- TAÇÃO	MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
PT	Elton Welter	Pedro Ivo Ilkiv
PT	Tadeu Veneri	Nelsinho Dal Santos
PDT	Neivo Beraldin	
PL	Chico Noroeste	Renunciou: 09.06.04
PP	Duílio Genari	

Tendo como Presidente o Deputado Elio Rusch, Vice-Presidente o Deputado José Maria Ferreira e Relator o Deputado Delegado Bradock, mais a presença dos Deputados Marcos Isfer, Nelson Garcia, Elton Carlos Welter, Ailton Araújo, Fernando Ribas Carli e Nelson Tureck, em 31 de março de 2004, foi realizada a primeira reunião, com o objetivo de estabelecer, dada a amplitude do tema - regularização fundiária e reforma agrária -, a linha central que viria a nortear os trabalhos da Comissão.

Após as diversas ponderações dos presentes, ficou definida que a abordagem prioritária seria sobre o **andamento da reforma agrária no Paraná**, haja vista o recrudescimento esperado das invasões de terras, conforme anúncio do denominado “*abril vermelho*” e, também, pela complexidade dos temas e pelo tempo disponível para a execução da CPI, de 120 (cento e vinte) dias.

A título de tomada de posição, na reunião foi aprovada, também, a relação preliminar dos possíveis depoentes a serem convocados, dentre produtores rurais, trabalhadores rurais sem-terras e assentados, lideranças do MST e da FAEP e representantes dos Governos Federal e Estadual.

A partir de 06 de abril de 2004, a CPI, em sessão semanal, passou a ouvir os depoimentos dos convocados, dentro da seguinte ordem:

DATA	DEPOENTE	ENTIDADE/ EMPRESA	CARGO/ FUNÇÃO
06/04	José Guilherme L. Cavagnari	Consultoria Agrária	Consultor
	Lindsay S. Rasca Rodrigues	IAP	Diretor-Presidente
14/04	Eraldo C. do Nascimento	Fazenda Santa Amélia	Ex-Gerente
	Vanderley H. de Lucca	Fazenda Água da Prata	Arrendatário
20/04	Marcos H. Marangoni	Fazenda Porangaba II	Representante
28/04	Nelson Luiz L. de Lacerda	Fazenda Três marias	Procurador
	Antônio (...)	-	Assentado
05/05	Darci Frigo	ONG Terra de Direitos	Coordenador Executivo

12/05	Alexandre Y. Maehara	Fazenda Santa Terezinha	Proprietário
05/06	Roberto Baggio	MST	Coordenador Estadual
09/06	Pedro Alves Cabral	COANA	Diretor
	Delfino José Becker	COANA	Diretor
	Marli Brambilla	COANA	Diretora
16/06	Marcos M. Prochet	UDR-PR	Presidente
11/08	Albari S. Lejambre	SEMA	Assuntos Fundiário
26/10	Paulo C. do Bonfim	Agropecuária Marcosanto	Proprietário
	Pedro Paulo Pamplona	Fazenda São Rafael	Proprietário
11/11	Celso L. de Lacerda	INCRA	Superintendente Regional
17/11	Padre Roque Zimmermann	Governo do Estado	Secretário de Estado
18/11	Tarcísio B. de Souza	FAEP	Representante

Os depoimentos se fizeram com riqueza de detalhes, aonde a tônica foi o confronto de idéias dentre os diversos atores envolvidos no processo de reforma agrária; denúncias de ambas as partes – sem-terras e produtores rurais – deram o tom de polêmica à CPI, cujo ritmo foi eficientemente ditado pelos Srs. Deputados participantes, em seus questionamentos e posicionamentos políticos.

Em complemento às sessões com os depoentes, os membros da CPI foram conhecer, por amostragem, a realidade da situação de alguns assentamentos, na seguinte ordem de visitas:

Dia 22/11

- Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu
- Assentamento Ireno Alves do Santos
- Acampamento Chico Rita
- Assentamento Marcos Freire
- Acampamento do Preto
- Prefeitura Municipal de Santa Galo

Dia 23/11

- Prefeitura Municipal de Mirador
- Assentamento da Fazenda Monte Azul em Mirador
- Área de invasão (acampamento) da Fazenda Santa Filomena
- Área de invasão da Fazenda São Francisco
- Assentamento Antônio Conselheiro (Amaporã)
- Assentamento Junqueira (Santa Cruz do Monte Castelo)

Dia 24/11

- Assentamento 17 de Abril (Santa Cruz do Monte Castelo)
- Centro de Treinamento Che Guevara
- Prefeitura de Querência do Norte
- Laticínio da cooperativa COANA
- Área de invasão da Fazenda Água da Prata
- Assentamento Pontal do Tigre

- Área de invasão da Fazenda Porangaba II

Dadas essas informações de organização da CPI, a seguir e como medida para o melhor entendimento da questão fundiária no Paraná, passo a apresentar um resumo retrospecto desta questão, a qual despertou, e desperta, conflitos e dúvidas, certezas e posições exacerbadas, tudo relacionado com o ser contra ou a favor, sem espaço para posições intermediárias.

Na sequência deste Relatório, apresento, com base nos depoimentos, as principais ponderações, denúncias e sugestões, as quais ditaram a riqueza de informações para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por último, procuro interpretar o momento vivido, depoimentos e visitas, por meio de comentários e conclusões, encerrando o texto com um conjunto de recomendações, principalmente às autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo.

II – BREVE RETROSPECTO DA QUESTÃO FUNDIÁRIA NO PARANÁ

A fim de melhor situar o contexto sobre o qual a CPI atuou, em preliminar faço um apanhado geral, em síntese, sobre a questão fundiária no Paraná, ao longo dos últimos 20 (vinte) anos.

Dois grandes momentos caracterizaram a orientação política do processo fundiário no Brasil e, por via de consequência, no Paraná: **até 1984 e a partir de 1985**.

No Estado do Paraná, desde 1961 os problemas que diziam respeito aos conflitos pela posse e domínio da terra rural foram objeto de prioridade dos governos federal e estadual. Naquele ano, se instalou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste Paranaense – GETSOP, cujo resultado da ação conjunta federal e estadual, apresentou a regularização de aproximadamente **514 mil hectares em 32.256 lotes rurais**.

Porém, em paralelo a tal situação de organização fundiária, nas Regiões Oeste e Noroeste (parte) ocorriam conflitos mortais entre pequenos produtores que detinham a posse das terras, e as faziam produzir, e aqueles que por desmandos dos governos estaduais passados, representados pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC, detinham o domínio de extensas áreas de terras.

Questões possessórias também se verificavam, se bem que em menor grau de tensão, em áreas pontuais do Norte Pioneiro e Centro-Sul do Estado.

A partir de 1965, o Governo Federal por meio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, e depois pelo seu sucessor Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, sob a égide do Estatuto da Terra, iniciou os trabalhos de regularização fundiária nas Regiões Oeste, Sudoeste e Noroeste, de sua jurisdição e conhecidas como Faixa de Fronteira.

Ao final, até 1984, totalizou, sob as mais diversas formas, a regularização de 95.931 **imóveis rurais** em aproximadamente **1,4 milhão de hectares**.

No mesmo período, o DGTC transformou-se no Instituto de Terras e Cartografia – ITC, posteriormente Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – ITCF, e por meio deste órgão o Governo do Estado regularizou **31.316 propriedades rurais**.

O quadro a seguir detalha os números apresentados.

QUADRO I. Propriedades Rurais Regularizadas (1961/1989)

DESCRIÇÃO/ÓRGÃOS	PROPRIEDADES
Na Faixa de Fronteira	128.187
- GETSOP	32.256
- IBRA/INCRA	26.290
- INCRA	69.641
Na Jurisdição Estadual	31.316
- DGTC/ITC	15.854
- ITC	15.462
TOTAL	159.503
Fonte: Diagnóstico Fundiário - INCRA/PR e ITC 1984	

Tal modelo, o da regularização fundiária, tem seu desenvolvimento até fins de 1984 quando, com o advento da então denominada “Nova República”, a prioridade deixa de ser a regularização e passa a ser a reforma agrária.

Explique-se: a prioridade deixa de ser a **outorga do domínio das terras aos posseiros que nelas trabalham e residem**, e passa a ser a **destinação de terras aos que não as possuem, notadamente os trabalhadores**

rurais, marginalizados pela modernização excludente da agricultura, verificada a partir dos anos 70.

Em 1985 é criado o Ministério Extraordinário do Desenvolvimento Agrário - MIRAD e, em 1986, a política fundiária do Governo Federal é apresentada no Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, o qual, dentre um conjunto de propostas de cunho doutrinário, se propõe a assentar 1,4 milhão de famílias, em quatro anos, sob a égide do Estatuto da Terra.

A execução do PNRA se revela um desastre onde a falta de experiência, articulação e desconhecimento da realidade, dentre outras foram determinantes.

Como exemplo desta inexperiência, num dos primeiros atos na execução do PNRA, o Presidente da República decretou a área rural de Londrina como “*área prioritária*” para fins de reforma agrária.

Outra ação que demonstra o desconhecimento e falta de noção da realidade, é que apenas com base em informações cadastrais defasadas, o INCRA propõe e o Presidente da República decreta a indicação para a desapropriação da Fazenda Primavera com 10 mil hectares, localizada no Estado de São Paulo. Ocorre que a fazenda era um modelo de produtividade enquadrando-se, nos termos do Estatuto da Terra, como “*empresa rural*”, portanto ao abrigo da desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.

A realidade da execução do PNRA se mostra lenta em relação às pretensões do Governo, por conta da inadequação do INCRA e dos ritos impostos pela legislação, e no período de quase dois anos, até fins de 1987, são assentadas pouco mais de 40 mil famílias.

Ao fim do ano de 1987 o PNRA, prematuramente, estava esgotado como carro-chefe da política fundiária e a sucessão de erros, equívocos e dubiedades decisórias por parte do Governo Federal o levam à desmoralização.

Seguindo a retórica reformista da “*Nova República*”, em 1985 os então emergentes movimentos de trabalhadores rurais marginalizados pelo desemprego estrutural que já se verificava no setor rural brasileiro, auto-denominados “*sem-terras*” e pontuados em diversos Estados brasileiros, se organizam no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e, imprimindo forte conotação ideológica, cujo objetivo central é “**chegar ao socialismo**”, estabelecem como princípios¹;

1º - lutar pela reforma agrária radical;

2º - lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo;

3º - reforçar a luta pela terra, com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis;

4º - que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha, tirando o seu sustento e de sua família;

1. Construindo o Caminho - Publicação do MST 1986

5º - o Movimento Sem Terra deve sempre manter sua autonomia política.

Inicialmente, a ação do MST se dá pela busca da consolidação do movimento, por meio do preparo de lideranças, ampliação do quadro de militantes que demandam por reforma agrária e, institucionalmente, pela formação de alianças com a Comissão Pastoral da Terra – CPT (aliança operacional), com a Central Única dos Trabalhadores – CUT (aliança sindical) e com o Partido dos Trabalhadores – PT (aliança político-partidária).

A prática do MST é exercitada pelo processo reivindicatório, o qual logo passa das palavras aos atos de invasão de propriedades rurais e de prédios públicos; a retórica é a de fazer a “*reforma agrária na lei ou na marra*” e o objetivo é o de, ao mesmo tempo em que combate o “latifúndio”, exigir do governo agilidade na execução da reforma agrária.

O aparecimento do MST, como força coerentemente organizada e disciplinada, enseja a criação de uma força reacionária; os proprietários rurais se organizam na União Democrática Ruralista – UDR, a qual tem por princípio ser “*totalmente contra a reforma agrária*” e por método promover formas de embate com o MST, delineando, a partir de então, a luta de classes na disputa pela terra.

Em 1988 é promulgada a Constituição Federal e, com ela, é revogado o Estatuto da Terra no que se refere à reforma agrária.

A partir da Constituição Federal de 1988, o conceito de “*empresa rural*” como propriedade ao abrigo da desapropriação, para fins de reforma agrária, é substituído pela de “*propriedade produtiva*”, ficando constitucionalmente estabelecido que, praticamente, só poderá ser desapropriada a grande propriedade {com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais} quando não produtiva.

A partir da promulgação da Constituição até o início de 1993, por falta de regulamentação, a reforma agrária fica sem o substrato legal que permite a sua execução e o atendimento das demandas do MST.

No período entre a desaceleração do PNRA (1987) até a edição da nova legislação agrária (1993), no Estado do Paraná ocorrem 62 (sessenta e duas) invasões de propriedades rurais, trazendo ao cenário da reforma agrária os embates entre produtores rurais e sem-terras. Ainda mais, o Governo Estadual, a quem cabia promover as reintegrações de posse determinadas pela justiça, mantém-se permissivo com as invasões.

Em 25 de fevereiro de 1993 é promulgada a Lei nº 8.629, que dispõe sobre o rito administrativo da desapropriação, para fins de reforma agrária, e, em 06 de julho de 1993, é promulgada a Lei Complementar nº 76, a qual dispõe sobre o rito sumário, judicial, para os processos desapropriatórios.

Contando com essa nova base legal, no ano de 1994 a execução da reforma agrária é retomada pelo Governo Federal, sob a coordenação política do então recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário –

MDA. Porém, não é apresentado um plano que fundamente os rumos e os objetivos buscados.

Na realidade, a reforma agrária passa a ser uma “*corrida*” para alcançar números de famílias assentadas, na ânsia que o Governo Federal demonstra em atender as pressões reivindicatórias, cada vez mais intensas, dos movimentos de sem-terras; nesse momento, além do MST, mais de setenta movimentos sem-terras se organizam em diversos pontos do país.

E no Paraná não é diferente.

É uma corrida para alcançar números de famílias assentadas, como se o processo reformista fosse uma questão estatística.

Como forma de oposição política ao governo, e de oposição ideológica aos grandes proprietários rurais, o MST promove novas escaladas de invasões, testando a vontade do Poder Judiciário e do Executivo estadual em coibir tais esbulhos possessórios.

O Poder Judiciário se mostra atento, quase sempre concedendo prontamente as liminares de reintegração de posse solicitadas pelos proprietários que sofreram invasões.

O Poder Executivo se mostra fraco, hesitante no cumprimento das determinações judiciais de reintegração de posse, caracterizando-se como um ente contemplativo dos embates pela posse e domínio da terra rural.

Por tal atitude governamental, a impunidade se instala.

Visto os fatos, constata-se uma situação que seria irônica, se não fosse trágica; ambos os lados têm suas razões: os sem-terras, marginalizados, por buscarem a única forma que entendem de inserção na sociedade; os produtores rurais, por exigirem o respeito à lei na defesa de seus patrimônios.

Ocorre, então, um perverso ciclo de causa e efeito:

As propriedades rurais são invadidas; o Governo do Estado não promove as reintegrações de posse; sentindo-se impunes, os sem-terras promovem mais invasões; o Governo do Estado permanece omissivo; por conta da impunidade a ousadia aumenta, as depredações e o roubo nas propriedades invadidas se tornam componentes rotineiros na busca pela reforma agrária.

Para ilustrar tais fatos, o quadro a seguir mostra o número de invasões ocorridas nos diversos mandatos da administração estadual.

QUADRO II. Invasão de Propriedades Rurais no Paraná (1986/2004)

PERÍODO	PROPRIEDADES INVADIDAS	SITUAÇÃO ATUAL (OUT./04)
1986	2	-
1987/1990	38	1
1991/1994	37	1

QUADRO II. Invasão de Propriedades Rurais no Paraná (1986/2004)

1995/1998	184	16
199/2002	68	16
2003/2004	99	38
TOTAL	428	72
Fonte: Relatórios das Invasões de Propriedades Rurais no Estado do Paraná - FAEP		

Dado este breve histórico, o balanço da reforma agrária no Paraná e a atual situação são caracterizados pelas seguintes constatações:

1. de 1986 a 2004, ocorreram 428 invasões de propriedades rurais, sendo que 72 propriedades estão, ainda hoje, ocupadas por invasores;
2. nos conflitos pela terra, segundo o MST, morreram 22 trabalhadores rurais sem-terras; o Governo do Estado contabiliza a morte de 3 (três) policiais militares;
3. o conjunto dos 274 assentamentos implantados teve o seguinte desenvolvimento:

QUADRO III. Assentamentos Implantados pelos Governos Federal e Estadual - Paraná 1981/2004

PERÍODO	PROJETOS(Nº)	FAMÍLIAS (Nº)	ÁREA TOTAL (Ha)	HECTARE/FAMÍLIA	MUNICÍPIOS (Nº)
Até 1985	8	807	9.753,0	12,1	6
1986	9	848	18.653,8	22,0	7
1987/90	45	1.687	40.270,8	23,9	38
1991/94	24	669	19.228,2	28,8	20
1995/98	110	7.106	154.987,1	21,8	86
1999/02	76	3.225	66.560,4	20,6	65
2003/04 (1)	2	161	3.020,1	18,8	2
TOTAL	274	14.503	312.553,4	21,5	224
(1) Em 2004 não foi efetivado nenhum assentamento Fonte: Superintendência Regional do INCRA/PR					

4. No período que vem sendo considerado, 1986 a 2004, foram implantados:

- 266 assentamentos;
- em 302.780,4 hectares;
- com 13.696 famílias assentadas;

5. destes, seis assentamentos foram implantados pelo Governo do Estado e quatro são de responsabilidade da ELETROSUL.

6. Portanto, como resultado da reforma agrária (1986 – 2004) tem-se que:

- 256 assentamentos são de jurisdição do INCRA, em cerca de 293 mil hectares e 13.287 famílias assentadas;
- seis projetos sob a administração do Governo Estadual, em cerca de 4,2 mil hectares e 184 famílias assentadas.

7. Nenhum destes 262 assentamentos foi “*emancipado*”.

Isto quer dizer que todas as 13.471 famílias são dependentes do processo e da sociedade, com recursos repassados principalmente pelo Governo Federal, via de regra a fundo perdido.

Existem cerca de 15,3 mil famílias acampadas, consideradas pelo MST, como futuras beneficiárias de assentamentos.

Cabe aqui considerar que para fechar este retrospecto, seria necessário termos uma análise do custo da reforma agrária no Paraná, considerando o período 1986 – 2004 e as 13.287 famílias assentadas pelo INCRA.

Em que pese o órgão federal não possuir informações a respeito dos custos de implantação e manutenção dos assentamentos, é possível, com relativa segurança, alcançar um valor estimativo atualizado.

Considerando que em valores atuais, e conservadores, o custo médio de uma família assentada no estado foi **200 mil reais**¹ (*terra, infra-estrutura básica e manutenção por um ano*), o custo total, a preços corrigidos, está em torno de **2,7 bilhões de reais**.

Se a tal montante forem acrescentados, estimativamente, os custos indiretos da administração do INCRA e os recursos de fundo perdido e crédito repassados e ainda não pagos pelos assentados, é lícito afirmar que no estado do Paraná a sociedade brasileira dispendeu valores da ordem de **5 bilhões de reais**, a preços atualizados.

1. Para tal estimativa, levou-se em conta que o valor da terra nua, hoje, é em média de sete mil reais o hectare, o que representa, considerando a área média por família assentada em 20 (vinte) hectares, o gasto de 140 mil reais somente na aquisição da terra.

Srs. Deputados: é sobre esta realidade dos números que se instala a CPI.

É sobre este cenário de conflitos pela posse e domínio da terra, no qual todas as partes envolvidas se acham donas da razão, que se deram os depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito.

III – OS FATOS

Os fatos aqui relatados retratam a síntese dos depoimentos prestados; têm como base as transcrições das notas taquigráficas.

Apresentados de forma resumida, os depoimentos estão retratados pela linha central que norteou os depoentes e, para configurá-los, são destacadas algumas passagens textuais expostas pelos depoentes:

1. Depoente o Sr. JOSÉ GUILHERME LOBO CAVAGNARI, Engenheiro Agrônomo e Consultor de Assuntos Fundiários da FAEP.

O depoimento, segue a linha formal legal que orienta a execução da reforma agrária.

Inicia destacando que no processo de reforma agrária duas classes, de objetivos diametralmente opostos, estão em permanentes conflitos e confrontos: de um lado aqueles que, constitucionalmente, têm o **direito de propriedade** e, de outro lado, aqueles que têm o **direito à propriedade** como garantia constitucional.

Diz que tal conflito é ou deveria ser, mediado pela lei, pois o proprietário só tem assegurado o direito de propriedade desde que cumpra com a obrigatoriedade de manter a sua propriedade como produtiva; da mesma forma, aqueles que querem ter acesso à terra, têm que fazê-lo obedecendo os preceitos legais.

Explica que seu enfoque é no sentido de traçar comentários sobre os pontos em que a reforma agrária se assenta: nos conceitos de propriedade produtiva e da função social da propriedade e na desapropriação por interesse social.

Expõe que a propriedade rural só pode ser desapropriada, nos termos da Constituição Federal, quando em regra geral for grande propriedade improdutiva. A classificação de propriedade produtiva, ou não, somente se dá sob duas variáveis: uso do solo e produção agropecuária e florestal.

Para melhor entendimento sobre o que é a propriedade produtiva, apresenta exemplos práticos, os quais ressaltam as contradições legais, demonstrando ainda, que:

1. a classificação de propriedade produtiva é sobre fatos passados, pois as informações consideradas são referentes aos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à vistoria do INCRA;
2. pelo que estabelece a lei nº 8.629/93, propriedade produtiva é aquela que atinge, simultaneamente, o grau de utilização da terra de 80% e o grau de eficiência na exploração de 100%.

3. pela citada lei, propriedade produtiva é definida como “*aquela que apresenta exploração racional e adequada*”.

Continua o depoente: sobre a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, a competência do INCRA é administrativa e se inicia por uma vistoria na propriedade rural. Há um rito legal a ser seguido pelo INCRA e a desapropriação só se efetiva quando o judiciário determina a emissão de posse da área. Diz ainda que por ser um processo judicial, em diversos momentos da reforma agrária é dado, ao proprietário, o direito de recorrer.

Aqui, faz um comentário: quem desapropria é o Poder Judiciário; o Presidente da República não desapropria nada; o decreto por ele assinado somente autoriza o INCRA a ajuizar a desapropriação.

Com relação a função social, demonstra que por contradições da Constituição Federal a mesma é “*letra morta*”, pois constitucionalmente **a propriedade rural que não estiver cumprindo com a função social é passível de desapropriação**; constitucionalmente, também, **não podem ser desapropriadas a pequena e média propriedade rural, quando única do proprietário, e a propriedade produtiva**.

Em outros termos, cumprir a função social é atender aos requisitos legais de utilização da terra e de produtividade das explorações agropecuárias e florestais.

Na fase dos questionamentos, cujos debates centraram-se na capacidade do órgão executor, o INCRA, de desenvolver a reforma agrária, o depoente sintetiza seu posicionamento com a seguinte colocação, textual:

(...) finalmente, a gente trata do órgão executor da reforma agrária que é o INCRA, o qual no Paraná colocou um paradoxo, porque você abre o jornal e lê a notícia, do superintendente, falando que no ano passado fez 177 vistorias e só 4 (quatro) propriedades podem ser encaminhadas para eventual desapropriação. Aí, vem a matéria seguinte, (...), dizendo que a meta em 3 (três) anos é assentar 10 mil famílias, no que vai ser preciso, pelo menos, de 120 mil hectares. Onde vai achar isso no Paraná?” (pág. 23).

2. Depoente o Sr. LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Inicialmente faz um rápido histórico das invasões de terras (ele as chama de ocupações) e diz:

“(...). Então, como é que o movimento age em relação a isso (invasões)? Ele define uma área, por exemplo 1.000 hectares, (...) e vai assentar aí, em torno de 25 (vinte e cinco) famílias. Se 25 (vinte e cinco) famílias ocuparem uma área de 1.000 hectares é fácil fazer a desocupação. O que o movimento (MST) faz? Ele arregaça 200 (duzentas) famílias para consolidar a ocupação, sabendo que naquela área só vai caber 25 (vinte e cinco)”. (pág. 38)

Boa parte do depoimento trata de questões passadas, notadamente os anos de vigência do PNRA (1986/87), e da então ação do Governo Estadual.

Se diz favorável à reforma agrária e que foi participante ativo do processo de obtenção de terras quando funcionário do ITCF.

Em relação ao MST, afirma:

“(…). Tem uma outra coisa que acontece que é o seguinte: os líderes da ocupação não são os líderes do assentamento; não são os mesmos. Por quê? Porque os líderes da ocupação tem uma ação política, e os líderes do assentamento são escolhidos por suas capacidades produtivas”. (pág. 44).

Na fase dos questionamentos por parte dos Srs. Deputados, o depoente enumera as seguintes principais situações:

1. o Poder Executivo estadual está ausente do processo de reforma agrária e com tal ausência não há visibilidade econômica para os assentamentos.

Em complemento a esta ponderação, a engenheira florestal Claudia Sonda, Assessora do Sr. Rasca, afirma textualmente:

“Eu gostaria de complementar uma questão que o presidente colocou, o porquê que o estado não está presente. Eu entrei com o presidente no antigo ITCF; nosso quadro de pessoal era de 1.300 e hoje não passa de 600 funcionários. (...). Antes tínhamos uma equipe de terras (...). Hoje não temos isso; hoje o departamento sócio-ambiental conta praticamente comigo. É muito difícil que venha dar conta dessa questão.” (pág. 54).

2. Trata da questão ambiental, dizendo que os desmatamentos se fazem, com muita intensidade, no momento das invasões, uma vez que os invasores necessitam obter recursos para suas manutenções.

3. Diz que o INCRA vem sendo responsabilizado pelo IAP, por conta dos desmatamentos nos assentamentos; diz, ainda, que o passivo do INCRA em multas é de 10,2 milhões de reais.

4. Nem o MST, por não ter personalidade jurídica, nem os assentados são multados.

5. Para conter as agressões ambientais, hoje os recursos financeiros, via Banco do Brasil, só são liberados se o assentamento tiver licença ambiental, dada pelo IAP, e se não tiver passivo em multas.

3. Depoente o Sr. ERALDO CORREIA DO NASCIMENTO, Engenheiro Agrônomo e ex-Gerente da Fazenda Santa Amélia, município da Lapa.

Relata o depoente o que se segue.

A Fazenda Santa Amélia, de propriedade da empresa INCEPA, com 3.228,0 hectares, se destinava à produção de cereais e à exportação de pinus e eucalipto.

A propriedade foi inicialmente vistoriada pelo INCRA e logo após foi invadida por cerca de 80 (oitenta) famílias, sendo que 28 (vinte e oito) eram da Lapa, dentre as quais alguns pequenos proprietários.

Diz:

“(…) Durante ou no íterim do laudo de vistoria do INCRA já tínhamos a informação, do próprio INCRA, (...) de pessoas ligadas ao INCRA, de que essa fazenda seria uma das próximas a ser invadida na Lapa (...)” (pág. 12).

Em 07 de dezembro de 1998 deu-se a emissão de posse da área pelo INCRA, consumando-se a desapropriação.

O depoimento baseia-se em denúncias vagas, e à medida em que o depoente é questionado pelos Srs. Deputados, o mesmo não apresenta quase nenhuma afirmação conclusiva.

Diz, por diversas vezes, que a propriedade era produtiva, tanto que a sua produção de grãos representava 5% de tudo o que era entregue à cooperativa da Lapa.

Complementando, atesta que nem ele, nem os empregados da fazenda, foram objeto de violência por parte dos invasores. Diz, ainda, sem produzir qualquer prova, que algumas pessoas que lá invadiram tinham sido treinadas em Cuba e na Colômbia; posteriormente, quando mais enfaticamente questionado, disse que *“ouviu falar que passaram por Cuba, Colômbia e Paraguai”*.

Nada mais produziu o depoimento.

4. Depoente o Sr. VANDERLEY HILLEN DE LUCCA, arrendatário da Fazenda Água da Prata, município de Querência do Norte

A Fazenda Água da Prata, com 1.072,0 hectares, foi invadida por diversas vezes; a última invasão foi em 06 de agosto de 2003, por cerca de 350 (trezentos e cinquenta) famílias que lá permanecem até hoje, em que pese haver liminar de reintegração de posse.

Diz o depoente que por orientação da cooperativa COCAMAR, arrendou 850,0 hectares para o plantio de soja e milho quando obteve, na primeira safra, 11.807 sacas de soja em 340,0 hectares plantados.

Em seu depoimento, relata a invasão da propriedade, nos seguintes termos, apresentando fotos ilustrativas:

“(…). Quando eles entraram (os invasores), eu tinha colhido 10 alqueires (24,0 hectares) de milho e o restante estava em fase de colheita. E a soja, em 2002/2003, preparei 150 alqueires (360,0 hectares) que foi plantado com milho. Depois, preparei mais um resto de terra em que foi plantada aveia (...), 80 alqueires (190,0 hectares) de aveia”.

Continua o depoente:

“Quando eles invadiram, eles levaram um monte de gado e soltaram no meio de aveia; e o milho foi todo destruído, com pessoas arrancando, levando embora.” (pág. 42).

Em virtude de não poder colher sua própria produção, e nem mais poder entrar na propriedade, é devedor junto ao Banco do Brasil e COCAMAR.

Diz o depoente: *“vou pagar com quê?”* (pág. 43)

A seguir, arremata:

“(…). E aqui tem, também, umas fotos quando foi para fazer a reintegração de posse; a polícia foi lá e, infelizmente, ficou das nove da manhã até às quatro horas da tarde; simplesmente voltaram para trás, sem fazer nada”. (pág. 44).

Respondendo os questionamentos dos Srs. Deputados dá, ainda, as seguintes informações:

1. na área existe uma rádio clandestina e desde que ocorra algum fato, promover a reintegração de posse, por exemplo, pela rádio as pessoas são convocadas e rapidamente se reúnem.
2. Tudo que ocorre na área invadida, e em outras fazendas vizinhas, principalmente roubo de gado, é comandado pelos líderes **Celso Agnoni, José Becker e Pedro Alves Cabral**, parceiros no assentamento Pontal do Tigre.
3. A polícia não consegue entrar na fazenda, inclusive tem mandados de prisão para pessoas que lá estão e não pode cumprir.
4. A fim de montar acampamentos e, daí, promover invasões, os citados líderes do MST percorrem as cidades da região oferecendo 25,0 hectares de terra para cada um que for ser acampado.

Conclui seu depoimento, novamente dizendo que precisa pagar suas dívidas e que, portanto, precisa produzir. É agricultor e a lavoura é sua única fonte de renda.

5. Depoente o Sr. MARCOS HENRIQUE MARANGONI, representante da família proprietária da Fazenda Porangaba II, município de Querência do Norte.

A propriedade, com 2.107,8 hectares, se acha invadida desde 13 de dezembro de 1995, por cerca de 300 (trezentas) famílias.

Como linha central do depoimento, relata que logo após a invasão, o INCRA declarou a propriedade como produtiva e que, também, foi obtida a liminar de reintegração de posse. Após, foi aberta negociação da fazenda com o INCRA, mas em virtude do baixo preço oferecido, em relação aos de mercado, a negociação foi cancelada no ano 2000.

Diz o depoente:

“(…). Nessa última lista tem a relação dos invasores. (...) Essa lista eu mesmo elaborei. Fui na cooperativa e conversei com as pessoas; a maioria dos moradores da fazenda (invasores) é moradora na cidade”.

Complementa, denunciando:

“Temos aqui uma situação onde um já comprou um caminhão, pagando 53 mil (reais); tem um que é funcionário da prefeitura, já possui imóvel e mora na cidade; tem um ex-cabo da polícia e mora lá. Uns têm lote no assentamento Pontal do Tigre. (...). Tem um que tem fazenda no Paraguai, tem posto de gasolina, tem colheitadeira e a esposa é funcionária do Banco do Brasil. (...)”. (pág. 4)

Considerando a contundência das afirmações, quando dos questionamentos pelos Srs. Deputados, o depoente mostrou-se pouco conhecedor, em detalhes, dos fatos ocorridos na fazenda, justificando que o comando da propriedade, e das informações sobre a mesma, era feito pelo seu sogro, falecido em 2000.

Com relação às fortes denúncias sobre os invasores serem pessoas da cidade de Querência do Norte e de possuírem outros bens, para o que entregou uma relação de nomes, quando questionado para apresentar provas e maiores informações o depoente se esquivou afirmando: *“essa lista eu mesmo fiz, com dados das pessoas, informações locais de conversa. Não fui em cartório para ver nada”.* (pág. 31)

6. Depoente o Sr. NELSON LUIZ LOURES DE LACERDA, engenheiro agrônomo e Procurador da Fazenda Três Marias, município de Manoel Ribas.

A fazenda, com 2.134,4 hectares, foi invadida em 12 de maio de 2003, por cerca de 300 (trezentas) famílias.

Demonstra, pela apresentação de notas fiscais de venda de produtos agrícolas e gado, que a propriedade sempre foi produtiva, inclusive classificada como tal pelo INCRA, motivo pelo qual obteve a liminar de reintegração de posse.

Respondendo aos Srs. Deputados, afirmou que ficou sabendo que o Governo Estadual não efetiva a reintegração de posse porque há um decreto estadual, o qual determina que esse tipo de ação só se faça com determinação expressa do Governador.

“É o executivo sobrepondo-se às determinações judiciais,” afirma.

Por ter sido vítima de roubos de gado e depredação das matas da fazenda, fez Boletim de Ocorrência – BO, porém, os inquéritos policiais estão parados em Manoel Ribas; a Juíza autorizou as diligências para que se fizessem as averiguações, mas a polícia não vai.

Respondendo às questões: *“o que eles (os invasores) estão plantando? Qual é o tamanho da área que eles estão plantando?”*,

o depoente informa:

“(…). Nesse jornal (de Ivaiporã), eles falaram que plantaram 450 alqueires (1.090,0 hectares) e que colheram entre 20 a 30 mil sacas de feijão. (...) Na verdade, o que se sabe, o que os vizinhos estão informando, é que passou, parece, três carretas carregadas de feijão. Usaram mais uma certa quantia para o consumo deles. Então, eu calculo que (produziram) no máximo uns 5 mil sacos”.

E complementa:

“Mas, essa é uma questão que eu gostaria de voltar a lembrar, (...) se fossemos nós que tivéssemos produzindo lá, estaríamos vendendo gado, soja, milho, batata, ou seja lá o que for, com nota do produtor, pagando ICMS e FUNRURAL.” (pág. 18).

Continua o depoente explicando que como o Governo do Estado não procedeu a reintegração de posse, deu-se a intimação do governador, a fim de que ele determine que a Polícia Militar promova a reintegração.

Aqui, o advogado do Sr. Nelson comenta:

“(...). Esse ato (intimação ao Governador) ainda não foi cumprido, mas (...) por documentos constantes dos autos, pode-se ver que o mandado ficou em posse do oficial de justiça por, aproximadamente, 6 (seis) meses.

E dentro desses 6 (seis) meses, segundo o que o oficial de justiça relatou (...), esse mandado ficou de posse do assessor do nosso Governador”.

Conclui:

“E o assessor não conseguiu passar para o governador esse mandado judicial, essa informação, no caso (...)”. (pág. 26).

Por último, o depoente ilustra suas declarações projetando slide da propriedade antes e após a invasão, classificada pelo depoente como ação de vandalismo, praticada pelos invasores na matança de animais, queima de pastos e corte da mata nativa existente.¹

7. Depoente o Sr. Antônio (pseudônimo) trabalhador rural sem-terra, do município de Querência do Norte.

Por ser dissidente do MST, e por motivos de segurança, realizou seu depoimento em sessão reservada, utilizando o nome fictício de Antônio.

O depoente conta que foi acampado na Fazenda São Pedro e, nos primeiros tempos, aliado das lideranças do MST na região noroeste do Estado.

Posteriormente, por divergir dos métodos dos líderes e por não concordar, também, com suas ações, foi ameaçado de morte.

Relata um conjunto de transgressões que vão desde a instalação de uma rádio clandestina, até a montagem de um supermercado dentro da área invadida. Elenca um conjunto de crimes que vai desde o roubo de gado, passa pelas ameaças físicas e atinge a efetivação de assassinato de uma pessoa no assentamento.

Dá a conhecer a existência de verdadeiro sub-mundo na região, liderado pelos Srs. **Pedro Faustino, Pedro Cabral, Fernando Dionísio, Celso Agnoni e Del-fino Becker**, dentre outros.

Acusa esses líderes de usarem a cooperativa COANA em benefícios próprios no uso de máquinas agrícolas, de se apropriarem de lotes nos assentamentos por meio de “*laranjas*”, e de decidirem onde e quando invadir e quem tem direito a receber um lote de terra quando efetivado o assentamento.

Falando sobre os líderes, diz o depoente:

1.

Nota do Relator: a fazenda foi reintegrada na posse em 28 de agosto de 2004, mediante uso da força policial.

“(...). Hoje, eles mantêm várias atividades do grupo dos líderes, da liderança e do MST, como tanques de peixes, leiteria, queijaria. Estão construindo um colégio em Maringá. Tudo isso feito por pessoas acampadas, (...), ou seja você trabalha pra nós e você vai ter a tua terra, (...). Têm pessoas que estão lá há 8 (oito) anos acampadas e até hoje não têm terras; e outras pessoas que nem sequer ficaram um dia debaixo da lona e já estão há vários anos assentadas, porque negociam com eles.” (pág. 5).

Faz acusações de desvio de recursos financeiros que são encaminhados, para os cooperados e à COANA, pelos mesmos líderes.

O conteúdo do depoimento pode ser interpretado pelas seguintes acusações do depoente:

“(...). Esses líderes que eu falo não são pessoas que não têm lote. Eles têm pessoas que trabalham para eles; só ficam articulando, roubando. Eles roubam caminhonadas de bois, roubam de quem tem uma vaquinha. (...)”. (pág.11)

Respondendo a um questionamento sobre a região ser uma “*terra sem lei*”, arremata:

“(...), a lei é deles. Eles já começam a preparação no acampamento. Eles instruem as pessoas a não dar obediência a ninguém, a autoridade nenhuma.” (pág. 12)

Por fim, demonstra que o INCRA não tem a menor gerência nos assentamentos, onde correm soltas a comercialização e o arrendamento de lotes.

8. Depoente o Sr. DARCI FRIGO, advogado, coordenador da ONG Terra de Direitos.

Inicia o depoimento fazendo considerações sobre a estrutura fundiária brasileira, como forma de entender-se o atual problema agrário, procedendo a leitura de um texto que é entregue à CPI.

Faz uma avaliação sobre a execução da reforma agrária no período que vai da década de 90 até 2002, apresentando o entendimento de que houve, por meio de um conjunto de desmandos governamentais, “*desmonte da própria política de reforma agrária ao final de 2002*”, destacando:

*“(...) O pior período foi o de 1999 a 2002, quando o Superintendente do INCRA era o Sr. José Carlos de Araújo Oliveira, e o processo reformista praticamente estacionou em termos de assentamentos”.*²

Relaciona algumas situações que considera como os principais entraves para a efetivação da reforma agrária, entraves esses engendrados ora pelo governo e policiais, ora pelos proprietários rurais:

1. em que pese a Constituição Federal falar sobre o cumprimento da função social da terra, tal disposi-

2.

Nota do Relator: note-se que no período destacado pelo depoente, foram implantados 76 assentamentos, o segundo maior número em um quadriênio.

tivo não foi regulamentado quando da edição da Lei nº 8.629/93, virando, portanto, letra morta.

2. outro problema são os baixos índices de produtividade agropecuária que determinam o grau de eficiência das explorações; estão totalmente defasados, pois foram estabelecidos em 1980.

3. o processo de violência contra os sem-terras é a marca da reforma agrária: **a violência consentida**, empregada pela Polícia Militar, quando das reintegrações de posse e quando para, ilegalmente, dissuadir manifestações coletivas; a violência reacionária, empregada pelos donos de terras, mediante o uso de milícias particulares, sob a orientação da UDR, sendo sua expressão máxima, no Paraná, a formação do PCR – Primeiro Comando Rural.

4. criminalização dos movimentos sociais, mostrando diversos momentos em que o trabalhador rural foi objeto de violência na perda da terra e, até, da própria vida, citando e nominando casos de violência e morte no confronto pela terra.

Para concluir seus comentários, propõe à CPI que apresente, dentre suas recomendações:

1. promover a atualização dos índices de definição da produtividade;
2. adequar a legislação agrária ao conceito do cumprimento da função social da propriedade rural;
3. trabalhar para a aprovação da Emenda Constitucional 438/01, a qual prevê a desapropriação, para fins de reforma agrária, das propriedades em que ficou comprovada a utilização do trabalho escravo;
4. maior celeridade na investigação e responsabilização penal de crimes cometidos contra os trabalhadores rurais.

Como justificativa, destaca que, em nível nacional, foram 1.280 assassinatos, dos quais 121 foram levados a julgamento e somente 14 mandantes desses crimes foram julgados e condenados.

Após, o depoente passa a responder os questionamentos dos Srs. Deputados, demonstrando que a reforma agrária no Paraná poderia ter maior velocidade se os fazendeiros vendessem suas terras ao INCRA. Afirma que tal não ocorre porque a UDR e a FAEP “fazem a cabeça” dos proprietários para não venderem. Diz que este é o caso da Fazenda Água da Prata.

Ao longo de todo o questionamento, o depoente assegura não pertencer ao MST, portanto não pode discutir questões relacionadas com as invasões de terras, mas faz a defesa intransigente da reforma agrária e pondera, sempre, que a mesma deve ser vista pelo prisma social, sintetizando seu entendimento quando, textualmente, diz:

“(…). E, em relação às ocupações, volto a dizer que a demora nas políticas públicas e, ao mesmo tempo, a concentração de renda, o poder que tem o poder econômico, que exerce sobre o poder político, também é responsável por essa lentidão.

Porque, se o processo de reforma agrária estivesse em andamento com mais celeridade (...) você teria menos ocupação de terra. E volto a dizer assim: conheço muitas lideranças do movimento (MST), conheço os trabalhadores e tudo o mais, mas não conheço pessoas que tenham feito treinamentos externos (...). Eu não posso nem imaginar esse tipo de coisa, mas eu acho que os trabalhadores hoje, e o MST, têm dado uma contribuição até nessas questões de meio ambiente, de reeducação da população (...).”

E complementa:

“O que eles querem, aqui, é um movimento de massa (...) e o grande objeto deles é a reforma agrária e a mudança do modelo econômico.

Querem a distribuição da terra e uma agricultura baseada no atendimento do mercado interno, prioritariamente.

(...).

O INCRA tem que passar por uma reestruturação enorme”. (págs. 39 e 40).

Por último, com relação a todos os questionamentos que envolvem a situação e denúncias sobre os desmandos entre os próprios sem-terras, nos acampamentos e nos assentamentos, o depoente afirma, sistematicamente desconhecer tais casos até porque, assegura, não faz parte do MST.

9. Depoente o Sr. ALEXANDRE YOSHIHIDE MAEHARA, proprietário da Fazenda Santa Terezinha, município de Paranapoema.

A fazenda, com 1.149,5 hectares, foi invadida em 5 de agosto de 2003 por cerca de 500 (quinhentas) famílias.

O depoente centra seu relato na invasão, afirmando que, desde então, não mais pôde entrar na sua propriedade.

Diz que 24 horas após solicitar a reintegração de posse estava com a liminar em mãos.

Afirma:

“(…). Então, fora essa parte dos bois (foram retirados, exceto 24 cabeças), tem a parte dos produtores (arrendatários) que tinham tratores que estavam no pátio, tinha tanque móvel de óleo diesel e tudo isso não foi devolvido. O trator foi devolvido, mas o óleo diesel, o material ficou em poder deles (...), eles não devolveram as vacas (leiteiras) também (...).” (pág. 5).

Em resposta às perguntas, o depoente conta que os invasores procedem plantios e vendem seus produtos, sem nota fiscal, para a cooperativa COCAMAR.

Diz, também, que parte da área com pasto está arrendada para terceiros lá colocarem gado.

Com relação aos roubos e às depredações levadas a cabo pelos invasores, diz que fez dois Boletins de Ocorrência (BO) mas, ao que saiba, não foram instalados os respectivos inquéritos policiais.

Com ênfase, responsabiliza o Governo do Estado por omissão ao não cumprir, intencionalmente, o mandado de reintegração de posse, fato que está levando o

depoente a ajuizar uma Ação de Intervenção Federal no Estado.

Complementando, diz que nessa invasão há a participação da Prefeitura de Jardim Olinda, tendo conhecimento, por terceiros, de que até o Prefeito participou da invasão.

A transcrição textual de algumas declarações dá, na medida exata, o grau de perplexidade, revolta e angústia do depoente frente ao esbulho possessório que, há mais de um ano, a sua propriedade é objeto.

Diz:

“(…). Dia 5 de agosto de 2003 foi a invasão e 24 (vinte e quatro) horas depois o juiz da Comarca de Paranaicity concedeu a liminar.”

Prossegue:

“Então, foi marcado para o dia 20 de agosto, às 9 horas da manhã, para ser retirado o pessoal e, nisso, me pediram 6 (seis) caminhões, 10 (dez) ônibus e 40 (quarenta) pessoas vestidas de branco. Tudo isso a PM me pediu que providenciasse para cumprir a reintegração. (...), e no dia 19, às 10 horas da noite, ligaram falando que foi cancelada a operação. (...), senti-me sem respaldo nenhum.” (pág.6)

Conclui o depoente:

“(…)”

E, na ocasião, viemos a Curitiba, conversamos com o Delazari, conversamos também com o Lacerda, do INCRA, (...) e também com o Vice-Governador Orlando Pessuti, suplicar para que retirem esse pessoal de lá (...), eles estão nas minhas terras, eles estão na minha casa, eu tenho meus objetos, eu tenho a minha geladeira, minha cama, eles estão dentro da minha casa!

Então, eu fui expulso da minha casa!

E daí, viemos para Curitiba pedir isso tudo. E até hoje estou à espera do cumprimento.” (pág. 7).

Ao responder sobre porque a PM não efetuou a reintegração de posse, diz:

“Segundo vimos na Folha de Londrina, na imprensa do dia, houve uma reunião na Secretaria de Segurança e nesta reunião integrantes do MST afirmaram que eu estava vendendo a área para o INCRA. Então, acharam melhor cancelar a operação. Logo no outro dia requeri os processos e falei que isso era uma mentira”. (pág. 20).

Com referência à sua atual situação, e em resposta às perguntas dos Srs. Deputados, suas palavras são esclarecedoras:

“(…)” Então, é isso que vem acontecendo. Eu entregava o leite na cooperativa, hoje não entrego mais; tinha as escalas certas de venda de carne no frigorífico, não tenho mais; tenho meus arrendatários até 2006/2007, e eu não sei como fazer, nem eu, nem eles. (...), não sou nada, sou só um produtor rural, estou há um ano sem entrar na minha fazenda e vendendo tudo que eu tenho para poder me manter. (...), e sou eu, hoje, um sem-terra (...). Na época que foi feita a suspensão da reintegração

de posse (...), pelo que eu saiba foi por ordem direta do governador. (...)”. (pág. 10).

10. Depoente o Sr. ROBERTO BAGGIO, Coordenador Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Inicia seu depoimento afirmando que a questão fundiária brasileira é uma questão não resolvida.

Faz um histórico do processo fundiário no Brasil, desde o início da colonização pelas sesmarias, passando pela escravatura e o regime de produção pela monocultura, concluindo sobre a modernização excludente do setor rural, consolidada no último Governo.

Aí, se desenvolveu uma política econômica neoliberal, cuja estratégia foi a *“modernização, mais uma vez, do latifúndio e da grande propriedade da terra, utilizando-se dos subsídios estatais, ou seja, mais uma vez o Estado brasileiro subsidiou, modernizou o grande latifúndio”*.

E prossegue:

“(…)” E o agravante é que a nossa agricultura perdeu sua característica nacional e se transformou numa economia dependente, sob o controle das grandes empresas internacionais.” (pág.7).

E arremata dizendo que desde a abolição da escravatura até a década de 60 o governo teve momentos com as condições objetivas de fazer a reforma agrária e que, por questões da ideologia capitalista dominante, não o fez.

Ainda em termos históricos, faz um apanhado da ocupação agrícola do território paranaense e complementa, afirmando em termos gerais:

“(…)” No Brasil, em torno do poder da propriedade da terra se constituiu o poder político. Os mesmos proprietários de terra são os que têm influência no Judiciário, são os que disputam a vida política, controlam o aparelho do Estado (...), a propriedade da terra é que origina o verdadeiro poder. (...). Nesse contexto, perguntamos: qual é o remédio para corrigirmos esses desvios históricos? Então, o remédio central, na nossa compreensão, é a reforma agrária!” (pág. 13).

Conclui, estabelecendo, a seu juízo, qual é a função da reforma agrária:

“(Com a reforma agrária) Nós temos que organizar uma agricultura voltada para o mercado interno: produzir comida, gerar emprego aqui dentro, proteger a comunidade, estabelecer um nível de convívio social.”

A reforma agrária tem essa função de resolver os problemas internos do país e não continuar com essa lógica permanente de agro exportar e tudo mais.” (pág. 15).

Define a reforma agrária centrada nos seguintes principais pontos:

1. potencializar e desenvolver a agroindústria, como forma de gerar emprego regionalmente;

2. que os camponeses mantenham o controle sobre as sementes, numa crítica aos produtos transgênicos;

3. considera o “*elemento estrutural*” que é a educação.

Por fim, assim conceitua a reforma agrária.

“(…) *tem que ser concebida como um grande programa nacional, de competência do Estado brasileiro, para assegurar comida a 170 milhões de brasileiros; trabalhar na perspectiva de ter um grande mercado interno, de massas, que possibilita que a nossa economia seja soberana, onde o próprio povo produz esse alimento e o que sobra podemos exportar.*

É um grande programa de inclusão de milhões de pessoas na perspectiva de gerar trabalho. Nenhuma outra política pública tem o alcance social da reforma agrária.

A reforma agrária é a política mais barata porque é estrutural; resolve o problema da alimentação, da saúde, da educação (...), da soberania, ou seja, é uma política que, de certa forma, enfrenta as questões que historicamente não enfrentamos.”(pág. 18).

Após, o depoente apresenta um vídeo sobre a vida nos assentamentos, o que suscita diversas observações por parte dos Srs. Deputados, uma vez que o vídeo mostra a participação do Governo do Estado e, portanto, passa a ser entendido como “*propaganda institucional*” por alguns Deputados.

Na fase dos debates, são de se destacar as seguintes principais respostas do depoente:

1. o desmanche do INCRA que de 12 mil funcionários nos anos 90 tem, hoje, cerca de 5 mil; com as aposentadorias previstas, vão restar cerca de 3 mil funcionários, para conduzir um programa de reforma agrária que visa atender 530 mil famílias;

2. ajustar a legislação atual à Constituição Federal, regulamentando o cumprimento da função social da terra, para fins de desapropriação. É o respeito à preservação do meio ambiente e o atendimento à legislação trabalhista;

3. o MST vai continuar sendo um movimento social cujo principal objetivo é a reforma agrária. “*Executada a reforma agrária, o MST deixa de existir*”.

4. o MST não tem perspectivas políticas e quando tentam vinculá-lo às organizações partidárias, é porque isso faz parte da estratégia da mídia e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira;

5. a herança dos últimos dez anos em relação à reforma agrária é grave: criou-se uma legislação para perseguir os movimentos sociais; há um conjunto de normas, decretos e portarias que criminaliza quem quer ter um pedaço de terra.

Enfim, a reforma agrária é tratada como se fosse uma questão de polícia;

6. diz textualmente:

“(…) a política do MST nunca foi a de utilizar a violência, nunca!

A nossa filosofia é do pensamento luterano, do pensamento cristão.” (pág.51).

Com base neste argumento, a proposta é formular um pacto no estado do Paraná, para que os proprietários rurais disponibilizem terras para vender ao INCRA. Seria uma parceria em prol da reforma agrária, o que evitaria novos conflitos;

7. o INCRA não deve dar o título da terra para cada parceiro, uma vez que permite a pronta venda da área pelo assentado, se titular do domínio.

O movimento defende que a propriedade permaneça sob o domínio do Governo Federal e que seja trabalhada coletivamente, pois,

“*nós do MST mantemos a filosofia no sentido de que a terra é um bem de uso social, um bem de uso público.”* (pág.73).

11. Depoente o Sr. PEDRO ALVES CABRAL, parceiro no assentamento Pontal do Tigre, em Quêrência do Norte, e Diretor da Cooperativa dos Assentados, COANA.

O depoimento é um histórico de sua vida, iniciando em 1984, quando morava no município de Medianeira, de sua opção por acampar com os sem-terras, sobre o primeiro assentamento em área do Governo Estadual, chamado Abapã, em Castro, e, posteriormente, a transferência para um lote no Pontal Tigre, em 1995.

Diz que o assentamento Pontal do Tigre, com 10.500 hectares e 327 famílias foi objeto de sucesso na reforma agrária, mediante o cultivo de arroz, mandioca e pecuária leiteira, possibilitou o crescimento sócio-econômico das famílias assentadas, bem como promoveu um grande desenvolvimento no município de Quêrência do Norte.

Conclui:

“(…). *Nesse sentido, entendemos que há grande necessidade da reforma agrária, ela é muito importante. Agora, a gente está falando específico do Pontal do Tigre e do nosso assentamento (...).*

Deixa que outras pessoas possam falar mais, estadual, nacional. Entendemos que o nosso estado faz parte desta nação, o nosso município também faz parte deste estado e nós estamos tentando prestar nossa colaboração dentro da medida do possível.” (pág. 10).

Respondendo às perguntas, o depoente esclarece o funcionamento do assentamento, notadamente no que diz respeito às atividades da COANA na comercialização e beneficiamento de produtos agropecuários, principalmente a produção leiteira.

Categoricamente assegura que:

1. desconhece a existência de rádio clandestina em qualquer assentamento da região;

2. não sabe se os assentados pagam alguma taxa ao MST;

“(…). *Nesse sentido, entendemos que há grande necessidade da reforma agrária, ela é muito importante.*

Agora, a gente está falando específico do Pontal do Tigre e do nosso assentamento (...).

Deixa que outras pessoas possam falar mais, estadual, nacional. Entendemos que o nosso estado faz parte desta nação, o nosso município também faz parte deste estado e nós estamos tentando prestar nossa colaboração dentro da medida do possível."

3. desconhece que os líderes regionais do MST, dos quais ele é um, aliciem moradores das cidades para ir para os acampamentos;

4. não sabe como se fazem, e se dão, as invasões de propriedades rurais na região.

12. Depoente o Sr. DELFINO JOSÉ BECKER, parceleiro no assentamento Pontal do Tigre, município de Querência do Norte, e Diretor da Cooperativa dos Assentados, COANA.

À semelhança do depoimento do Sr. Pedro Alves Cabral, narra o histórico de sua vida, a partir da chegada de sua família no município de Capitão Leônidas Marques, vinda do estado de Santa Catarina, indo acampar com os sem-terras em 1986, sendo assentado, em definitivo, no Pontal do Tigre em 1995, após passar por um assentamento do Governo do Estado.

Diz que vive em um assentamento que deu certo, com produção agropecuária, escolas para educar os filhos.

Seu depoimento pode ser resumido quando atesta que:

"(...) Para mim, é importante estar dando esse depoimento. (...) Eu falando do meu sonho, daquilo que eu sonhava, como filho de pequeno produtor, de um dia ter um pedaço de terra. Posso estar afirmando aqui, hoje, que esse sonho já está realizado. Tenho um lote de terra (...), tenho uma família, tenho os filhos. Eu fico orgulhoso de poder dar aqui este testemunho que são conquistas. Parece tão pequeno, mas no Brasil, onde tantas pessoas são marginalizadas (...) eu me sinto uma pessoa realizada."

E em tom de desabafo, conclui:

"Por mais que, em alguns momentos a gente não é entendido pela sociedade, até é reprimido, constrangido, porque por várias vezes eu já tive preventiva, já fui preso. Mas, por tudo que eu passei, daria para dizer assim, dá pra fazer de novo, porque é bom, é produtivo." (pág. 39).

Em resposta às indagações dos Srs. Deputados, expõe as seguintes opiniões:

1. o assentamento Pontal do Tigre produz arroz, milho, mandioca, algodão e gado; sua produção fez o município de Querência do Norte se desenvolver, por meio do aumento da arrecadação do ICMS;

2. o assentamento é bem dotado de infra-estrutura, porém a grande carência é a de uma assistência técnica efetiva e permanente.

3. critica os atuais índices de produtividade, dizendo que isso emperra o desenvolvimento da reforma agrária;

4. assegura que os únicos recursos que recebe do governo são os do PRONAF;

5. afirma que no assentamento não tem venda de lotes, nem há arrendamentos; diz que entre os assentados há uma solidariedade para com os acampados e que cada assentado, dentre de suas possibilidades, contribui para o sustento dos acampados.

13. Depoente a Sra. MARLI BRAMBILLA, parceleira no assentamento Pontal do Tigre, município de Querência do Norte, e Diretora da Cooperativa dos Assentados, COANA.

Ao apresentar a Sra. Marli, o Sr. Presidente da CPI esclarece que a mesma foi convocada a depor, e em uma ocasião se recusou a assinar a intimação, na ocasião seguinte assinou mas, um dia antes de vir depor, ela comunicou, por correspondência, estar impossibilitada por problemas de saúde. Após tais fatos, foi encaminhada a solicitação para que ela viesse à CPI por determinação judicial; ela resolveu depor, *"espontaneamente"*.

Seguindo rigorosamente a mesma linha dos dois depoentes anteriores, dá um breve retrospecto de sua vida: filha de arrendatário, passando por um acampamento e chegando a assentada no Pontal do Tigre, em 1995.

Por determinação dos assentados, e para viabilizar economicamente o assentamento, foi organizada a Cooperativa COANA que desde a sua fundação, com 33 sócios, hoje possui 615 associados, abrangendo outros assentamentos da Região Noroeste.

Diz a depoente, com relação à COANA.

"(...) A Cooperativa tem a função de estar organizando os assentamentos. Hoje, nós conseguimos organizar o mínimo de um corpo técnico dentro da cooperativa que são os próprios filhos dos assentados que se formaram em administração, em contabilidade, e que tocam esses trabalhos da cooperativa (...)".

Complementa:

"A Cooperativa desenvolve, hoje, o principal trabalho de comercialização do leite. Temos um posto de resfriamento com capacidade de 20 mil litros de leite por dia, que resfriamos e passamos para a Cofepar que é a organização das cooperativas do noroeste do Paraná." (pág. 76).

Quando questionada sobre o assentado de nome Celso Bachi, seqüestrado de seu lote, dá-se o seguinte diálogo:

DEPOENTE: *Ele era assentado em Querência do Norte e, na época, parece que ele teve um problema dentro do assentamento e acabou se desentendendo e foi retirado pelos companheiros."*

PRESIDENTE: *Qual o problema que ele teve?"*

DEPOENTE: *Não sei, porque na época não estava lá. Estava fazendo um curso no Rio Grande do Sul. (...)".*

PRESIDENTE: *Não é do seu conhecimento que ele foi seqüestrado? Que ficou refém?"*

DEPOENTE: *Até tenho uma acusação, fiquei dois anos e pouco com uma preventiva em função desse caso.*

(...) não tenho conhecimento dos fatos, do que aconteceu realmente, mas sou uma das acusadas.

Ele não é do meu assentamento (...). Ele pertence ao assentamento Luiz Carlos Prestes." (págs. 86 e 87).

Por último, diz entender que os parceiros não devem receber o título definitivo da terra; somente a concessão de uso.

Justifica, arrematando que tal medida é fundamental para manter afastada dos assentamentos a especulação imobiliária.

14. Depoente o Sr. MARCOS MENEZES PROCHET, Presidente da União Democrática Ruralista do Paraná – UDR e Vice-Presidente da UDR Nacional. É proprietário da Fazenda Dois Córregos, município de Querência do Norte.

A título introdutório o depoente diz que é um pequeno produtor; sua propriedade tem cerca de 100,0 hectares, já foi vistoriada pelo INCRA e, em 1997, foi invadida pelo MST. Mesmo tendo em mãos a reintegração de posse, por mais de um ano não pôde entrar na fazenda.

Até hoje está consertando a propriedade dos estragos da invasão. Diz:

"(...) estou com uma ação contra o estado, multi-milionária, (...), o MST vai me deixar milionário outra vez!" (pág.2).

Seu depoimento, suas respostas e explicações às questões formuladas têm a seguinte linha de conceito, e de preconceitos, quanto ao processo de reforma agrária:

1. com relação ao INCRA, diz que antes de incompetente, o órgão federal é conivente com o MST, afirmando:

"(...) na Fazenda São Francisco, em Querência do Norte, do Sr. Favoretto, que foi invadida às 6 horas da manhã, às 10 horas da manhã chegou um caminhão de cesta básica, do INCRA de Brasília, para os invasores.

Quer dizer, 4 horas depois da invasão o caminhão (vindo) de Brasília chegou com as cesta básicas em quantidade, até por coincidência, exata com o número de invasores (...)." (pág. 6);

2. assegura que o INCRA não tem o mínimo controle dos fatos acontecidos na região noroeste e atesta, apresentando documentos, que quem decide no assentamento o número de lotes, e quem vão ser os assentados, são os líderes regionais do MST;

3. diz que os depoentes Pedro Cabral, Delfino Becker e Marli Brambilla mentem ao afirmar o sucesso do assentamento Pontal do Tigre, pois

assegura que as produções de arroz que eram obtidas na área, cerca de 600 mil sacas, caíram para cerca de 73 mil na produção dos assentados;

4. há um regime de terror gestado no assentamento Pontal do Tigre, de onde aqueles (citados) líderes promovem as invasões de propriedades, com o emprego de táticas de guerrilha. Fala de pedido de propinas, por parte dos líderes, e de extorsões, afirmando ter sido vítima delas e, no caso das extorsões, para que não viesse a ocorrer nova invasão em sua fazenda; recusou;

5. afirma que nos assentamentos da região, o arrendamento é prática comum, pública e notória;

6. conta de sua experiência com a UDR, no confronto com o MST, e diz, categoricamente, que a UDR nunca promoveu ou esteve envolvida com a retirada de invasores; a ação é promover pressão, pela reunião de agricultores que se vêm ameaçados, via de regra promovendo a obstrução dos caminhos que levam às áreas invadidas;

sobre a COANA, declara:

"A cooperativa é um mistério para todo mundo, inclusive é um mistério para os assentados, porque lá é um sumidouro de dinheiro. (...)

A gente ouve as pessoas falarem que os sem-terras estão chateados, porque achavam que ia acontecer uma coisa, que vêm verbas para eles e acaba sendo desviada para o MST, através da cooperativa (...)." (pág. 7).

Com relação à questão fundiária, diz ser contra a reforma agrária; como contraponto defende que se implante a "forma agrária", que é o processo de ocupação da ainda existente fronteira agrícola no cerrado brasileiro, via processos de colonização a serem conduzidos por cooperativas.

Ironiza. Diz que o Sr. Roberto Baggio afirmou, na CPI, que *"terminando a reforma agrária, termina o MST"*; *"portanto"*, arremata, *"se desenvolva a forma agrária e se acabe com o MST"*.

Para finalizar seu raciocínio, assegura que existem mais de 100 milhões de hectares por serem desbravados e incorporados ao processo produtivo da agropecuária brasileira, via colonização de novas terras e com o concurso daqueles que as desejam pelo seu trabalho.

15. Depoente o Sr. ALBARI SEBASTIÃO LEJAMBRE, Técnico em Assuntos Fundiários da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.

O depoente enfoca o desmanche que sofreu o órgão de terras do Estado, o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – ITCF, sendo extinto em 1992 e sendo criado, em seu lugar, o Instituto Ambiental do Paraná – IAP. A partir daí foi sepultada a ação do Estado na regularização fundiária das terras devolutas, e na integração com o INCRA na reforma agrária.

Faz uma breve exposição sobre as terras no Paraná, explicando que há terras de jurisdição do Governo Fede-

ral, são as de Faixa de Fronteira, e que o restante são terras sob a administração do Governo Estadual.

Nessas áreas de sua competência, o Governo Estadual deveria estar opinando, a pedido da Procuradoria Geral do Estado, em ações de usucapião e promovendo a regularização das terras ainda devolutas, por meio de ações discriminatórias.¹

Diz o depoente:

“(…). Estamos trabalhando na região de Curiúva, na região de Ponta Grossa, na região de Cerro Azul estamos expedindo títulos, (...) na medida em que nos procuram, porque não temos como desenvolver uma grande frente, porque não temos funcionários para fazer isso.” (pág. 7)

Elenca um conjunto de programas voltados à área fundiária, em que há, por enquanto, apenas expectativas de participação:

1. o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais; projeto do INCRA com o BID, a ser desenvolvido no período de sete anos;
 2. a implantação de “projeto piloto” do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais, em conjunto com a Itaipú e Secretaria da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, na região de influência de Itaipú;
 3. convênio do Governo do Estado com Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de regularizar, em um ano, mil propriedades rurais;
 4. projeto de mutirão na Região Metropolitana de Curitiba, o qual depende de convênio para regularizar sete mil propriedades na região da COMEC.
- Complementando, comenta:

“(…), eu representei o Secretário em reuniões em Brasília, em Fortaleza e outros lugares; o único estado do Brasil que não possui um órgão fundiário é o Paraná”.

Diz, ainda, em tom de desabafo:

“Nós fomos um exemplo para o Brasil inteiro; em 1978/80, no forte das titulações, os outros Estados vinham aqui adquirir experiência (...) Hoje, todos os Estados têm um órgão de terras, menos o nosso!”

O Paraná está com uma coordenadoria dentro de uma Secretaria. desestruturada” (pág. 14).

Respondendo às questões levantadas pelos Srs. Deputados, diz:

1. que não há terras devolutas estaduais para a reforma agrária, pois todas elas já estão ocupadas por posseiros;
2. dos assentamentos feitos pelo Governo do Estado, à semelhança dos de responsabilidade do INCRA, nenhum foi emancipado;
3. existem discussões possessórias em diversas áreas, tais como Trombini e a pertencente ao ex-

Deputado Federal Otto Santos Cunha; há discussão sobre a domínio da ARAUPEL.

Tudo isto pendente de decisões judiciais;

4. há necessidade de o Governo do Estado retomar as regularizações fundiárias, dando como exemplo a situação da Região Metropolitana de Curitiba que envolve:

- 25 municípios, com 37.657 imóveis rurais;
- 1.010 propriedades em que existe parte da área sob posse;
- 8.534 propriedades em, aproximadamente, 202 mil hectares totalmente ocupados por posseiros.

Por fim, concorda com as manifestações dos Srs.

Deputados, solicitando apoio, quanto a criação, urgente, de órgão fundiário para o Estado do Paraná, independentemente se a sua forma será a de uma Secretaria ou a de um Instituto.

16. Depoente o Sr. PAULO CLEVE DO BOMFIM, proprietário da Fazenda Agropecuária Marcosanto, município de Antonina, com área de 1.038,0 hectares.

Inicia o depoimento com comentários de que a sua propriedade está totalmente inserida em Área de Proteção Ambiental – APA e, portanto, com restrições legais para a produção econômica.

Sintetizando os problemas que está vivendo, relata o depoente:

“(…). Nessa área, há dezoito meses atrás um posseiro, vizinho meu, foi até a Lapa com o intuito de se inscrever num assentamento de reforma agrária. Chegando lá, foi convencido de que a reforma agrária deveria ser feita na sua região. Voltou e começou a contatar com as pessoas dizendo que o governo ia dar um pedaço de terra, dinheiro e um trator para trabalhar. Começou a chegar gente. Desde o começo registramos isso.” (págs. 12 e 13).

O depoente dá conta de que, de acordo com os próprios policiais e o delegado, existem ordens superiores para não intervirem com os sem-terras e, por conta de tamanha impunidade, descreve alguns fatos ocorridos:

1. os sem-terras cometem delitos todos os dias, roubando e ameaçando os empregados da fazenda, e a ele mesmo, de morte;
2. estão dominando 80% da área da propriedade e, praticamente, já liquidaram com a fauna e promoveram desmates, tudo comprovado por técnicos do IBAMA e policiais florestais, que nada fizeram;
3. acusa o Secretário de Segurança Pública de omissão, considerando um escárnio para com a lei o que ocorre na região; acusa o INCRA de ser parcial para com o MST.

Quando questionado, diz que o delegado citado é o Sr. Darci Pacheco; após, se verifica intenso debate entre os Deputados, por conta da omissão governamental e pelo desrespeito à legislação, não se promovendo os competentes inquéritos policiais e averiguações.

1.

Nota do Relator: discriminatória é o ato, administrativo e judicial, de separação do que é terra pública das de domínio privado.

Diz o depoente:

“(…). Mas, eu vou contar um fato que também está escrito e protocolado, tem diversas testemunhas quando houve confusão com a Polícia Militar; quando os sem-terras bloquearam a estrada, puseram arame, pedra, tijolo, madeira. Aí, o Oficial de Justiça pediu para eles desimpedirem a estrada para ele passar; ele (o líder) falou assim: ‘o governador Requião nos deve uma pedra. (...) fomos nós que fomos invadir a ECOVIA a pedido do Governo, quando houve aquele problema do pedágio.’” (págs. 22 e 23).

Por conta de roubos de máquinas agrícolas, eletrodomésticos e móveis nas propriedades vizinhas, foi obtido um mandado de busca e apreensão; quando o Oficial de Justiça e a Polícia Militar foram cumpri-lo, foram impedidos de chegar ao local, um barracão onde estavam guardados os produtos do roubo; a polícia, depois de horas de negociação, somente pode passar após fazer uso de balas de borracha, o que dispersou os sem-terras.

Apresenta certidão passada pelo Oficial de Justiça, na qual consta a relação dos bens roubados. Na certidão, está descrita a resistência dos infratores, cujos argumentos para tal resistência eram de que *“havia orientação do próprio secretário de Segurança Pública”*.

Ao final, relata o Oficial de Justiça:

“Desgastado fisicamente e psicologicamente, e o que é pior indignado, sem saber qual a razão do Comando da Polícia Militar ter cancelado e, pior ainda, ter desacatado uma Ordem Judicial, não sabendo mais o que é lei ou justiça, se policiais altamente graduados (...) filmaram e fotografaram que realmente os bens do autor, sem sua autorização, foram retirados da propriedade e levados para o referido barracão? (...), para mim, pobre ignorante que achava que conhecia lei, isto é roubo! E quem proibisse a Justiça e a polícia a chegar no local, no mínimo era considerado cúmplice e responderia por tais atos.” (pág. 36).

Para completar seu depoimento, diz que a região é palco de um verdadeiro teatro de absurdos, encenado por autoridades governamentais, apresentando certidão que transcreve despacho do Juiz da Comarca, nos seguintes dizeres:

“Infelizmente o Poder Judiciário depende do apoio da Polícia Militar para o cumprimento da ordem judicial, estando impossibilitado de fazer valer suas decisões em casos como esse dos autos.” (pág. 42).

Por último, o depoente explica que sob a liderança de um senhor de nome Jonas e de sua irmã, filhos de um posseiro da região, 30 a 50 pessoas estão acampadas na beira da estrada, na propriedade de um vizinho.

Diz:

“(…). Eles estão na propriedade do Dr. Pamplona. Ninguém entra na fazenda dele. E essa estrada também proíbe que eu tenha acesso a 80% da minha. (...), fizeram uma barricada na estrada e não deixam passar nem ônibus escolar”. (págs. 45 e 46).

17. Depoente o Sr. PEDRO PAULO PAMPLONA, proprietário da Fazenda São Rafael, município de Antonina.

O depoimento complementa e, em determinados momentos, repete os esclarecimentos feitos pelo Sr. Paulo Bonfim.

Em linhas gerais o depoente atesta:

1. estar impedido de adentrar em sua propriedade, vez que os invasores têm o acampamento fechando a estrada, inclusive com barricada;
2. a fazenda foi objeto de roubo e de depredação ambiental; ele, proprietário, foi ameaçado de morte;
3. fez mais de uma dezena de Boletins de Ocorrência e não há qualquer providência de ordem legal, por iniciativa das autoridades policiais.

A fim de atestar a afronta dos acampados e a timidez da autoridade policial, apresenta *“Informação”* prestada pelo investigador de polícia ao delegado de Antonina, com os seguintes destaques:

“(…) em data de 15 de agosto do corrente, estive no acampamento do MST, pela terceira vez e não tive êxito em intimar o Sr. GERALDO ALVES DE SOUZA, proprietário das terras onde as pessoas do movimento estão acampadas.

(…) fui constrangido, pois ao conversar com um dos integrantes do movimento, este indivíduo, aproveitando-se que eu estava rodeado por mais de 50 pessoas, todas armadas com facões e foices, se limitou a dizer: “não estamos fazendo nada de errado, se o delegado quiser falar conosco, ele que venha até aqui!”

(…) Sr. Delegado, é impossível qualquer tipo de investigação, pois a impressão que se tem é que dentro do acampamento existe um outro país, onde eles têm suas próprias leis e não precisam obedecer as nossas.” (pág. 54).

Quando questionado pelos Srs. Deputados, o depoente confirma todos os incidentes ocorridos com o seu vizinho, Sr. Bomfim, e declara sobre os roubos:

“Há, ainda, uma roçadeira desaparecida, um sub-solador; muitos caminhões saíram dali e foram pra Lapa. Uma roçadeira industrial foi trocada por sementes com o pessoal do MST da Lapa. Só estou esperando o desfecho, para depois entrar com a ação de indenização contra o estado, pelo total descaso.” (pág. 68).

18. Depoente o Sr. CELSO LISBOA DE LACERDA, Superintendente Regional do INCRA – Paraná.

De início, o depoente faz uma crítica ao contexto da economia agrícola brasileira, e ao processo de reforma agrária que vinha sendo executado, afirmando que *“no mesmo período em que o Poder Público assentou em torno de 450 mil famílias, o IBGE aponta que desapareceram do mapa rural brasileiro mais de 930 mil imóveis rurais”*. (pág.3)

Afirma que para desenvolver a reforma agrária de forma consistente é necessária a criação de “políticas de contenção do pequeno produtor”, e que o atual governo as está desenvolvendo, via política de assistência técnica, de crédito facilitado e de seguro agrícola.

Faz um histórico, crítico, da ação fundiária desenvolvida pelo INCRA no Paraná, e sobre os desacertos da execução da reforma agrária.¹

Tal insistência, ao ter como base esses pressupostos ao longo de todo o seu depoimento, levou o Sr. Presidente da CPI a externar:

“Dr. Celso, eu acho que nós temos um só governo, nós temos um só INCRA, independente se é passado ou presente (...). É muito fácil jogar a culpa no passado. (...) Não adianta chegar aqui na CPI, ou na imprensa, e culpar a administração passada, (...) ou o que o INCRA fez. O que agora vamos fazer? Vamos responsabilizá-los; abra sindicância! Incrimine as pessoas! Agora, vamos resolver a questão agrária do estado. Nós temos 15 mil famílias esperando um pedaço de terra, e o senhor acabou de dizer que talvez não se consiga assentar, nunca, esse número.” (pág. 76).

Com relação a realidade da reforma agrária, o depoente destaca:

1. a média de venda de lotes nos assentamentos é de 20% (vinte por cento);
2. total desrespeito, nos assentamentos, pela legislação ambiental, sendo que nenhum deles têm licença prévia expedida pelo IAP;
3. a desapropriação de propriedades rurais se assenta em índices de produtividade de 1980; portanto, é desconsiderada a evolução tecnológica por que passou a agropecuária;²
4. em 2003 foram realizadas 177 vistorias e foi possível, somente, encaminhar 4 processos desapropriatórios;
5. adota, hoje, como sistemática de obtenção de terras o processo de compra, com base no Decreto 433/92;
6. em cumprimento ao Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, tem como meta assentar, em 2004, três mil famílias; considera um número

1.

Nota do Relator: o relato peca por dois equívocos: o primeiro por cometer erros históricos, próprio de quem está pouco inteirado do processo fundiário paranaense; o segundo por considerar que tudo o que existe é de responsabilidade da recente administração passada, como se tivéssemos um “*mau INCRA*” e, a partir da sua gestão, teremos um “*bom INCRA*”

2.

Nota do Relator: o Superintendente generaliza, pois os índices da pecuária são recentes, 1993 e 2001.

ousado, mas pretende atingí-lo e, quem sabe, ultrapassá-lo;

7. são 15.300 famílias que vivem em acampamentos à beira de estradas e em áreas invadidas.

Por ocasião dos debates, após negar, reconhece que o INCRA fornece cesta básica para todos os acampados, independentemente se estão em áreas invadidas ou não, por conta do Programa Fome Zero, e que o controle é feito mediante cadastro eventualmente atualizado.

Em resposta aos questionamentos informa:

1. não ser possível assentar as 15.300 famílias acampadas; conclui que desse total, com vocação para serem assentadas, devem ser consideradas de cinco a seis mil famílias; declara, também, que recebe pressão do MST para ampliar o número de cadastrados como beneficiários da reforma agrária;
2. ao tratar da defasagem dos índices de produtividade, revela total desconhecimento técnico; diz que o índice da pecuária é de uma unidade animal por hectare, o que é incorreto (*varia de 0,8 a 1,2 unidade animal por hectare*) e, após, confunde **unidade animal** com **cabeça animal**;
3. tal desconhecimento se estende, ao não saber explicar como deve proceder o INCRA para promover a atualização dos índices (*não sabe que tal procedimento é regulado pela Lei nº 8.629/93 e é de competência do Conselho Nacional de Política Agrícola*);
4. sobre os assentamentos, declara que são 264 sob a jurisdição do INCRA, com cerca de 14 mil famílias e que não existe, praticamente, nenhum controle sobre eles, notadamente no desenvolvimento sócio-econômico dos assentados;
5. há a decisão de dar prioridade ao reordenamento dos assentamentos, principalmente pela contratação de assistência técnica junto à EMATER e com profissionais terceirizados; pretende-se que sejam contratados 150 técnicos.

Ao ser perguntado se algum assentamento, dos 264, já foi emancipado, responde de maneira confusa, equivocada, nos seguintes termos:

“(...) foram (alguns assentamentos emancipados), mas de maneira não completa, porque se prevê a titulação dessas terras quando o assentamento está auto-suficiente. Mas o que aconteceu? Como o INCRA não cumpriu a parte dele de dar condições básicas de desenvolvimento, praticamente não emancipou nenhum. Emancipou alguns, parece que trinta. (...)” (pág. 65).

Reafirma que para atender a demanda da reforma agrária, está desenvolvendo trabalhos de negociação de terras com proprietários rurais; já tem 20 processos em andamento.

Por fim, relaciona seis assentamentos como modelos de projetos bem sucedidos e que já se encontram auto-suficientes em seu desenvolvimento.

19. Depoente o Pe. ROQUE ZIMMERMANN, ex-presidente da Comissão de Mediação de Conflitos Agrários do Estado do Paraná e secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

Inicialmente, o depoente faz um histórico da questão da terra no mundo, remontando à Roma da era antes de Cristo.

Se diz ligado à questão fundiária desde 1958, sempre ao lado dos camponeses e dos sem-terras, acompanhando as lutas pela terra e participando do antigo MASTER, no estado do Rio Grande do Sul.

A partir de 1984/1985, com a criação do MST, passou a ajudá-los por meio de uma “participação estratégica”, afirmando que “nunca mais participei ativamente da formulação da política do movimento, nem de qualquer ação concreta do MST.” (pág.6)

A seguir, após resumir sua vinda ao Estado do Paraná, diz:

“(…). O que quero dizer para os senhores, e este é um testemunho definitivo: eu nunca vi, sou um estudioso da questão social e andei o mundo vendo isso, alguém transformar um pária em cidadão em tão pouco tempo como o MST, concordando ou discordando de sua metodologia (…).” (pág. 8).

Ao analisar a atual situação da reforma agrária, expõe os problemas que a mesma enfrenta, desde a falta de vontade dos governos, passando pela forte reação contrária da Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados, terminando com o governo Lula que está deixando muito a desejar.

Cita o governador Requião como exemplo, por trabalhar com o MST como um fato da realidade política, social e econômica.

Se diz a favor da existência, por lei, de um “módulo máximo”, limitador do tamanho das propriedades rurais, de cerca de 1.000 hectares.

Ao responder sobre a questão do Governo do Estado recriar um órgão específico para cuidar dos problemas fundiários, diz:

“Não! Ou nós mudamos a legislação e passamos a reforma agrária como uma responsabilidade ao menos bipartite, da União e dos Estados, ou o estado tem muito pouco a fazer, infelizmente. A nossa legislação permite ao estado fazer pouca coisa, ele não tem, sequer, orçamento. (…).” (pág. 44).

Quando lembrado do problema dos posseiros e da regularização fundiária em terras de jurisdição do Governo do Estado, refaz seus argumentos, se bem que de forma um tanto paradoxal:

“(…). Em primeiro lugar, concordo que o Estado tem que regularizar as terras, e essa é tarefa do estado do Paraná, não é tarefa do Governo Federal.(…).”

Agora, esse povo não é o nosso problema. Esse povo que está com a terra não regularizada não é nosso problema, o nosso problema é aquele que foi ejetado da terra. (…). Agora, concordo que o Instituto de Terras e Cartografia deveria trabalhar muito mais. (…), esse Ins-

tituto deve ser reativado. E sabem porque eu gostaria que esse povo tivesse a terra regularizada? Porque, na verdade, eles estão fora do mercado. Eles não podem ter acesso ao crédito. (…).” (pág. 45).

Com referência às invasões e às depredações de propriedades rurais, se fez totalmente contra tais procedimentos, porém, sua resposta, mais uma vez é contraditória, justificando tais atos como necessários no conjunto da luta pela emancipação e avanço da reforma agrária.

Diz:

“(…). Sou totalmente contra esse tipo de atitude concreta (invasão e depredação), não posso negar, porém, que no conjunto da luta pela emancipação, ou pelo avanço de reforma agrária, isto não faça parte importante, porque infelizmente (..) nós somos tão insensíveis que, de repente, só gestos brutais, assim, nos fazem despertar. Sinto e lastimo, mas como professor e como alguém que pensa a questão social e a questão fundiária, digo que talvez sejam estes momentos os que mais ajudam a acordar a sociedade para a gravidade do problema (…).” (pág. 47).¹

Complementando o seu depoimento, se diz, também, favorável à agricultura de escala e do agronegócio, sugerindo à CPI que incluía em suas propostas:

1. se colocar a favor da tese da reforma agrária e da sua necessidade, até mesmo para que o capitalismo possa vencer, pois a reforma agrária não é revolução socialista; ela é uma revolução capitalista;
2. exigir do Governo Federal recursos e uma política clara e definida;
3. a criação de Varas Agrárias;
4. que os Estados fossem responsáveis para identificar terras griladas;
5. que se procedesse o confisco de terras onde o proprietário fosse apanhado traficando drogas ou armas.

20. Depoente o Sr. TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA, Coordenador da Comissão Estadual de Política Fundiária, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP.

Inicia, explicando que a FAEP, para acompanhar as questões da reforma agrária, desenvolve três linhas de ação, por orientação da sua Comissão de Política Fundiária:

1. a linha técnica, tendo como objetivo orientar os produtores rurais sobre o cumprimento das leis agrária, trabalhista, previdenciária, ambiental e tributária.

Ainda mais, promove treinamentos a engenheiros agrônomos, para os mesmos assessorarem os produtores na organização de suas propriedades como produtivas;

1.

Nota do Relator: afinal, o depoente é contra ou a favor?

2. a linha jurídica, dando aos produtores informações sobre os limites do direito de propriedade, e sobre os instrumentos legais que os mesmos possam fazer uso quando do enfrentamento das invasões e dos processos desapropriatórios;

3. a linha de atuação política, no sentido de manter mobilizados os produtores, a fim de exigir das autoridades governamentais o cumprimento irrisório da lei e das determinações judiciais.

Arremata o depoente:

“(…). A invasão é a grande causadora da violência no campo e não adiantam os vários discursos e depoimentos, se não tivermos obediência às leis, pois não vamos ter, nunca, a paz no campo. Fica uma indagação: será que é pedir muito pedir o cumprimento da lei em um país democrático? (…).” (pág. 5).

Faz comentários sobre a omissão do Governo do Estado frente às invasões, expõe sobre o seu crescimento a partir de 2003, comentando, também, sobre a depredação e roubo nas propriedades invadidas.

Como reforço de sua argumentação, projeta imagens do resultado das invasões em diversas propriedades, mostrando casas e barracões destruídos, máquinas agrícolas queimadas, pastos queimados e, até, construção de trincheiras.

Após, apresenta um vídeo, mostrando as condições em que ficaram oito fazendas, após as invasões, na região noroeste do Estado.

Arremata seus comentários e apresentação de imagens afirmando que:

“(…). Essa propriedade, ao ser reintegrada, houve denúncia de que ela estaria toda minada em volta da sede invadida pelo MST, com bombas ligadas com fios elétricos na cerca de arame liso, em garrações. A polícia militar, para fazer a operação de reintegração de posse (...) fez o teste em uma dessas bombas e o efeito foi devastador. Isso saiu em rede estadual (...) pela Globo. (...) Os garrações, eles enchem de pólvora e bombril, pregos e chumbo (...)”. (págs. 19 e 20).

Apresenta estudo contratado pela FAEP, e executado pela Fundação da Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, sobre a Fazenda ARAUPEL, nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire.

Mostra, pelo comparativo de imagens de satélite, os anos de 1996, ano da invasão da fazenda, de 1998, de 2000 e de 2002, em que foram dizimados 10.614 hectares de matas de araucária e a total extinção da fauna na área, fazendo as seguintes perguntas:

- por que, ao saberem do desmatamento, o IBAMA e o IAP não embargaram a área?
- o que aconteceu com o dinheiro da venda indébita da madeira? Quem a comprou?
- não estariam os então responsáveis pelo INCRA, IBAMA e IAP incursos em crime de prevaricação?
- por que o Ministério Público não atuou, fazendo valer a força da lei?

Questionado sobre o direito que tem o produtor em defender, legalmente, pela força a sua propriedade invadida, diz:

“(…). A Federação tem linhas de atuação, uma delas é a jurídica, e a nossa maior preocupação é para que o proprietário possa agir dentro da lei. (...). Agora, cabe ao proprietário decidir, como é uma propriedade privada, se vai colocar a segurança ou não (...)”. (pág. 33).

Após expor sobre as questões formuladas das invasões, o depoente enfatiza, em diversos momentos, que a FAEP defende o cumprimento da lei por quem quer que seja; explica, para reforçar seu argumento, que se a lei determina que se faça, em seus termos, a reforma agrária, a FAEP nada tem contra.

Diz ainda que o transgressor é o MST, pois a invasão é um esbulho possessório previsto no Código Civil; a depredação, a intimidação e o roubo são crimes previstos no Código Penal; e a resistência aos despejos é uma afronta à lei, ao Estado de Direito e à democracia.

Por outro lado, comenta que em momento algum, tendo sua área já imitada na posse, pelo INCRA e por força da desapropriação, qualquer proprietário se recusou a afrontar a lei, não deixando a área. O que ele sempre fez, foi exercer o seu direito de defender sua propriedade junto ao Poder Judiciário.

Ao término, após o presidente ter declarado encerrado os trabalhos, diz o depoente:

“(…). Deputado, tenho uma colocação importante. Esse documento eu recebi anonimamente, e me causou surpresa muito grande. (...) Mas ontem com o depoimento do Padre Roque, ele não é mais surpresa. Aí, eu também gostaria de deixar esse documento para que os senhores possam fazer uma análise, porque diz respeito ao envolvimento, seríssimo, grave, do padre Roque com o MST. (...)”. (pág. 67).

Em complemento aos fatos caracterizados pelos depoimentos, esta CPI buscou relacioná-los com uma visão prática do que ocorre, em realidade, nos diversos assentamentos distribuídos no Paraná.

Assim, realizou visitas a diversos pontos do estado, conversando com autoridades municipais, assentados e acampados.

Para tanto, participaram os seguintes Deputados representando a CPI: Elio Rusch, José Maria Ferreira, Delegado Bradock, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos e Tadeu Veneri, além do representante do Ministério Público Estadual, Dr. Wanderley Batista da Silva e o representante do INCRA Sr. Ademir Mingore.

A seguir, o relato dos principais pontos observados no trabalho de campo.

22 de novembro de 2004

- **Visita à Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu**, sendo recebidos pelo Secretário Municipal de

Agricultura, engenheiro agrônomo Francisco Sérgio Folda, e pelo secretário Municipal Luiz Aquiles.

- Informaram a estreita participação da Prefeitura Municipal no desenvolvimento dos assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire, desde o início da instalação destes até os dias atuais, em diversos níveis: saúde, educação, assistência técnica, transporte escolar e da população, estradas e até a instalação da rede mestre de energia elétrica em convênio da Prefeitura Municipal e INCRA.

- Ressaltaram o significado positivo do engajamento para o município, porém há um desequilíbrio de participação dos governos do estado e federal, ficando o município com um ônus além das suas reais possibilidades, e de um certo comprometimento com a eficácia da política de desenvolvimento.

- O processo de gerenciamento dos assentamentos é falho, contribuindo com a ocorrência de diversos desvios no pleno atingimento dos objetivos sociais, econômicos e ambientais.

- Fica patente, nas colocações dos representantes da Prefeitura, que é fundamental o seu engajamento, desde a seleção dos beneficiários até o investimento em obras de infra-estrutura básica, o que nem sempre ocorreu.

- Um fato que ilustra bem esta falta de participação do estado e do Governo Federal é a destruição ambiental, particularmente das florestas e da fauna, comprovando-se a denúncia feita pelo representante da FAEP em depoimento de 18/11/04 e estudo da FUPEF/ UFPR;

- No presente momento, o INCRA está concluindo trabalhos e estudos para o repasse de recursos do Programa destinado à consolidação dos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves, se constituindo em apoio que o Governo Federal, em empréstimo junto ao Banco Mundial, está disponibilizando para consolidação de assentamentos no Brasil. O apoio para investimentos, é da ordem de US\$ 5.000,00 por família.

- Visita ao Assentamento Ireno Alves dos Santos

- No assentamento, a comitiva dirigiu-se inicialmente ao Centro Comunitário onde estão funcionando em instalações precárias, o ensino de 1º grau atendido tanto pela Prefeitura Municipal quanto pela rede estadual. O Centro Comunitário está alugado e adaptado para salas de aula, havendo inclusive reclamação da comunidade de que o Governo do Estado não está repassando o aluguel devido.

- O abastecimento de água é carente em quantidade e qualidade, sendo que os poços artesianos projetados não foram instalados, sendo substituídos por captação de água de superfície, o que não tem sido suficiente.

- Contato com alguns representantes dos parceiros presentes, entre eles o Sr. Ivanor Echert que informou que, a seu exemplo, há comércio e arrendamento de lotes de forma paralela ao INCRA, tanto entre assentados como com terceiros. Ele próprio informa que adquiriu

seu lote do parceleiro original, Sr. Carlos Milton Bispo, pela importância de R\$ 35.000,00, há pouco mais de 2 anos, encontrando no lote uma casa em más condições, com cerca de 5 alqueires de área líquida (exceto a reserva legal). Informa ainda que o vendedor, Sr. Carlos Milton Bispo, teria comprado outro lote no Assentamento Marcos Freire.¹

- O Sr. Ivanor Echert informa ainda de problemas com segurança e ocorrência de roubos e brigas.

- Em visita ao lote 453/454, o atual ocupante, Sr. Mauro Nicolau Luft, informa que trocou o lote com o Sr. Golfried (*aposentado por invalidez*) cedendo uma área no município de Planalto, de 4 alqueires. Por sua vez, o Sr. Golfried adquiriu o lote em questão do Sr. Wilson Cento Fante (parceleiro original), que atualmente ocupa o lote 51 no mesmo Assentamento Ireno Alves dos Santos.

- Novamente fica configurada a duplicidade de investimentos e a falta de controle que o INCRA tem sobre os assentamentos.

- Visita ao Acampamento Chico Rita

- Localização: junto a uma área cedida pelos assentados do Assentamento Ireno Alves dos Santos.

- Número de assentados: 128 famílias.

- Origem das famílias: em sua maioria são brasileiros.

- Condições Gerais: as famílias estão vivendo em barracos de lona, sem água, sem saneamento, porém as lideranças afirmam que as crianças estão frequentando escola no Assentamento Ireno Alves. Afirmam estarem recebendo cestas básicas do INCRA para a manutenção dos familiares. Esperam ser assentados junto a uma nova área da Fazenda Araupel, contígua ao Assentamento Ireno Alves dos Santos.

- Visita ao Assentamento Marcos Freire

Neste assentamento os membros da CPI não mantiveram contato com lideranças do assentamento e foram efetuadas visitas diretamente aos lotes, sendo apuradas as seguintes informações;

· Lote Número 182.

- O assentado original era o Sr. Pedro Ferreira de Lima, que recebeu os recursos do PROCERA/ PRONAF-A para implantação, na importância de R\$ 9.500,00. O atual ocupante é o Sr. José Oliveira Valério que reside no lote há cinco anos havendo, segundo sua esposa Ondina Candido Linhares Valério, uma dívida de R\$ 2.500,00 remanescente ao assentado original, ficando a dívida para a ocupante de quem é a responsabilidade da dívida;

1.

Nota do Relator: fica clara a ausência de gerenciamento pelo INCRA dos assentamentos, o que significa desvio e duplicidade de recursos públicos aplicados.

- O lote não está cultivado e aguarda a dessecação para o plantio de milho a ser feito por máquinas alugadas, mostrando a dependência do serviço de terceiros.

. Lote Número 168.

- O primeiro ocupante deste lote foi o Sr. José Alvino que recebeu os recursos para implantação (PRO-CERA/ PRONAF-A) não aplicando no lote. Procedeu a venda da posse do lote para o Sr. Adão Rodrigues que morreu e sua viúva vendeu a posse do lote para o Sr. Pedro Neves, no mês de fevereiro de 2004. O Sr. Pedro Neves informou que pagou a importância de R\$ 30.000,00 pela posse, assumindo também as dívidas remanescentes. Disse que encontrou o lote totalmente abandonado (*o que perdura até o momento*), a casa de moradia é bastante precária, não tem saneamento. Afirma não ter conseguido recursos do Pronaf para o custeio das lavouras implantadas, por falta de avalista aceito pelo Banco do Brasil. Mesmo convivendo com as dificuldades relatadas, diz-se satisfeito por estar no lote, deixou de ser empregado e vislumbra dias melhores para a sua família.

- Visita ao Acampamento do Preto (Líder do MTR)

- Número de famílias acampadas: 104
- Data da Invasão: janeiro de 2002
- Fazenda Invasa: Araupel
- Fatos observados:
- Presença de vigilantes do movimento na entrada da área invadida.
- Ocorrência de crime ambiental: os invasores atearam fogo na área reflorestada e com araucárias em fase de pleno desenvolvimento vegetativo.

• Aspectos gerais observados no Assentamento Marcos Freire

- Destruição da flora e da fauna. Inexistência de matas ciliares.
- Falta de segurança, há ocorrência de furtos e violência à integridade das famílias.
- Disputa de poder entre os movimentos de trabalhadores sem-terra. MST x MTR;
- A demarcação dos lotes ainda não foi concluída pelo INCRA.
- Informações dão conta que há problemas para concluir a exata divisão e demarcação de lotes.
- Falta acompanhamento e assistência técnica aos assentados.
- O INCRA não tem controle e gerência sobre as ocorrências verificadas quanto a venda e arrendamento irregular de lotes entre assentados e ou com terceiros.

- Visita à Prefeitura de Cantagalo.

- A comitiva foi recebida pelo prefeito municipal, Sr. Mateus Paulino da Rocha e pelo secretário da Administração Glaudimir Becker Camargo, que discutiram sobre a situação dos assentamentos no município, sendo

o Juquiá, Cantagalinho, Cavaco I e Cavaco II. Em suas observações, informam que é comum a ocorrência de arrendamentos e vendas de lotes, e que as constantes trocas de parceiros levou à consolidação de alguns lotes enquanto em outros perdura uma situação adversa, em que a pobreza é fato marcante nos assentamentos.

- Sobre a COAGRI, informaram que está desativada e que seus ex-diretores desapareceram da região e com as estruturas da COAGRI em uso por terceiros e pela COPROESTE (*cooperativa de assentados*).

- Não souberam informar a situação de regularidade do uso dos bens patrimoniais da antiga COAGRI, porém o fato é que os bens estão sendo usados por terceiros.

- Bens como tratores e caminhões de patrimônio da COAGRI estariam sendo usados pela Concessionária Rodovia das Cataratas, com tal arrendamento sendo administrado pela COPROESTE, o que exigiria uma averiguação junto ao INCRA, Banco do Brasil e outros órgãos quanto à regularidade de tal procedimento, pois pelo que se sabe, a COAGRI não teve sua liquidação realizada de forma plena.

- O representante do INCRA, Sr. Ademir Mingore, informou que tais irregularidades da COAGRI são objeto de investigação pelo Ministério Público Federal.

23 de novembro de 2004

- Visita à Prefeitura Municipal de Mirador onde houve um contato dos membros da CPI a respeito dos objetivos da visita, seguindo ao assentamento da Fazenda Monte Azul.

• A Comitiva foi recebida por membros da diretoria da Associação do Assentamento da Fazenda Monte Azul, no lote do assentado Florentino Bianchini, sendo atendida pela esposa do assentado, senhora Tereza, ambos aposentados.

• Segundo a senhora Tereza, estão assentados há 6 anos em área de 17 hectares, onde cultivam mandioca e café.

• Questionados de como o casal aposentado conseguia conduzir o lote de 17 hectares, a senhora Tereza informou que eram “ajudados” por Antônio Malaquias (que fazia parte da diretoria da Associação), admitindo que o casal não tinha condições físicas de explorar o imóvel, havendo informações que na verdade ocorre um processo de arrendamento irregular.

• Informações dão conta que existe, de fato, venda irregular de lotes e que os arrendamentos são prática comum, o que exigiria do INCRA uma ação mais efetiva.

• O panorama geral do assentamento é bom, recebendo tanto da prefeitura municipal quando do Governo do Estado, 5 trituradores pelo Programa Paraná 12 Meses.

• Relatam ainda problemas com abastecimento de água, pois foi investido em um poço artesiano, porém

ainda sem ligações para os lotes, além da necessidade de outros poços.

- Relatam que a assistência técnica é carente.

- Em visita ao lote de nº 17, ocupado atualmente pelo Sr. Domingo Libério dos Santos, fomos informados que este lote pertencia originalmente ao Sr. Airton Ferreira, residente em Mirador, custando tal transferência (*irregular*) o valor de R\$ 10.000,00. Os recursos objeto do PROCERA/ PRONAF-A não foram aplicados no lote pelo assentado original, ficando no entanto a dívida por conta do atual ocupante.

- Visita ao acampamento (invasão) da Fazenda Santa Filomena

- A comitiva da CPI foi impedida de adentrar à fazenda pelas pessoas do MST agrupadas à frente da porteira da propriedade. O contato com os acampados foi realizado sob um forte clima de tensão, os invasores brandando “*gritos de guerra*”, falando da morte do Elias e sobre a responsabilidade do latifúndio. Desta forma não foi possível, levantar informações quanto a realidade do imóvel invadido, bem como a situação das famílias acampadas.

- Visita à Fazenda São Francisco (Invasão)

- Visita ao lote ocupado pelo Sr. Nereu dos Santos. O mesmo afirmou que a ocupação do lote ainda não está regularizada pelo INCRA, e que a divisão dos lotes foi realizada pelo MST. Está no lote há quatro anos. Cultiva mandioca. Não está recebendo cestas básicas do INCRA. Mora em barraca de lona, não tendo as mínimas condições de saneamento básico. É brasiguaió, procedente da região de Laranjal.

- Visita ao lote da senhora Odete Rodrigues Moraes, também ocupante de lote acordado pelo MST e não reconhecido pelo INCRA, morando em barraca de lona no próprio lote, cultivando mandioca. Se diz satisfeita e esperançosa de fazer sua vida na terra;

- Visita ao Assentamento Antônio Conselheiro, em Amaporã

- Área do assentamento: 1.110,0 hectares
- Número de famílias do assentamento: 36
- Assentamento com bom aspecto geral, tendo área de reserva definida, tendo na pecuária leiteira e mandioca as principais explorações econômicas, com residências em bom padrão e os assentados manifestam-se satisfeitos com o empreendimento. No entanto, cabe destacar informações de troca de lotes, venda e arrendamento sem acompanhamento do INCRA, passando a impressão que a consistência do assentamento ocorre pelo amadurecimento dos atuais assentados nos lotes.

- **Visita ao lote da senhora Edna Bautin e Ernani Cardoso Pessoa** que assumiram no lugar do assentado original, Sr. Valério Machado, pagando as benfeitorias do lote, assumindo o compromisso de paga-

mento das dívidas contraídas com o Banco do Brasil e INCRA.

- O assentado original, Valério Machado, não explorava o lote, arrendando-o para terceiro.

- A posse no lote pela senhora Edna e Ernani deu-se com a concordância da Associação do Assentamento que registrou ata com tal decisão, apesar do INCRA não ter conhecimento da transação.

- O lote está sendo bem utilizado. Possui exploração leiteira de excelente padrão, com ordenha mecânica, instalações adequadas. No dia da visita, a propriedade estava recebendo mais 8 vacas leiteiras recém-adquiridas.

- Os atuais proprietários residiam e trabalhavam em Campinas (SP).

- A senhora Edna tem atuação ativa junto a Associação do Assentamento.

- Diz-se muito satisfeita por estar morando e trabalhando no assentamento, afirmando que tem obtido renda suficiente para manter a família e efetuar investimentos na propriedade.

- Demonstra boa capacidade administrativa e gerencial.

- Visita ao Assentado Francisco Ribeiro da Silva.

- Área do lote: 9,0 alqueires
- Explorações Agrícolas: leite e mandioca.
- O lote está bem conduzido, sendo o assentado ex-administrador da Fazenda Santa Sílvia.
- O assentado afirmou que está muito satisfeito por estar morando no assentamento.
- Disse que no passado a Fazenda Santa Sílvia possuía apenas três famílias trabalhando na terra, hoje são 36 famílias produzindo para o sustento e dando condições de melhor vida para os filhos.

- Visita ao Assentamento Junqueira (Município de Santa Cruz do Monte Castelo)

- Número de famílias assentadas: 74
- Área de reserva legal implantada é remanescente da fazenda ocupada.
- Assentado: Reinaldo Gomes de Oliveira.
- Área do lote: 9,8 alqueires.
- Culturas exploradas: leite, bicho da seda e mandioca.
- Origem do assentado: acampamento da Fazenda Junqueira.

- O lote está sendo muito bem conduzido, o proprietário está satisfeito, diz que está pagando os financiamentos do Banco do Brasil em dia, possui boa residência.

Dia 24 de novembro de 2004

- Visita ao Assentamento 17 de abril (Município de Santa Cruz do Monte Castelo)

- Número de famílias: 74
- Assentado: José Carlos Pereira

- Área do lote: 8,6 alqueires.
- Explorações: bicho da seda, leite, mandioca e café.
- Origem: a esposa ficou acampada na Fazenda Junqueira por três anos. Enquanto isto o Sr. José Carlos Pereira continuou trabalhando como retireiro de uma fazenda.
- Quando o INCRA procedeu ao assentamento das famílias, o mesmo desligou-se do emprego, recebendo as indenizações legais e apoio do ex-patrão, que foram aplicadas no lote permitindo melhores condições de exploração do imóvel.
- Disse que tem uma renda por criada do bicho da seda, na ordem R\$ 800,00.
- Como problemas e necessidades do assentamento, citou abastecimento de água, assistência técnica, controle e acompanhamento pelo INCRA e recursos para investimentos iniciais.
- Informou que há arrendamento de lotes.

- Visita ao Centro de Treinamento Ernesto Guevara – CEPAG

- Localizado no Assentamento Alves de Almeida.
- Área: 40 alqueires.
- Explorações: leite orgânico, ervas medicinais, peixe e café, com a finalidade de pesquisa e geração de renda.
- Pesquisa conduzida pela engenheira agrônoma Dominique que se mantém com bolsa do CNPQ e doações da COANA e de assentados entre outras.
- Quem recepcionou a CPI foi o Sr. Antônio Ereci da Silva, que de forma pouco amistosa, demonstrando desconfiança e até irritação, procedendo agressões verbais aos parlamentares; não contribuiu com informações que demonstrassem o CEPAG.
- Somente foram visitadas partes das instalações tais como pavilhão de treinamento e laboratório de ervas medicinais, sendo que os projetos de leite, peixe e demais não foram visitados, até pela pouca disposição do anfitrião.

- Visita à Prefeitura de Querência do Norte

Fomos recebidos pelo prefeito municipal, vereadores e prefeita eleita que se mostraram satisfeitos com os assentamentos existentes no município. Na oportunidade foi designado o vereador Carlão para acompanhar as visitas aos assentamentos, à COANA e acampamentos da Fazenda Água da Prata e Porangaba II.

- Visita à COANA

Fomos recebidos pelo Senhores Giovani Braun, Valdir Braun e Alexandre que, como representantes da COANA, responderam a questionamentos dos parlamentares. A diretora da COANA, senhora Marli Brambilla não estava presente e muitas das perguntas quanto ao funcionamento da cooperativa ficaram com respostas imprecisas, tais como organização da cooperativa, sistemas de

gerenciamento, controle de contas a receber e a pagar, volume de recursos oficiais recebidos e aplicados na implantação de projetos de desenvolvimento dos assentamentos (peixe, bacia leiteira, arroz), quadro de funcionários, entre outros.

· Foi informado pelo Sr. Valdir Braun que a Cooperativa não tem quadro formal e registro de funcionários, sendo que a força de trabalho atua com “*voluntários*”, e que os ganhos destes “*voluntários*” se dão à medida das possibilidades, ficando bastante confuso o entendimento de tal sistema.

· Existe uma estrutura de dois técnicos agrícolas, um zootecnista e três engenheiros agrônomos, cuja relação trabalhista é a de “*colaboradores*”.

· Destaque-se aqui o descontrole e divergência de informações dos coordenadores da COANA e do INCRA onde projetos, a exemplo do contratado junto ao Banco do Brasil, em 25/05/1998, no valor de R\$ 304.585,00 para “*Implantação de Piscicultura com a construção de 40 tanques de peixe*”, é relatado pelo representante do INCRA, Sr. Ademir Mingore como em execução e pelo Sr. Valdir Braun (Coordenador da COANA) como ainda sem produção. Fica claro que um projeto contratado em 1998 passa por sérias dificuldades de atingimento das metas e dos objetivos finais.

· A máquina de benefício de arroz instalada para agregar valor ao produto está sub-utilizada, sendo a comercialização do arroz feita diretamente pelos assentados com terceiros.

· Constatamos a existência de um posto de vendas de insumos veterinários e agrícolas.

· Os controles da movimentação dos associados não foram apresentados aos membros da CPI, ficando prejudicado um melhor juízo da eficácia das operações.

· O apoio operacional da COANA aos associados está restrito à área de leite, tão-somente recebendo e resfriando um volume de 10.000 litros/dia, apesar da capacidade instalada ser de 20.000 litros/dia, sendo a comercialização realizada com terceiros.

· A COANA, por depoimentos do Sr. Valdir Braun, recebe produção de associados e não associados, inclusive das áreas invadidas. Questionado sobre a legalidade da recepção de produção de áreas invadidas, declarou não ver anormalidade pois os produtos dão entrada com “*Nota de Produtor Rural*”, sendo que a responsabilidade da cessão dos blocos de Nota do Produtor é da Prefeitura Municipal. Tal fato gerou estranheza aos membros da CPI, por haver possível irregularidade fiscal na operação.

- Visita ao Laticínio da COANA

- Capacidade instalada: 20 mil litros por dia
- Recepção diária: 10 mil litros dias
- Preço pago aos associados: R\$ 0,40 / litro
- A produção de leite recebida pela cooperativa é resfriada e comercializada com terceiros: não possuem um processo de industrialização.

- Visita ao Acampamento da Fazenda Água da Prata

· Os membros da CPI não tiveram o acesso permitido ao acampamento, pelas lideranças do MST presentes no portão de entrada da fazenda. Havia um clima de revolta entre os acampados, com as notícias veiculadas pela imprensa, no dia anterior, determinando uma recepção agressiva com a CPI, não permitindo a tomada de imagens pela equipe da CPI e até uma ameaça de agressão a equipe da Rede Globo, que paralelamente à comitiva, acompanhava a visita.

· Segundo informações, neste acampamento estão presentes mais de 700 famílias de trabalhadores sem-terra.

· No momento a propriedade invadida está sendo utilizada no cultivo de mandioca, entre outras culturas.

- Visita ao Assentamento do Pontal do Tigre

· Data de instalação: 1995

· Número de famílias: 336

· Explorações principais: arroz, leite e mandioca.

· Esse assentamento é um dos mais antigos no estado do Paraná. Dado as condições de solo e apoio financeiro recebido, apresenta um bom grau de desenvolvimento. Foi possível comprovar, pelos depoimentos obtidos, que ocorrem casos de venda e arrendamento de lotes, sem o devido consentimento e conhecimento do INCRA.

· **Visita ao Sr. Hélio da Silva Pinto**, assentado em uma área de 10,0 alqueires, explorando comercialmente arroz de várzea, atividade leiteira e mandioca.

· Diz que está satisfeito com os resultados obtidos, tendo permanecido 11 anos em acampamento.

· **Visita ao assentado Osmarino Gomes de Amorim**, com lote explorado e bem conduzido, possuindo uma residência muito boa, maquinários para trabalhar a terra e demonstrando boa capacidade gerencial e administrativa.

· Em conversa mantida com os parlamentares, a esposa do assentado, senhora Olívia, manifestou insatisfação em relação à liderança do MST, tendo expulso seu filho de um acampamento por desavenças em relação à constante cobrança de valores pelo MST e, por outro lado, dando preferência para assentamento a pessoas de maiores ligações com as lideranças do movimento;

· **Cabe aqui observar a ausência de autoridade da instituição Estado, sendo substituído pelo movimento em “governo paralelo”;**

Editorial do Jornal O Estado do Paraná, de 25/11/04, com o título Falência da Autoridade, comenta em parte de seu texto... “nenhuma reforma agrária será feita; nenhum desenvolvimento econômico será obtido; empregos não serão garantidos e a justiça social não será implantada, mesmo que se esforcem

para isso a sociedade e o governo, nos seus diversos níveis, se falir a autoridade. É o que está acontecendo.”

- Visita à Fazenda Porangaba II

· Na chegada à fazenda um grupo de acampados impedia a entrada dos membros da CPI, sendo que, após negociações, o acesso dos parlamentares foi permitido mediante o acompanhamento da comitiva por lideranças escolhidas pelos acampados.

· Constatamos, numa visão geral da propriedade, seu uso racional por parte dos invasores, sendo implantado sistema de terraceamento das áreas cultivadas.

· As culturas de mandioca apresentam excelente estado vegetativo, e um bom manejo de invasoras, com boas perspectivas de produção e produtividade.

· Constatamos a existência de residências recém-construídas e em construção na maioria dos lotes ocupados, muitas das quais de bom padrão de construção e conservação.

· As pessoas (invasores) visitadas apresentam um bom perfil de interesse no uso do lote, bom nível gerencial e administrativo e aparentemente bem capitalizados, dado o nível dos investimentos já realizados sem o apoio de recursos oficiais.

· Este perfil dos ocupantes da Fazenda Porangaba II contraria o perfil convencional do público sem-terra, em termos de capital e patrimônio.

· Informações dão conta de que alguns ocupantes residem ou também tem residência na sede do município de Querência do Norte.

· Embora negado pelas lideranças, existem informações quanto ao arrendamento de áreas da fazenda invadida para terceiros.

· A senhora Maria Marques Ferreira e seu sogro, Sr. José Francisco de Almeida, em depoimento aos Deputados, denunciaram a expulsão de sua família do lote que ocupa na Fazenda Porangaba II. Tal família inclusive tem contas a pagar, de operações de preparo de solo, aquisição de rama de mandioca, plantio, óleo diesel e agrotóxicos para lavoura de mandioca que estavam implantando no lote. Tal expulsão teria sido comandada por lideranças do acampamento, que seriam do MST, e o novo beneficiário com o lote que foi desocupado é um dos líderes do acampamento, Sr. Fernando, oriundo do acampamento da Fazenda Água da Prata.

· **Aqui fica mais uma vez caracterizado um processo de “julgamento” à revelia do Sistema Oficial, em que as razões e atitudes de um e de outro, são produto da ausência da autoridade do Estado – é a JUSTIÇA PRIVADA pelo exercício das próprias razões.**

IV. COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

Nos limites em que esta CPI trabalhou, o quadro da reforma agrária está delineado pela caracterização de seu contexto atual, pelos fatos que determinam sua dinâmica, representados pelos depoimentos e confirmados

por estudos e documentos recebidos, e, também, pela constatação prática, se bem que por amostragem, das visitas a diversos assentamentos e áreas hoje invadidas.

A fim de ordenar e melhor interpretar as diversas manifestações sobre a reforma agrária, este Relator adota como método fazer uma análise dos diversos posicionamentos que se revelaram na CPI, agrupando tais posicionamentos segundo os “*objetivos e verdades*” que cada categoria defendeu.

A composição de cada “*categoria*” tem como **modelo** a constatação de que de um lado estão aqueles que buscam o **direito à propriedade**, são os trabalhadores rurais denominados sem-terras e suas lideranças e de outro lado estão os que defendem o **direito de propriedade**, são os proprietários rurais e suas instituições representativas.

São posições e expectativas fundamentadas na Constituição Federal, mas diametralmente opostas em seus objetivos, e que caracterizam um embate de natureza ideológica que, no Paraná, vem tomando a configuração de conflitos sociais.

Neste modelo, o terceiro componente é o Poder Público, ao qual é assegurada a legitimidade de exercer o papel de mediador dos interesses e dos conflitos gerados pela reforma agrária, assegurando a ambas as partes o direito constitucional, de um lado que **ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal, de outro sob a égide da lei a justiça social**.

Com tal configuração da questão agrária, nos é possível, então, formular os principais conceitos que os fatos e os documentos aqui apresentados nos permitem avançar.

1. Sobre os Trabalhadores Rurais Sem Terras

Os diversos depoentes apresentaram uma harmonia de idéias entre eles, demonstrando coerência quanto aos objetivos que perseguem e nos resultados que já alcançaram.

São argumentos bem estruturados, que confirmam ser a reforma agrária o instrumento de inserção social de uma classe vítima da modernização desenfreada da agricultura brasileira, e da perversa distribuição de renda que o modelo de política econômica perpetuou no país.

Os resultados que apresentam, se bem que pontuais, lhes garantem estar no caminho certo de que distribuir renda e trazer dignidade, pelo resgate da cidadania, passa, necessariamente, pela efetivação da reforma agrária.

Apresentam o universo dos envolvidos, assentados e acampados, como compondo uma sociedade que progride sócio-economicamente e que, graças à sua coesão, tem acesso ao fator fundamental que é a educação.

Ao mesmo tempo em que apresentam resultados, formatos e expectativas de metas, os líderes do MST deixam antever que consideram os que estão engajados com o movimento como componentes de uma sociedade específica. Uma sociedade dentro da sociedade brasileira, a

qual deve ter suas regras ditadas por ela própria e ser merecedora das benesses do povo brasileiro, como forma de pagamento de uma dívida social acumulada ao longo dos séculos.

Enfim, este me parece o objetivo final buscado por aqueles que demandam por reforma agrária:

fazer uma revolução (no sentido de mudanças), a qual trabalhando a cabeça das pessoas, e apresentando resultados concretos de conquista da terra, possibilite a existência de uma sociedade de classe pautada pelos princípios da solidariedade e da justiça social.

Nenhuma restrição ou censura.

As utopias têm que ser respeitadas.

Em uma sociedade democrática, os grupos de interesses têm o direito assegurado de se formar e de buscar os resultados que lhes garanta espaços na sociedade, usufruindo de tudo aquilo que ela tem a oferecer.

Porém, é aí que a contradição se instala junto às lideranças do MST.

Invocam seus direitos democráticos de se consolidarem em um movimento sem formato institucional e de buscarem, via pressões reivindicatórias, a atenção do governo no atendimento de suas demandas.

Após, como método de ação desrespeitam a democracia da qual fazem uso e defendem, para buscar o atendimento de suas expectativas passando da pressão legítima para a pressão mediante o desrespeito à lei.

Usam e abusam do método de invasão, argumentando ser a forma de pressionar o governo a acelerar a reforma agrária.

Inequivocamente, invadir o bem alheio é um esbulho, não cabendo outra definição.

Resistir às determinações judiciais é uma afronta ao estado de direito; portanto, tal método é o desrespeito explícito à lei.

É, em conclusão, um ato anti-democrático.

Aí, retorna a retórica democrática, afirmando que os movimentos sociais estão sendo criminalizados e que a reforma agrária é tratada, pelo Poder Público, como caso de polícia.

Em realidade, e os depoimentos assim o demonstram, os líderes do MST desenvolvem o método de não reconhecer a responsabilidade de seus próprios atos, quando estimulam o desrespeito à lei.

De forma harmônica, defendem que aos assentados não sejam outorgados os títulos definitivos, justificando que tal providência, manter as terras no domínio da União, evita a comercialização das parcelas.

Defendem a concessão, pelo INCRA, de licenças de ocupação e que o trabalho agrícola se faça de forma coletiva.

Neste ponto, alguns comentários se fazem necessários:

- não será a não outorga de títulos de domínio dos assentados o que coibirá a venda de lotes nos assentamentos. Tal ocorrência já vem se verifi-

cando em larga escala, pela venda de direitos possessoriais, fato admitido pelo Superintendente do INCRA em seu depoimento e observado pelos membros da CPI quando de visita aos assentamentos;

- o sistema capitalista pressupõe a propriedade privada e, sob tal, se as pessoas assentadas assim o desejarem, podem trabalhar a produção agropecuária sob o regime condominial ou cooperativo;
- os líderes do MST, tão ciosos em invocar a história, esquecem o fato histórico de que a propriedade coletiva não deu certo em nenhum regime político que a implantou.

Na realidade, o que os líderes do MST não querem é que os assentamentos venham a ser emancipados (e isto é admitido pelo seu Coordenador Estadual Roberto Baggio em seu depoimento), pois sob o regime precário da posse da terra os parceiros se mantêm dependentes dessas lideranças.

Por último, há uma linha padrão nos depoimentos: convictos de seus métodos de ação e de suas concepções de que a agricultura deve ser, predominantemente, formada pela pequena propriedade rural, entendem que tudo o que não dá certo, em relação a este modelo, é culpa de terceiros.

2. Sobre os Produtores Rurais

Os produtores rurais, e suas representações, também mantêm depoimentos coerentes entre si.

São unânimes em nada abordar sobre os aspectos sociais da produção agrícola, mantendo, para a questão fundiária, um padrão de análise calcado nas invasões de propriedades.

Em detalhes, demonstram que o que os preocupa não é a reforma agrária regulada pela lei, mas, isto sim, sua forma violenta de execução.

Acusam o INCRA de parcialidade e má fé, o Governo do Estado de omissão e, em determinados momentos, de conivência com os invasores, e o MST por promover as invasões e estimular a intimidação, a depredação das propriedades e o apossamento de bens.

Nesse quadro, a UDR se apresenta como a antítese do MST e a mesma reconhece que só existe organizada em algumas regiões do estado porque existe o movimento sem terra.

Seu princípio é o de ser, liminarmente, contra a reforma agrária e tudo o que ela representa, seja na veracidade de suas expectativas, seja em seus aspectos legais.

Defende, de forma um tanto simplista, que o destino dos sem-terras deve ser o de colonização da fronteira agrícola, na região do cerrado brasileiro, não levando em conta, minimamente, que os sem-terras são, antes de tudo, pessoas descapitalizadas de bens e de tecnologia.

Enfim, entende-se que a UDR é a reação à reforma agrária, em força igual e contrária à do MST em sua ação reformista.

A FAEP, por ser legalmente a representante política e econômica da categoria dos produtores rurais, procura apresentar um posicionamento mais moderado com relação à reforma agrária, não sendo no entanto participativa no tocante aos problemas de desenvolvimento rural desta parcela de produtores que são os assentados.

Tem seu grande princípio de ação em relação à reforma agrária calcado somente no “cumprimento da lei”.

Entende que se a lei determina e estabelece condições para a execução da reforma agrária, nos termos e para o cumprimento da lei que se faça a reforma agrária.

Porém, mais uma vez invocando a lei, se reserva o direito de estabelecer uma reação ao processo reformista, promovendo, sistemática e programadamente, orientação aos produtores rurais para a manutenção de suas propriedades nos parâmetros das legislações que sobre elas incidem.

Ainda mais, treina profissionais liberais, advogados e engenheiros agrônomos, com o objetivo de formar um amplo corpo técnico, disponível aos produtores que os desejarem contratar.

Ao MST, o qual não contesta como movimento social e em seus objetivos, reserva o papel de movimento que insere-se na ilegalidade quanto desvirtua a lei e parte, como se impune fosse, para os ilícitos civil e criminal.

Ao Governo do Estado atribui a responsabilidade final de quase todas as ações que os invasores promovem contra os produtores rurais.

Entende que o Governo Estadual participa do processo com atitudes em que escasseia a autoridade, vence a contradição e gera a impunidade, o que torna o MST cada vez mais confiante de que a lei e a ordem não são imperativos para seu líderes e liderados.

Entende ainda que o Governo Estadual se omite no processo de desenvolvimento dos assentamentos já implantados, deixando de cumprir até mesmo seu papel constitucional no tocante ao desenvolvimento sócio-econômico destas comunidades.

3. Sobre os Poderes Públicos

Representados pelos Poderes Executivos Federal e Estadual e pelo Poder Legislativo estadual.

Sobre este, pouco há o que falar.

Isto porque, ao longo de todo o desenrolar da reforma agrária a Assembleia Legislativa quase nada procurou entender ou interferir, enquanto órgão representativo da sociedade paranaense e corporativo da classe política. Se algo ocorreu, em algum momento, foi de forma pontual e, sempre, por iniciativa isolada de alguns Deputados.

Portanto, nada há a comentar.

Ao Governo Federal cabe a responsabilidade constitucional de executar a reforma agrária.

Igualmente a ele cabe, quando dessa execução, o papel de mediador dos conflitos que o processo desencadeia.

Tal mediação tem-se revelada quase inexistente e, quando posta em prática, se faz de maneira equivocada e parcial, conforme pode ser deduzido de alguns trechos da correspondência enviada o MM. Juiz de Direito de Quedas do Iguaçu, pelo desembargador Gercino José da Silva Filho, ouvidor agrário nacional.

“(...) tenho a elevada honra em dirigir-me a Vossa Excelência visando solicitar, respeitosamente, preferência na apreciação do pedido de soltura do trabalhador rural Elemar do Nascimento Cezimbra.

(...).

Saliento, por derradeiro, que a soltura do agricultor Elemar do Nascimento Cezimbra, independentemente do prosseguimento da ação penal instaurada contra o referido trabalhador rural, facilitará a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal no Estado do Paraná.”

Ora, exageros também têm limites! Não bastasse pedir preferências no andamento da justiça, vincular a soltura de um trabalhador rural preso ao sucesso da reforma agrária é ser, para dizer o mínimo, parcial ao extremo.

No seu papel de mediador, o Governo Federal deveria expor de maneira clara e objetiva, à sociedade brasileira, o que pretende com a reforma agrária.

Porém, o que se constatou nos oito anos do governo FHC, além da inexistência de qualquer plano, foi uma corrida para promover o maior número possível de famílias assentadas, sendo que nada, ou quase nada, foi feito para dar qualidade a esses assentamentos.

No atual governo Lula foi editado o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, prometendo assentar 115 mil famílias por ano, em 2004 e 2005, estando assegurados recursos de 1,5 bilhões de reais, em cada ano, para a obtenção de terras.

Apenas como exercício numérico, se for considerado que na média nacional as terras necessárias para a reforma agrária são de 25 hectares por família, no modesto custo de 2 mil reais por hectare conclue-se que:

- se os recursos anuais disponíveis são de 1,5 bilhões de reais, então somente será possível adquirir 750 mil hectares;
- é terra suficiente para assentar apenas cerca de 30 mil famílias em cada ano de 2004 e 2005.

A realidade dos números alcançados pelo governo neste ano de 2004 confirma os cálculos.

Outro fato: tão logo se iniciou o governo do presidente Lula, os recém-empossados ministro do Desenvolvimento Agrário e presidente do INCRA divulgaram as intenções governamentais para a reforma agrária em 2003: assentar 60 mil famílias, **dando prioridade àque-las que estivessem em acampamentos**, independentemente de suas origens.

Imediatamente os acampamentos na beira das estradas proliferaram.

Portanto, a mediação do Governo Federal tem se dado mais pelos compromissos irreais assumidos e divul-

gados, e menos pelo equilibrado ajuste de suas intenções à capacidade de execução.

Para o Estado do Paraná, o superintendente regional do INCRA deixa claras três situações:

- está esgotada a obtenção planejada de terras pela via da desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. O principal fator de obtenção de áreas para eventuais assentamentos será a compra de terras;
- das 15,3 mil famílias acampadas e em áreas de invasão, cerca de 5 a 6 mil famílias têm perfil para serem assentadas;
- o INCRA não conhece efetivamente a situação dos 256 assentamentos sob sua administração; não possui informações organizadas sobre seus históricos, recursos aplicados e resultados obtidos. É flagrante a falta de gerência e acompanhamento dos assentamentos.

Quanto ao Governo do Estado, sua atuação no processo de reforma agrária está com uma definição política confusa e parcial, tratando exclusivamente dos conflitos, de forma caudatária, desfocado de um processo de desenvolvimento e por conta disso, não contribuindo para a concretização dos anseios dos assentados.

Enquanto a questão fundiária, e nela a reforma agrária, ganhava dimensão, em 1992, sem qualquer argumento explicitado, o governador extinguiu o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – ITCF e, com ele, extinguiu a experiência acumulada e todo o trabalho até então desenvolvido de regularização das terras sob o regime de posse.

A partir de 1986, quando ocorrem as primeiras invasões sob a forma de ação prática na reforma agrária, todas as gestões do Governo Estadual se mostram omis-sas e passivas, trazendo, conseqüentemente, a intranqüilidade ao meio rural paranaense; não só pela invasão em si, mas também pela inércia do executivo estadual, uma vez que o Poder Judiciário se fez presente no momento em que foi solicitado.

A realidade é que os governos que se sucederam, sabe-se lá por que razão consistente, abdicaram de fazer uso consciente da força a eles delegadas pela sociedade.

A observação dos fatos demonstra que nos diversos momentos em que o governo fez valer a lei, cumprindo rapidamente as liminares de reintegração de posse, o número de invasões recuou sensivelmente:

- em 1993, quando um grupo de sem-terras matou três policiais e o governador deixou de lado a tolerância; no ano registraram-se cinco invasões;
- em 1994, quando o novo governador, complementando o mandato, adotou como diretriz não permitir as invasões de propriedades; no ano foram registrados oito invasões;
- em 2001 e 2002, quando o secretário da Segurança Pública, demonstrando um estilo próprio, promoveu a desocupação de áreas já invadidas e

aquelas de invasão recente, foram registradas uma invasão em 2001 e duas em 2002.

Indistintamente do estilo governamental exercido pelos sucessivos chefes do Executivo, a realidade dos fatos mostra que o Governo do Estado resolveu entender que a reforma agrária é um problema federal, como se existissem paranaenses, em solo paranaense, que fossem problemas federais e que, portanto, a esses paranaenses não se faz necessária a preocupação governamental em buscar soluções de alcance econômico e social.

O Governo do Estado, ao se omitir e não fazer valer sua força política, deixou de impor os rumos da reforma agrária, os quais melhor representassem a expectativa dos paranaenses, de tal forma que os assentamentos constituíssem pólos de desenvolvimento da pequena propriedade rural e não um mero depósito de sem-terras.

Optou, na mediação dos conflitos, pelo emprego da polícia.

Tal afirmativa é verdadeira quando se lê o ofício enviado pelo secretário da Segurança Pública, em resposta à solicitação do presidente desta CPI à Casa Civil, informando quem, no Governo do Estado, **coordena ou responde pela reforma agrária**.

Informa pelo Governo o Secretário de Segurança.

“(…). Na esfera estadual, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Roberto Requião criou a Comissão de Mediação dos Conflitos Agrários (Decreto Estadual nº 494/2003 – anexo) objetivando o estudo e o levantamento de situações que envolvam requisições judiciais de força policial para cumprimento de mandados de reintegração de posse de áreas que foram ocupadas com características de movimentos sociais de reivindicação pela propriedade, promovendo esforços para encontrar soluções pacíficas destinadas e afastar a possibilidade de distúrbios sociais. Destaque-se o êxito obtido no diálogo com todos os interessados pela redução da violência no campo e, principalmente, a solução pacífica para os litígios.”

Repito: *“destaque-se o êxito obtido no diálogo com todos os interessados pela redução da violência no campo e, principalmente, a solução pacífica para os litígios”*.

Aqui, tenho que aceitar o argumento da FAEP, confirmado pelos depoimentos dos proprietários rurais, que diz:

“A constatação dos fatos demonstram que as reintegrações de posse se fazem sem violência para a Polícia Militar e para os invasores, pois a maioria das propriedades desocupadas é objeto de roubo e depredação, matança de gado e destruição do patrimônio (…).”

Por fim, para completar o entendimento deste Relator sobre o papel que o Governo do Estado cumpre, na definição de linhas de ação para a reforma agrária em seu território e na mediação dos conflitos agrários, vale destacar o que disse o Sr. Governador, no jornal Gazeta do Povo, edição de 03/08/04:

“Falando sobre as ações promovidas pelo MST, no fim de semana, disse que nada de excepcional ocorreu. ‘Isso acontece no Brasil, todo o dia, não há nenhuma novidade’”.

Sem querer ironizar, porquanto tal declaração beira ao trágico, pode-se dizer *“que nada de excepcional ocorre no tráfico de drogas, isso acontece no Brasil todo dia”*.

Sob a forma de comentários, apresentou-se os pontos mais visíveis que caracterizaram a reforma agrária no Paraná, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tais comentários conduzem a um elenco de conclusões as quais orientam o conjunto de Recomendações fruto da CPI.

A seguir, as **Conclusões deste Relatório**

1. Pelos debates, questionamentos e manifestações dos Srs. Deputados, é unânime o apoio destes para a execução da reforma agrária no Paraná, como instrumento de justiça e desenvolvimento social, e para a necessidade de que a mesma se faça no estrito limite do respeito à lei.
2. Pela forma como o MST conduziu, e conduz as suas demandas, a reforma agrária tem sido uma busca de resultados estatísticos; as metas perseguidas sempre foram o número crescente de famílias assentadas, sem apresentar nenhuma perspectiva a partir daí.
3. Foi afirmação unânime de todos aqueles que prestaram depoimento à CPI, inclusive do próprio superintendente regional do INCRA, que o INCRA vem sofrendo, progressivamente, um desmonte no quadro de pessoal, o que o torna incompetente, quantitativa e qualitativamente, para conduzir a reforma agrária no Paraná, desconhecendo de fato os assentamentos e perdendo paulatinamente a necessária liderança sobre o processo.
4. Os assentamentos formam um *“mundo” à parte, e são verdadeiras “caixas pretas”* sendo desconhecidas e confusas as relações, formais e informais, de assentados, líderes, INCRA e a sociedade.
5. Nos assentamentos, principalmente em regiões de alta concentração deles, como é o caso da região noroeste, os líderes mantêm um poder para o bem e para o mal; decidem quem pode ser parceleiro, quando e onde; influenciam a formação de acampamentos e comandam invasões de terras.
6. Nos assentamentos, por conta da ausência do INCRA, são constantes os desmandos na compra, venda e arrendamento de parcelas.
7. O montante dos recursos estimados, já empregados na reforma agrária, exige que se redimensione e se redirecione o que já existe; a premissa é a de que é hora dos assentamentos terem por objetivo dar **um retorno à sociedade**, mediante a concessão de suas sucessivas emancipações.

8. O Governo do Estado, em suas diversas gestões, com relação às invasões oscilou seu comportamento entre a **passividade contemplativa**, passando pela **conivência**, e o rigor no cumprimento das reintegrações de posse.

9. A partir de determinado momento, o Governo do Estado reservou para si somente o papel de polícia na reforma agrária. Seu papel de co-executor de ações desenvolvidas no estado foi nulo, o seu papel político de mediador de conflitos foi parcial.

10. Fechou os olhos para uma série de desmandos e ilegalidades.

O desrespeito à lei, e a conseqüente impunidade dos infratores, está presente de forma pronunciada na reforma agrária no estado, tais como: o desmatamento de mais de 10 mil hectares de matas de araucária na Araupel; o caso dos sucessivos roubos e intimidações, e a inoperância proposital da polícia, em Antonina; os inquéritos policiais que não progridem ou são sumariamente arquivados; a timidez policial em fazer cumprir mandados judiciais de busca e apreensão.

Enfim, é como houvesse no âmbito do Executivo estadual um entendimento tácito de que *“quem tem carteira de sem terra é inimputável”*.

11. É entendimento comum, também, que os índices de produtividade das explorações agrícolas estão defasados e constituem óbice para a execução da reforma agrária.

É também obstáculo não ser exigido, da propriedade rural, o integral cumprimento de sua função social, sob pena de estar sujeita ao processo desapropriatório.

12. Os produtores rurais demonstram insegurança em ter qualquer participação de apoio à reforma agrária.

Eles poderiam ser mais ativos ofertando terras, para venda, ao INCRA ou participando de um amplo programa de arrendamento rural.

13. O que eles demonstram é que tal participação seria possível, desde que o Governo Federal, mediante instrumentos legais, lhes assegurassem garantias de domínio e posse de suas propriedades.

A preocupação deriva do passado recente, quando certos proprietários, ao iniciar a negociação com o INCRA, e por conta disto, tiveram suas fazendas invadidas.

Ou no caso em que sofreram invasões porque parte das terras estavam arrendadas.

14. As organizações dos produtores rurais desconhecem como seu “representado” o assentado, que fica à margem desta representação política aumentando sua dificuldade de inserção no segmento produtivo;

15. O Governo do Estado desmontou seu órgão de terras e deixou de integrar contingentes de posseiros ao processo de benefícios governamentais,

como o crédito rural, por conta de não conferirem o domínio da terra em que trabalham.

No Estado ainda há, segundo seus próprios representantes, terras a regularizar a posse, grilos a serem arrecadados e documentos de origem duvidosa a serem anulados.

16. Conforme depoimento do Superintendente do INCRA mediante vistorias realizadas, esgotou-se o estoque de terras disponíveis para desapropriação, e a compra, pelo mercado de terras aquecido, tem sido dificultada, limitando enormemente a implantação de novos assentamentos, devendo o poderes políticos de trabalhar com cautela o estímulo a novas demandas.

17. Vinte anos se passaram de execução da reforma agrária. Uma nova geração, filhos de assentados começa a se intitular sem-terra e passa a demandar áreas.

Vamos começar a viver, ou estamos vivendo, um processo de pressão que, se não bem administrado, nos levará ao loteamento rural, por conta de um método semelhante ao da *“rosca sem fim”*.

V. RECOMENDAÇÕES

A Lei nº 4.504/64 – Estatuto da Terra – assim define a reforma agrária, em seu artigo 1º, §1º:

“Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”.

Ainda nos termos da reforma agrária, o Estatuto da Terra estabeleceu que **propriedade familiar** é aquela que, como único imóvel do proprietário, permite o desenvolvimento sócio-econômico por meio do seu trabalho e o de sua família, contando com a ajuda eventual de terceiros.

Ao ir avançando, pelos depoimentos e debates, nas questões da reforma agrária, esta Comissão Parlamentar foi entendendo a complexidade que envolve o tema.

Não só a complexidade dada pelas ideologias em confronto, pelas utopias reveladas ou pelas atitudes reacionárias que a ela, aberta ou veladamente, se contrapõem.

A CPI passou a entender que o quê está em discussão, realmente, é se a pequena produção agropecuária pode ser conduzida, de forma sustentável, pela propriedade familiar no longo prazo.

Foi esta questão, colocada pela apresentação de alguns exemplos por parte dos sem-terras e sequer considerada pelos produtores rurais, que ficou sem o aprofundamento necessário.

Tal se deu, pela absoluta falta de informações e de apresentação de dados por parte do INCRA, a quem cabe, ou caberia, ter o acompanhamento do sucesso ou não dos assentamentos.

Assim, o que está consignado neste Relatório é, sem dúvidas, o limite de até onde os fatos produzidos permitiram à CPI chegar.

Portanto, as sugestões que esta Comissão passa a apresentar, sob a forma de **Recomendações**, está no limite das informações processadas e, nestes termos, **procura ser um instrumento que discipline e reordene a reforma agrária no Paraná, tendo como expectativas o sucesso do parceleiro assentado, sua transformação em pequeno produtor e a tranquilidade para os proprietários já estabelecidos prosseguirem gerando renda agrícola para o estado.**

A seguir, as Recomendações desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

1. Recomendações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

1.1. Redefinir o objetivo prioritário da reforma agrária como o de promover a emancipação dos projetos de assentamento já instalados.

Explicitar tal prioridade de forma clara, levando todas as partes envolvidas na reforma agrária a entendê-la como **as novas regras do jogo.**

1.2 A atuação junto aos assentamentos tem que se dar de forma planejada, consignando assentamentos prioritários, metas, tempo e ações, valorizando as que promovam e se utilizem do associativismo em seus formatos mais adequados às peculiaridades de cada assentamento, em especial do cooperativismo e em particular das cooperativas já existentes no Paraná, buscando a integração ao agronegócio.

1.3 Estabelecer ação organizada de um censo junto ao universo dos assentamentos no Paraná, buscando conhecer de forma plena sua realidade .

1.4 A fim de dar maior celeridade ao processo de emancipação dos assentamentos, cobrar dos parceleiros na outorga do título definitivo de domínio, um preço simbólico fixado pelo Conselho Diretor do INCRA, nos termos do artigo 4º, da Medida Provisória nº 2.183/56, de 24 de agosto de 2001, que altera o artigo 18, da Lei nº 8.629/93.

1.5 Em termos institucionais, promover o reaparelhamento do INCRA, notadamente nos aspectos qualitativos de sua estrutura de pessoal, treinando técnicos e habilitando-os para gerenciar e promover as ações de emancipação dos assentamentos.

1.6 Realização de um levantamento das terras não tituladas e ocupadas irregularmente para fins de desapropriação.

2. Recomendações ao Executivo Federal

2.1 Em convênio com a EMBRAPA, promover estudos e encaminhar, ao Conselho Nacional de Política Agrícola, proposta de atualização dos índices de rendimento dos produtos agrícolas, índices de lotação da pecuária, redefinição dos critérios de cálculo da unidade animal e redistribuição das zonas de pecuária.

2.2 Criar mecanismos legais e salva-guardas que permitam ao produtor rural o engajamento no programa de reforma agrária, pela fixação, em conjunto com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, de plano de arrendamento de terras rurais a pequenos arrendatários.

2.3 Definir a participação do município como responsável pelo processo de identificação e seleção de beneficiários para a reforma agrária, bem como pelo processo de acompanhamento dos assentamentos, cabendo à União suprir as necessidades físico-financeiras que tais atividades importem.

2.4 Que o Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA gestionem junto ao Conselho Nacional de Política Agrícola a revisão e atualização dos índices de produtividade da terra para efeitos de desapropriação de áreas improdutivas.

3. Recomendações ao Executivo Estadual

3.1 Tendo em vista que a reforma agrária deve, no Paraná, ter como prioridade a emancipação dos assentamentos; considerando que, por constatação do próprio INCRA, não há praticamente mais terras a desapropriar, portanto o assentamento de novas famílias se dará de forma pontual, recomendamos:

Que o Governo do Estado imponha a política de “*tolerância zero*” nos conflitos agrários, promovendo o total desarmamento das partes envolvidas nos mesmos.

3.2 Tendo em vista a necessidade de o Governo do Estado se integrar ao INCRA, dando apoio e qualidade técnica nos processos de emancipação dos assentamentos.

Tendo em vista a necessidade de no âmbito sócio-econômico o Governo do Estado voltar a promover ações sistemáticas de regularização fundiária, no deslinde das terras devolutas e legitimação das posses.

Recomendamos a criação de um órgão fundiário estadual, com vistas a atender as necessidades consideradas, sob o formato institucional que melhor entender o Executivo.

3.3. Que sejam realizadas diligências com o fim de resolver a situação dos posseiros no Município de Pinhão, dos remanescentes de quilombos da Fazenda Invernada Paiol de Telhas e dos índios e colonos no Município de Laranjeiras do Sul.

4. Recomendação à Assembléia Legislativa

Criar uma Comissão Permanente, com vistas a inserir a Assembléia Legislativa no processo de reforma agrária, possibilitando o acompanhamento, junto aos órgãos executores, dos trabalhos de emancipação dos assentamentos e das ações de regularização fundiária.

5. Recomendações ao Ministério Público

Promover diligências e averiguações e, se for o caso, instaurar processos de apuração de responsabili-

des para os seguintes principais casos, levantados como denúncias nesta CPI:

5.1 No território estadual, as questões relacionadas com roubo de gado, invasões orquestradas e intimidação de parceiros.

5.2 Buscar celeridade e exemplaridade nos inquéritos instaurados sobre as mortes ocorridas nos conflitos agrários e demais crimes denunciados junto ao Ministério Público.

5.3 Nos assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguaçu, averiguar e apurar responsabilidades sobre o desmatamento de mais de 10 mil hectares de matas de araucária com comercialização de madeira.

5.4 Promover em conjunto com a Controladoria Geral da União, a exemplo da efetivada na COAGRI, auditoria nas organizações dos assentamentos, particularmente na COANA, esclarecendo os investimentos públicos lá realizados, fidelidade no atendimento ao objeto de tais recursos, resultados de sua aplicação, efetividade da ação da cooperativa junto aos cooperados e ao seu Estatuto Social.

5.5 No município de Antonina, as denúncias que envolvem as ações de roubo nas propriedades rurais, cerceamento do livre ir e vir e intimidação; também as questões de “ordens superiores”, impedindo o cumprimento da lei por parte das polícias Militar e Civil.

Para tanto, esta CPI deixa à disposição do Ministério Público toda a documentação que tem em seu poder, fundamentando tais denúncias.

Era o que eu tinha a relatar.

Sala das Comissões, em 01.03.2005.

(aa) DEPUTADO ELIO RUSCH

Presidente

DEPUTADO DELEGADO BRADOCK

Relator

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero comunicar aos nobres Deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, que faremos realizar amanhã, às 13h30, uma Sessão Extraordinária para dar sequência à mesma pauta que, hoje, em função do horário adiantado da Sessão Ordinária, caiu a Sessão. Então, amanhã, às 13h30, ficam convocados extraordinariamente todos os Parlamentares que compõem aquela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradeço a V. Exa. e aos demais membros da Comissão de Constituição e Justiça, porque fizemos um apelo ao Presidente para as convocações extraordinárias para que pudéssemos ter matéria para ser colocada na pauta na próxima semana.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para fazer um comunicado à Mesa Executiva e à Assembléia Legislativa. Amanhã, às 14h00,

no Palácio Iguaçu, o Sr. Governador vai receber o Ministro de Estado, Patrus Ananias.

Patrus Ananias já foi Prefeito da cidade de Belo Horizonte e, hoje, responde pelo Ministério de Ação Social no nosso País.

Nós sabemos que, aqui, no Paraná, só as famílias que estão abaixo do índice de pobreza somam 508 mil famílias, segundo os dados do IBGE. Com o bolsa-família, tendo uma média de 58 reais por família de recebimento, nós, aqui, no Paraná atingimos 308 mil famílias em atendimento pelo programa do Governo Federal.

Então, para fazer a extensão, ampliação e melhoria no atendimento, em convênio com o Governo do Estado do Paraná, o Ministro estará aqui visitando o nosso Estado, celebrando acordos com o Governo a partir das 14h00 no Palácio Iguaçu.

Os Srs. Deputados e o Presidente da Assembléia são convidados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Questão de Ordem.

(**Assentimento**)

Eu agradeço o convite do Deputado Vanhoni e aproveito a oportunidade, de, em nome dos paranaenses que eu represento, pedir ao Deputado Vanhoni que peça...

Deputado Vanhoni, gostaria da sua atenção, sei que V. Exa. representa muito o Paraná, pedir em nome dos paranaenses que eu represento, que na pessoa do Ministro Ananias amanhã, aproveito a pedir que transmita ao Presidente da República que na reforma do Ministério lembre do nosso Paraná, porque o Paraná precisa também estar em Brasília à frente de um Ministério porque tem muitos homens competentes como V. Exa.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 403, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Só quero informar ao Deputado Ademir Bier que já tem uma solenidade marcada para esse dia e será usado posterior à conclusão dos trabalhos.

Requerimentos nºs 386 e 399, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 393 e 401, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 396 e 397, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 398, de autoria dos Deputados Barbosa Neto, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 404, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 405, de autoria dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 395, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Explicações Pessoais:

Está inscrito nas Explicações Pessoais inicialmente o Deputado Scarpellini e posteriormente o Deputado Elton Welter.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia deixar aqui de responder às afirmativas feitas pelo ilustre Deputado de Foz do Iguaçu, Dobrandino da Silva, que não está presente aqui, mas está no corredor.

Quero dizer que assim como ele também perdeu eleição com o seu filho sendo candidato a Deputado Federal por Foz do Iguaçu, eu também já perdi, meu irmão já perdeu. E esta última eleição que disputei, Deputado Dobrandino, V. Exa. fez referência à minha votação, quero dizer que fiz realmente uma votação relativamente expressiva, mas com recursos próprios.

A minha campanha foi muito simples, humilde, singela, lá na minha cidade de Apucarana onde em outras oportunidades quando V. Exa. estava iniciando a vida política lá em Foz do Iguaçu, eu já exercia aqui na Assembléia o meu terceiro mandato. Um, como Vereador e dois, como Deputado Estadual. V. Exa. foi nosso calouro aqui em 1982 e depois em 1985 se elegeu prefeito em Foz do Iguaçu quando o povo de Foz do Iguaçu só via eleição pela indicação pelo general de plantão, que indicava o interventor em Foz do Iguaçu.

Portanto, foi uma eleição que a grande maioria do povo do Paraná e do Brasil votou na Oposição, porque já estava cansado de ter um interventor na sua cidade. E depois disso, Deputado Dobrandino, nós seguimos o caminho acompanhando a vida do hoje Governador Roberto Requião e nos separamos há pouco tempo atrás, porque a arma da traição é uma das coisas que separam os

políticos. O Governador Roberto Requião, Deputado e Presidente do MDB, Dobrandino da Silva, fez uma opção em Apucarana, com a pessoa a quem ele mais ofendeu durante, acho, a vida política dele.

Tenho as gravações onde o Governador Roberto Requião chamava o atual padre, Prefeito de Apucarana, de “padre Satanás, ladrão, corrupto, que vai arder no fogo do inferno”, e hoje estão aliados. Quero trazer essas gravações, aqui, para que vocês que estão juntos hoje, possam me dizer o que realmente mudou, porque agora estão aliados e fraternalmente de mãozinhas dadas nas campanhas e nas ruas pregando a moralização.

Com relação à saúde que foi falado aqui e muito bem falado, quero dizer que a transferência de dinheiro para os Municípios não significa saúde para o povo. Em Apucarana, por exemplo, chegou uma tal de Cooperativa do Alto Uruguai, que fez um contrato com o Município para administrar a saúde no valor de 14 milhões e 806 mil reais. A Promotoria Pública de Apucarana está investigando, agora, a pedido do sindicato, a corrupção que está no Município na área da saúde.

A Deputada Elza que não está presente aqui e que cobrou a minha ausência outro dia, disse que saúde vai muito bem. Lá em Apucarana não tem Melhoral, não tem uma gota de nenhum tipo de remédio, para atender ao povo que precisa de saúde. No entanto, tem uma Cooperativa do Alto Uruguai que está sugando o sangue do povo de Apucarana, sugando o sangue da saúde, não deixando nada, um verdadeiro festival com o dinheiro público.

Transferência de dinheiro feito pela Secretaria da Saúde e Orçamento não significa que haja saúde no Município, Deputado, Jocelito. É uma prática muito grande dos vampiros chegarem e sugarem o sangue da saúde do povo brasileiro.

Fica aqui o esclarecimento e o meu agradecimento ao Sr. Presidente, por ter nos concedido a palavra nesse horário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar V. Exa. que esta Casa aprovou no ano passado, no final do período legislativo, uma Comissão Especial de Investigação para investigar todas as ações das OCIPES no Paraná, que prestam serviços às Prefeituras Municipais e aos órgãos públicos. Vamos agilizar ainda nessa semana para que essa Comissão inicie o trabalho o mais rápido possível, porque tenho certeza que vai encontrar enormes irregularidades, como essa que V. Exa. está denunciando no dia de hoje.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Faz-se necessário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Elton Welter desistiu de usar o horário em Explicações Pessoais.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

Nada mais havendo a tratar encerro a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2005 e do Projeto de Resolução nº 001/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 370, 395, 424, 462, 475, 483, 488, 492/2004 e 049/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 004/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO BARBOSA NETO, EM SESSÃO DO DIA 15 DE MARÇO DE 2005.

“Sem Luz”

Folha de Londrina

O sonho de aumentar a propriedade e dar melhores condições de vida à família, se tornou, na prática, um verdadeiro pesadelo para o agricultor José Raimundo da Silva, 63 anos, de Sapopema (132 km ao sul de Cornélio Procopio). A propriedade de 10 alqueires, comprada há três anos, não tem energia elétrica - o que praticamente inviabiliza a criação de gado leiteiro, a maior atividade econômica da família. “O trabalho de ontem, hoje eu jogo para os porcos”, diz ele em lágrimas, mostrando o leite azedo.

O rebanho de 20 animais permite a retirada diária de 40 litros de leite. Como não tem geladeira, José Raimundo acomoda os tambores com o produto dentro da represa ou do córrego que corta o sítio. “É o único lugar que temos para manter o leite resfriado”, diz com simplicidade. A coleta do leite é feita por um autônomo que não mantém uma rotina fixa. “Ele deveria vir dia sim, dia não, mas fica até dois dias sem recolher os galões”, diz. Mesmo nos dias em que há a coleta, se ocorre o atraso na chegada do caminhão, o leite é rejeitado por ter perdido a qualidade.

A nutrição do gado também está comprometida, pois a falta de energia elétrica impossibilita o funcionamento do triturador, que deveria ser utilizado no preparo da complementação alimentar. No ano passado, afirma, perdeu dez animais.

Desde que entrou na propriedade, no início de 2002, ele protocolou na Companhia Paranaense de Energia (COPEL), o pedido de instalação dos postes. A rede de energia está há exatos 180 metros do que se poderia chamar de curral. A falta de recursos o impede também de manter um local adequado para a coleta do leite. O curral está em péssimas condições e, mesmo desanimado, o produtor está tentando reformar o espaço.

José Raimundo reclama que por diversas vezes tentou contato por telefone com a regional da COPEL, em Ponta Grossa, que é responsável pela área, mas nunca foi atendido. A justificativa é sempre a mesma: a chefia está em reunião. “Eles não dão nem pelota pra gente ou para o que estamos passando”, lamenta. Na época, segundo ele, recebeu a visita de funcionários de uma empresa particular de eletrificação que ofereceram o serviço ao custo de R\$8 mil pagos à vista. “Para pagar um dinheiro desse só se eu vendesse as vacas e parte do sítio”, afirma.

No início deste ano, o vizinho Antonio Camilo da Silva, comovido pela situação de miséria em que vive o produtor, buscou informações sobre o pedido de instalação da rede elétrica. O programa no qual José Raimundo deveria estar inscrito, o “Luz no Campo”, foi substituído pelo “Luz para Todos”. Mas a prioridade de atendimento, apurou Camilo, são os assentamentos e a data para a instalação é até 2008.

A Prefeitura de Sapopema não tem o número exato das propriedades rurais do município que sofrem com a falta de energia elétrica. Segundo Ana Paula Gomes Alexandre, assessora da Secretaria da Agricultura, desde janeiro estão realizando o cadastramento das propriedades rurais no programa “Luz para Todos”, criado pelo governo federal. O produtor José Raimundo, segundo ela, já está cadastrado. A responsabilidade para a instalação de novas redes no município, segundo ela, é da regional de Londrina.

Este ano, a secretaria já enviou 90 cadastros para a ELETROSUL, empresa responsável pelo serviço. Ana Paula diz que a prioridade do programa são municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), assentamentos e pequenas propriedades. “Essas são características de nosso município, por isso, acreditamos que sejamos contemplados até o final do ano”, afirma.

Mesmo com problemas, a solidariedade

As dificuldades da família de José Raimundo, entretanto, não se resumem ao trato do gado leiteiro. Ele e os dois filhos de 22 e 23 anos (um deles deficiente mental), vivem em situação de miséria. Para economizar, o fogão a gás só é utilizado em dias de chuva.

Os banhos da família são tomados praticamente ao ar livre, num cubículo levantado junto ao paiol, coberto com pedaços de sacos plásticos de adubo. A esposa do produtor, que está doente, mora com uma filha na cidade e vem duas vezes por semana ao sítio apenas para lavar as roupas no córrego.

Quando consegue entregar o leite, o produtor recebe em média R\$ 0,36/litro. O pagamento é feito a

cada 60 dias em cheques de terceiros. A propriedade possui duas represas “feitas no braço”, como afirma. “Tínhamos a intenção de criar peixes mas sem luz e sem dinheiro tivemos que desistir”.

Mesmo diante de tantos problemas, José Raimundo ainda se abre para a solidariedade. Na propriedade ele abriga um conhecido, o desempregado Dercino Subetil, 59, que morava na cidade mas sem condições para pagar o aluguel. Em um barraco de pau-a-pique, ele mora com duas filhas (uma delas também deficiente) e uma neta. Ele mantém uma pequena plantação na área cedida pelo produtor. (C.G.)

Problemas com a falta de luz não são exclusividade do produtor José Raimundo. O casal João Vicente, 72 anos, e Terezinha Bezerra Vicente, 59, estão doentes e não têm mais condições de tocar o sítio de seis alqueires. Até o ano passado eles ainda cultivavam arroz, feijão e milho para subsistência, mas com o agravamento do estado de saúde do produtor, nem isso podem mais fazer. O casal está tentando vender a propriedade, mas a ausência da rede elétrica - além de não despertar o interesse de compradores - ainda derrubou o valor do imóvel. Eles têm apenas uma filha, casada, que não tem condições de ajudá-los.

João também estava inscrito no programa “Luz no Campo”, desde 2001. Uma das cláusulas do contrato assinado com a COPEL determinava a instalação do serviço no prazo máximo de um ano. “Já se passaram quase quatro anos e até agora nada”, reclama Terezinha. O casal mora sozinho no sítio cujo acesso é difícil. Eles não têm carro e precisam andar cerca de três quilômetros para chegar até a estrada de maior circulação de veículos. Quando o produtor sofre crises do problema cardíaco que o afeta, ele não consegue andar nem mesmo 100 metros. “Corremos o risco de morrermos aqui sozinhos”, teme a esposa. Os dois sobrevivem com o dinheiro da aposentadoria, dois salários mínimos mensais. “Só com os remédios gastamos metade da aposentadoria”, afirmam.

Segundo a assessoria de imprensa da COPEL, o serviço de eletrificação rural no Paraná atinge 90% dos municípios e Sapopema está na parcela restante, a dos municípios considerados de difícil acesso, onde o atendimento às demandas é mais lenta. De acordo com a assessoria, o programa “Luz no Campo” foi inviabilizado por problemas administrativos enfrentados pela estatal e pelo elevado número de solicitações. Ainda segundo a assessoria, desde 2004, quando o governo federal instituiu o programa “Luz para Todos”, os pedidos ainda não atendidos foram considerados prioritários mas ainda não há data certa para isso. (C.G.)

A propriedade de Antonio Camilo fica a cerca de três quilômetros do sítio de José Raimundo. Mas, a realidade das duas propriedades, entretanto, parece ficar a milhares de quilômetros uma da outra. Com as facilidades propiciadas pela energia elétrica. Camilo, que trabalha como sintecador em Londrina, cria 42 cabeças de boi.

A ordenha é feita mecanicamente, e o leite é transformado em queijo minas padrão, pela esposa Elzanete

Bueno Silva. Há um ano, para garantir a qualidade do produto, ela fez um curso pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A produção é de aproximadamente sessenta queijos/mês, todos com venda garantida em Londrina a R\$ 8,00 a unidade. Para cada queijo são gastos em média oito litros de leite, mas, comparado ao preço do litro de leite conseguido pelos demais produtores, Camilo está feliz com o faturamento. “Valeu o investimento”, resume.

Camilo possui ainda galinha caipira e se prepara para ampliar a criação de suínos cuja venda também já está sendo acertada. Ele e a esposa pensam em fixar residência definitivamente no sítio e pôr em prática mais planos de expansão. (C.G.)

Publicações:

Atas de Comissões

Comissão de Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Marcos Isfer, Dobrandino da Silva e Vanderlei Iensen. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 157/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 081/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 001/2004, de autoria do Poder Executivo. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14 horas, sob a presidência do

Sr. Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Dobrandino da Silva e Nelson Tureck. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 061/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e quatro, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Dobrandino da Silva, Marcos Isfer, Vanderlei Iensen e Nelson Tureck. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 594/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com emenda; 02) Projeto de Lei nº 712/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator: Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 013/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14 horas, sob a presidência do Sr. Deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ademar Traiano, Marcos Isfer, Cida Borghetti, Dobrandino da Silva e Vanderlei Iensen. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 011/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com emenda; 02) Projeto de Lei nº

070/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 010/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 057/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Relator: Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Comissão de Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às 11h, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua primeira Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte Pauta: proposição nº 23/2005 e Proposição nº 34/2005. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião desejando aos presentes um ano repleto de realizações e muito trabalho. Iniciando os trabalhos passou a palavra ao Sr. Deputado Marcos Isfer, Relator da Proposição nº 23/2005, relativa à prestação de contas da Assembléia Legislativa, exercício de 2004. Ao analisar os Balanços Financeiros, Orçamentário e Patrimonial apresentados pela Diretoria de Apoio Técnico desta Casa, constatou que os mesmos encontram-se corretos no que se refere à respectiva prestação de contas, deliberando pela aprovação das mesmas, dando parecer favorável, sendo então, aprovadas pelos Srs. Deputados presentes. Dando continuidade, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, Relator da Proposição nº 34/2005, que presta contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2005, conforme Resolução nº 03 de 15 de março de 2004. Analisada a matéria, concluiu o Sr. Relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, atendendo à legislação em vigor, recebendo parecer favorável, decisão essa acatada por todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presi-

dente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

Comissão de Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei nº 169/2003 e 011/2004. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária